

MATHEUS SILVEIRA HUGO

**DA LÍNGUA AO DISCURSO: um percurso teórico acerca da ambiguidade e
seus modos de representação**

**PORTO ALEGRE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**DA LÍNGUA AO DISCURSO: um percurso teórico acerca da ambiguidade e
seus modos de representação**

MATHEUS SILVEIRA HUGO

ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. ANA ZANDWAIS

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2014**

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira Hugo, MATHEUS

Da língua ao discurso: um percurso teórico acerca da ambiguidade e seus modos de representação / MATHEUS Silveira Hugo. -- 2014.
108 f.

Orientadora: Ana Zandwais.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Ambiguidade. 2. Homonímia. 3. Polissemia. 4. Processo de significação. 5. Análise de discurso. I. Zandwais, Ana, orient. II. Título.

*Aos meus pais, Mara e Antônio Carlos,
que não pouparam esforços para que eu
pudesse alcançar meus objetivos.*

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer ...

... à minha família, meus pais Mara e Antônio Carlos, minha irmã Pâmela e minha avó Didi que, apesar da distância e das dificuldades, estiveram sempre ao meu lado, me apoiando e dedicando parte de suas vidas a mim para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Sem vocês nada disso faria sentido. Obrigado por me possibilitarem mais esta conquista.

... à minha orientadora, Professora Ana Zandwais, por todo o apoio e paciência a mim dedicados. Obrigado, professora, pela confiança, pela atenção, pelos encontros de reflexão e estudo e pela sempre atenciosa e criteriosa leitura dos meus escritos ao longo desses dois anos de convivência e aprendizado.

... a todos os meus queridos amigos que compartilharam parte deste caminho comigo. Obrigado pelo apoio, pela amizade e pelos momentos de lazer em meio a tantas leituras, prazos, orientações e aulas. Vocês foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

... a todos os colegas e professores com os quais eu convivi durante o primeiro ano do Mestrado. Obrigado pelas discussões enriquecedoras, pelas aulas sempre interessantes, pelos grupos de estudo, pelos cafezinhos durante os intervalos e por esse tempo de convivência que marcou minha vida de forma muito positiva.

... à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa de estudos durante o período de realização do Mestrado, cuja ajuda foi de extrema importância.

William, obrigado por tudo, sempre. Obrigado pelo incentivo, pelo carinho, pelas dicas, pela paciência e por seres sempre o primeiro a ler o meu texto. Obrigado por acreditar no meu potencial e sempre me incentivar a continuar.

[...] pois a linguagem, além de possuir suas próprias leis, recebe a repercussão dos acontecimentos exteriores, acontecimentos que escapam a qualquer classificação.

Michel Bréal, em “Ensaio de semântica”

RESUMO

Esta Dissertação tem por objetivo traçar um percurso a respeito do conceito de ambiguidade, desde uma perspectiva mais tradicional, representada pelos estudos gramaticais e por uma linguística de base formalista, até uma perspectiva discursiva, em que fatores extralinguístico aparecem como constitutivos do processo de significação. Para tal, investigamos, no Capítulo 1, como a ambiguidade é vista e entendida dentro de gramáticas descritivas e normativas e em manuais de Língua Portuguesa, com o objetivo de mostrar como esse fenômeno vem sendo tratado pela tradição gramatical brasileira. Além disso, no Capítulo 2, fizemos uma análise de como a ambiguidade é entendida dentro do estatuto linguístico, abordando desde autores com uma visão bastante logicista/formalista como Ruth Kempson (1980), até autores como Frank Palmer (1986), o qual procura abordar o problema do significado a partir das relações de sentido e, por isso, não limita o estudo apenas à ambiguidade, mas relaciona o fenômeno com outras instâncias constitutivas do funcionamento da língua como a metáfora e a polissemia. Percebemos que um ideal de língua transparente, homogênea e livre de contradições – como preconiza uma teoria logicista/formalista – sempre leva a um entendimento negativo da ambiguidade. Logo, a ambiguidade existe para ser desfeita, segundo regras e padrões pré-estabelecidos. Essa visão limita o estudo do fenômeno, na medida em que não avalia seus efeitos na linguagem e nos próprios sujeitos. Em contrapartida, no Capítulo 3, mostramos como a teoria da Análise de Discurso (AD) de linha francesa pensa os fenômenos de significação, sobretudo a ambiguidade, levando em consideração a mudança de terreno estabelecida pela teoria pecheuxtiana, a qual lida com diferentes maneiras de significar. Para isso, além de textos importantes para o desenvolvimento da teoria do discurso, escritos por Michel Pêcheux, trabalhamos com os textos “Semântica do acontecimento” (2002), de Eduardo Guimarães; “Fazer dizer, Querer dizer” (1992), de Claudine Haroche; e “Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso (2000), de Leandro Ferreira. Dessa forma, concluímos que os estudos embasados em pressupostos da teoria materialista do discurso pensam a ambiguidade como fator constitutivo do dizer – perdendo, assim, seu caráter negativo – atestando tanto a incompletude e a resistência da língua como a equivocidade do sujeito.

Palavras-chave: Ambiguidade. Homonímia. Polissemia. Processo de significação. Análise de discurso.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme objectif d'établir un itinéraire sur la notion d'ambiguïté, d'un point de vue plus traditionnel, représenté par des études grammaticales et linguistiques de base formaliste, jusqu'à une perspective discursive, dans lesquels les facteurs extralinguistiques apparaissent comme constitutifs du processus de signification. À cette fin, nous avons étudié, dans le premier chapitre, comment l'ambiguïté est vue et entendue dans les grammaires et manuels normatifs et descriptifs en portugais, afin de montrer comment ce phénomène est pris en compte par la tradition grammaticale brésilienne. En outre, dans le deuxième chapitre, nous avons fait une analyse de la façon dont l'ambiguïté est entendue dans le statut linguistique. À cette fin, nous avons étudié, par exemple, des auteurs comme Ruth Kempson (1980) et Frank Palmer (1986). Celui-là dans une vue très formaliste; celui-ci analysant le phénomène d'ambiguïté à partir des relations de sens et, par conséquent, ne limitant pas l'étude que l'ambiguïté, en montrant que le phénomène est lié à d'autres instances de la fonction constitutive de la langue, comme la métaphore et la polysémie. Nous avons remarqué qu'un idéal de langue transparente et homogène conduit toujours à une compréhension négative d'ambiguïté. Conséquemment, l'ambiguïté existe pour être annulée, selon des règles et des normes pré-établies. Ce point de vue limite l'étude du phénomène, dans la mesure où elle ne permet pas d'évaluer ses effets sur le langage et les sujets eux-mêmes. Toutefois, dans le troisième chapitre, nous montrons comment la théorie de l'Analyse du Discours français pense les phénomènes de sens, en particulier l'ambiguïté, en tenant compte du changement de terrain établie par la théorie de Michel Pêcheux, qui traite de différentes façons de signifier. En conséquence, nous avons étudié des textes importants pour le développement de la théorie du discours, écrits par Michel Pêcheux, au-delà de textes comme "Semântica do acontecimento" (2002), de Eduardo Guimarães; "Fazer dizer, Querer dizer" (1992), de Claudine Haroche; et "Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso" (2000), de Leandro Ferreira. Ainsi, nous avons conclu que les études fondées sur des hypothèses de la théorie matérialiste du discours pensent l'ambiguïté comme un facteur constitutif du dire, attestant l'incomplétude et la résistance de la langue et l'équivocité du sujet.

Mots-clés: Ambiguïté. Homonymie. Polysémie. Processus de signification. Analyse du discours.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE AMBIGUIDADE EM GRAMÁTICAS DESCRITIVAS E NORMATIVAS, MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA E DICIONÁRIOS DE LINGUAGEM	14
1.1 A “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa”, de Eduardo Carlos Pereira	14
1.2 A “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, de Francisco Silveira Bueno ..	18
1.3 A “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”, de Napoleão Mendes de Almeida	21
1.4 A “Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa”, de Artur de Almeida Tôrres.....	23
1.5 “Estudos de Língua Portuguesa: Gramática”, de Douglas Tufano	26
1.6 “Gramática”, de Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura	28
1.7 “Moderna Gramática Brasileira”, de Celso Pedro Luft.....	31
1.8 O Que Dizem os Dicionários de Linguagem e Linguística?.....	34
CAPÍTULO 2 – O ESTATUTO DA AMBIGUIDADE DENTRO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	41
2.1 A Ambiguidade e a Semântica Formal	41
2.2 Ambiguidade Estrutural <i>Versus</i> Ambiguidade Lexical	54
2.3 Homonímia e Ambiguidade Lexical: Causa e Consequência	58
2.4 Ambiguidade e Polissemia: Entendendo as Fronteiras	61
2.5 A Ambiguidade Conforme a Linguística do Texto	65
CAPÍTULO 3 – A AMBIGUIDADE PARA ALÉM DOS LIMITES DA LÍNGUA	74
3.1 A Ambiguidade Tomada Sob a Ótica de Claudine Haroche em “Fazer Dizer, Querer Dizer” (1992)	78
3.2 A Ambiguidade Segundo a Ótica de Leandro Ferreira (2000).....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de mestrado é resultado de uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Ana Zandwais.

De certa forma, este estudo surgiu como uma continuidade da pesquisa feita por nós durante o último semestre de graduação, a qual originou nosso Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Homonímia e polissemia: uma abordagem teórico-pedagógica dos processos de significação” (2011), em que procuramos investigar o funcionamento da homonímia e da polissemia por meio da análise das semelhanças e das diferenças a respeito desses conceitos, trabalhados por diferentes autores e estudiosos da linguagem.

Foi a partir de então que me interessei por determinados processos de significação, dentre eles a ambiguidade. Em decorrência do tempo e do espaço limitados, não foi possível aprofundar um estudo a respeito da ambiguidade durante a pesquisa da graduação, o que nos levou a tomar o fenômeno como objeto de estudo desta Dissertação.

Começamos nossa pesquisa investigando como a ambiguidade é vista e entendida dentro de gramáticas descritivas e normativas e em manuais de Língua Portuguesa. Com isso, pretendemos mostrar como esse fenômeno vem sendo tratado pela tradição gramatical brasileira, uma vez que os manuais por nós pesquisados serviram, em suas épocas, como obras de referência no ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, ditando, dessa forma, as normas do “bom” Português e servindo como ponto de apoio para gerações de estudantes.

Com o objetivo de dar uma visão mais ampla de como a ambiguidade é entendida dentro desses manuais, optamos por dividir a pesquisa em duas etapas: em primeiro lugar, investigamos o fenômeno em gramáticas tradicionais, escritas entre as décadas de 1940 e 1950; e em segundo, em gramáticas modernas, escritas a partir da década de 1980. Dessa forma, a pesquisa possibilitou que acompanhássemos a evolução do termo ao longo de 40 anos, tomando por base esses manuais.

Dando continuidade a nossa pesquisa, na última seção do primeiro capítulo buscamos a definição de ambiguidade em Dicionários de Linguística, como uma

forma de introduzir a análise do fenômeno no âmbito dos estudos linguísticos mais formais.

Nosso objetivo, com isso, foi estabelecer “uma ponte” entre os dois primeiros capítulos (o primeiro, em que trabalhamos com gramáticas, manuais de Língua Portuguesa e os Dicionários de Linguagem, e o segundo, em que lidamos com concepções linguísticas), de modo a deixar a leitura mais fluida.

Veremos que, apesar de apresentarem uma visão menos conservadora a respeito da ambiguidade – justamente pelo fato de possuírem um embasamento teórico mais abrangente – os dicionários não avançam significativamente no estudo do tema, quando comparados com as gramáticas. A ideia da ambiguidade como falácia ainda está presente nos dicionários, assim como o fato de, muitas vezes, os autores não fazerem distinção entre ambiguidade e polissemia, considerando esta como causa daquela, conforme afirma Mattoso Câmara em seu “Dicionário de linguística e gramática”:

Em sentido lato, a ambiguidade é um consequência, em qualquer língua, de – a) homonímia, b) polissemia e c) deficiência dos padrões sintáticos. (CÂMARA, 1984, p. 48)

No segundo capítulo, fizemos uma análise de como a ambiguidade é entendida dentro do estatuto linguístico. Para tal, buscamos referências em linguistas e estudiosos da linguagem como Ruth Kempson (1980), Geraldini e Ilari (2004), John Lyons (1982) e Frank Palmer (1986). Nosso objetivo, neste capítulo, foi fazer um percurso, começando pela ótica bastante formal de Kempson (1980) – que atribui à ambiguidade um valor negativo e que, portanto, deve ser eliminada da língua por meio de testes e processos de desambiguação – até a visão menos tradicional de Palmer (1986), que procura abordar o problema do significado a partir das relações de sentido e, por isso, não limita o estudo apenas à ambiguidade, mas relaciona o fenômeno com outras instâncias constitutivas do funcionamento da língua como a metáfora e a polissemia.

Ainda neste capítulo, fizemos uma reflexão a respeito dos pressupostos da linguística do texto sobre a questão da ambiguidade, por meio da análise dos estudos de Michel Charolles (1988). Nosso objetivo ao escolhermos o texto de Charolles (1988) para análise é mostrar como a linguística textual vê e caracteriza o

fenômeno da ambiguidade por meio do estudo da coerência dos textos, mais especificamente através do recurso das relações endofóricas. Além disso, o autor faz um estudo muito interessante tendo por base textos de alunos do ensino básico de escolas francesas e analisa a maneira como os professores avaliam essas produções. O trabalho de Charolles (1988), portanto, incide sobre as estratégias de intervenção que os professores desenvolvem frente a certos textos de alunos julgados por eles incoerentes; contudo, essas intervenções, muitas vezes, são feitas de forma ingênua, ficando num estágio de avaliação pré-teórico mostrando-se, portanto, ineficazes. Nosso percurso, entretanto, indica que Charolles (1988) não consegue avançar para além de uma perspectiva de prescrição sobre como evitar a ambiguidade nos textos.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, fizemos um estudo de como a ambiguidade é entendida para além dos limites da língua. Para isso, trabalhamos com os textos “Fazer dizer, querer dizer” (1992), de Claudine Haroche, “Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso” (2000), Tese de doutorado da Professora Maria Cristina Leandro Ferreira, além de textos escritos por Michel Pêcheux ao longo do desenvolvimento da teoria do discurso como “Por uma análise automática do discurso” [1969], “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” [1975], “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2009) e “O Discurso: estrutura ou acontecimento” (2012).

Nosso objetivo, nesse capítulo, foi mostrar como um fenômeno como a ambiguidade pode ser pensado a partir de uma perspectiva que trabalha com a exterioridade linguística. Enquanto nos dois primeiros capítulos, lidamos com gramáticas e teorias linguísticas mais formais, as quais entendem a língua como um sistema fechado de regras, nesse capítulo mostramos como a teoria da Análise de Discurso (AD) francesa pensa os fenômenos de significação, levando em consideração a mudança de terreno estabelecida pela teoria pecheuxtiana.

Diferentemente de uma visão estritamente linguística, a AD entende a língua como constitutivamente heterogênea, opaca, não sistemática, em que a exterioridade mostra-se presente por meio da materialidade histórica. Logo, como afirma Orlandi, “a Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2010, p. 15).

Além disso, a AD, por se tratar de uma disciplina de interpretação, trabalha com outra noção de sentido. Dentro da teoria do discurso, o sentido não é unívoco, estando sujeito a um contexto sócio-histórico. Não se trata, pois, de algo estabilizado, mas sim de uma concepção de sentido com a capacidade de deslizar, de se movimentar e de produzir efeitos.

É dessa forma que a teoria pecheuxtiana vai de encontro a teorias que entendem a língua apenas como um mero sistema em que há a simples transmissão de determinada informação por meio de uma mensagem. Por isso a AD lida com um termo mais amplo, conforme afirma Pêcheux [1969], o discurso, que implica não apenas a transmissão de informação, mas um efeito de sentido entre A e B que, ainda conforme o autor, “designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais” (PÊCHEUX [1969], 2010, p. 81), uma vez que representam lugares determinados na estrutura de uma formação social.

Nosso objetivo, então, foi mostrar como uma teoria que lida com diferentes maneiras de significar entende a ambiguidade, uma vez que a AD não busca por um sentido único e verdadeiro que supostamente poderia ser descoberto por um método infalível de interpretação. Pelo contrário, a teoria pecheuxtiana busca compreender como objetos simbólicos produzem sentidos se inscritos na história.

Enfim, é dessa forma que a teoria do discurso ajuda a expandir os estudos acerca da ambiguidade para além dos limites da língua, mostrando que não basta apenas classificar o fenômeno ou encontrar maneiras de eliminá-lo, mas é preciso, sim, pensar a ambiguidade como um fator constitutivo das línguas naturais, capaz de atuar, muitas vezes, como um elemento de poder e dominação.

Finalmente, queremos enfatizar que nossa pesquisa – que realiza uma trajetória que vai dos estudos gramaticais, ao longo de algumas décadas, às definições dos Dicionários de Ciência da Linguagem, recortando também diferentes óticas de tratamento da ambiguidade pelos estudos linguísticos estendendo-se aos domínios dos estudos discursivos – possibilitou observarmos que é, notadamente, no âmbito dos estudos discursivos que a noção de ambiguidade adquire um estatuto diferente do que lhe conferem as demais abordagens. Ou seja, é somente nos domínios das reflexões propostas por correntes que se inscrevem ou se articulam aos estudos discursivos, tais como Eduardo Guimarães, em “Semântica do acontecimento” (2002), Claudine Haroche, em “Fazer dizer, Querer dizer” (1992) e Leandro Ferreira, em “Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos

limites da sintaxe e do discurso (2000), que a questão da ambiguidade deixa de ser pensada como uma falha a ser sanada pelos estudos da linguagem.

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE AMBIGUIDADE EM GRAMÁTICAS DESCRITIVAS E NORMATIVAS, MANUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA E DICIONÁRIOS DE LINGUAGEM

Sabe-se que o termo ambiguidade é entendido de diversas maneiras conforme a teoria que o estuda. Logo, o conceito de ambiguidade não é estanque, mas multifacetado e está intimamente ligado à maneira como se entende outros conceitos, como os de língua e de linguagem, e também à maneira como se entende a relação que se estabelece entre a língua e os falantes dessa língua. Dessa forma, faz-se necessário entender a forma como o conceito de ambiguidade vem sendo tratado em Gramáticas descritivas, normativas e em manuais de Língua Portuguesa que refletem as diferentes maneiras sobre o funcionamento da língua e ditam as normas do bem falar e escrever, as quais são tidas como referência para o ensino de língua materna.

Começemos por uma incursão pelas Gramáticas. Para tanto, escolhemos analisar quatro Gramáticas ditas tradicionais, com edições vigentes entre as décadas de 1940 e 1950. Dentre estas estão a “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa”, de Eduardo Carlos Pereira, edição de 1944; a “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, de Francisco da Silveira Bueno, edição de 1956; a “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”, de Napoleão Mendes de Almeida, edição de 1957; e, por último, a “Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa”, de Artur de Almeida Tôres, edição de 1959. Também foi feita a análise de Gramáticas ditas modernas, com edições a partir da década de 1980. Dentre elas estão “Estudos de Língua Portuguesa: Gramática”, de Douglas Tufano, publicada em 1985, “Gramática”, de Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura, de 1991 e “Moderna Gramática Brasileira”, de Celso Pedro Luft, edição de 2002.

1.1 A “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa”, de Eduardo Carlos Pereira

Eduardo Carlos Pereira nasceu no dia 8 de novembro de 1855 e conforme Gutierrez e Toledo (2010) foi um dos líderes da primeira geração de pastores presbiterianos brasileiros e distinguiu-se como professor e gramático sendo professor Catedrático do Colégio Pedro II e autor de importantes obras sobre Gramática. Destacou-se na vida acadêmica, pois suas gramáticas tiveram grande repercussão sendo usadas nas escolas por um longo período, mais especificamente até meados da década de 1950.

A primeira edição da sua “Gramática Expositiva” data de fevereiro de 1907, tendo inúmeras reedições ao longo dos anos. A edição escolhida para análise é a 62ª, de 1944, já adaptada à ortografia oficial vigente na época, em que se encontra uma seção chamada “Noções preliminares”. Nessa seção o autor apresenta algumas noções como a de linguagem, que ele define como “a expressão do pensamento por meio de palavras” (PEREIRA, 1944, p.17), e a de língua, “um sistema natural de palavras de que se servem os agrupamentos de homens para entre si comunicarem seus pensamentos” (PEREIRA, 1944, p.17). O autor também propõe uma divisão da Gramática em: geral, particular, histórica, expositiva e expositiva portuguesa, da seguinte forma:

Gramática geral é, hoje, o estudo comparado de um grupo de línguas congêneres, como a Gramática das Línguas Românicas, de F. Diez.

Gramática particular é o estudo dos fatos de uma língua particular, quer encarados em seu estado atual, quer em suas transformações históricas.

Gramática histórica é o estudo das transformações de uma língua, no tempo e no espaço, feito comparativamente com as transformações paralelas das línguas e dialetos congêneres. É um estudo histórico-comparativo.

Gramática expositiva, descritiva ou prática, é a que expõe ou descreve metodicamente os fatos atuais de uma língua determinada.

Gramática expositiva portuguesa é a exposição metodizada das regras relativas ao uso correto da Língua Portuguesa. (PEREIRA, 1944, p. 19-20)

Eduardo Carlos Pereira (1944) classifica a sua Gramática como expositiva, portanto tem por objetivo descrever metodicamente as regras da Língua Portuguesa, a fim de normatizar o uso correto da língua. Esse ponto é importante, pois esclarece a forma como a língua será tratada ao longo da obra, ou seja, como um sistema natural de comunicação com regras específicas que devem, necessariamente, ser descritas e seguidas para que se faça o correto uso da língua.

O conceito de ambiguidade ou anfibologia¹, como também é chamado pelos gramáticos herdeiros da designação aristotélica, encontra-se dentro da seção “Vícios de linguagem”, junto com outros vícios como *barbarismo*, *solecismo*, *obscuridade*, *cacofonia*, *hiato*, *eco*, *colisão*, *arcaísmo*, *neologismo*, *brasileirismo* e *provincianismo*. Conforme o autor, os vícios de linguagem deturpam e desvirtuam a língua, contrapondo-se às figuras de sintaxe que dão ao dizer vernáculo graça e energia.

Segundo Eduardo Carlos Pereira (1944), a “anfibia ou ambiguidade consiste em oferecer à frase sentido duplo ou duvidoso” (PEREIRA, 1944, p. 278). Como exemplo de ambiguidade o autor faz uso das frases: “ama o povo o bom rei e dele é amado” (PEREIRA, 1944, p. 278), em que o objeto do verbo se confunde com o sujeito do mesmo verbo, ou seja, pela estrutura da frase não se tem como saber se é povo que ama o seu rei ou se é o rei que ama o seu povo; “o amor de minha mãe me fortalece” (PEREIRA, 1944, p. 278), em que não se sabe se *mãe* é o objeto ou o agente de *amor*; “ele prendeu o ladrão em sua casa” (PEREIRA, 1944, p. 278), em que fica duvidoso se o ladrão foi preso na sua própria casa (na casa do ladrão) ou na casa em que estava efetuando o roubo (na casa de quem prendeu o ladrão).

Não é feita mais nenhuma discussão a respeito de ambiguidade ao longo da Gramática, toda a explicação limita-se a estes três exemplos. O autor sequer discute o porquê das frases serem ambíguas, ou seja, o autor não comenta os efeitos produzidos pelas estruturas das frases nem propõe uma maneira de “consertá-las”, já que para ele a ambiguidade é um problema de linguagem e decorre do mau uso da língua por parte dos falantes.

O fenômeno é visto com uma carga exclusivamente negativa, que deturpa o entendimento da frase tornando-a confusa, opaca, tanto que é considerado com um *vício* de linguagem, à semelhança do barbarismo que é considerado um vício por ser a expressão do falar dos incultos, o que remete às condições de estratificação dos

¹ O termo anfibia advém de uma designação do filósofo grego Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) que considerava o fenômeno um engano na linguagem provocado pelo fato de serem utilizadas palavras ou frases com sentido duplo ou duvidoso. Pode-se perceber que, apesar dos gramáticos utilizarem o termo anfibia e o enquadrarem dentro de uma seção denominada “Vícios de linguagem”, à semelhança do que fez Aristóteles, eles não exploram o fenômeno em seus aspectos lógicos, como fez o filósofo em seu texto “Dos argumentos sofisticos” (1983).

sujeitos consoante o uso da língua. Conforme o autor, barbarismo “é o emprego de termos estranhos à língua, quer na sua forma, quer na sua ideia” (PEREIRA, 1944, p. 274). Como exemplos de barbarismo o autor cita alguns erros ortográficos, como “abissoluto por absoluto” (Idem, p. 274), “fizésteis por fizestes” (Idem, p. 274), “preguntar por perguntar” (Idem, p. 274). Vê-se que o gramático coloca o barbarismo, que claramente constitui um erro ortográfico cometido pelo usuário da língua, no mesmo patamar que a ambiguidade, a qual não deriva, necessariamente, de um erro do falante. Logo, nota-se que assim como todos os outros vícios de linguagem, a ambiguidade também deve ser evitada para se atingir um ideal de correção.

Se pensarmos, por outro lado, no conceito de língua apresentado pelo autor, “um sistema natural de palavras de que se servem os agrupamentos de homens para entre si comunicarem seus pensamentos” (PEREIRA, 1944, p. 17), não é estranho que a ambiguidade seja vista como algo negativo. Na verdade, é até mesmo esperado que o fenômeno seja visto dessa maneira. Essa afirmação feita pelo gramático advém de um ideal de língua transparente, livre de qualquer opacidade, em que seria possível transmitir em palavras exatamente o que se pensa, como se houvesse um caminho unívoco entre o pensamento e a fala. De acordo com Orlandi (2010), a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, ou seja, não se passa diretamente de um a outro. Isso mostra que a linguagem é, sim, naturalmente revestida de opacidade, logo a ambiguidade permeia toda a língua e faz parte da grande maioria dos nossos dizeres, intencionalmente ou não, como veremos em outro capítulo deste trabalho.

Ora, levando em consideração que a edição da Gramática em questão data de 1944, não se poderia esperar uma análise muito aprofundada, em termos semânticos, ainda que a concepção aristotélica de anfibologia a situe como um efeito da homonímia, presente em todas as línguas.

É interessante notar, contudo, como um ideal de língua transparente recusa terminantemente a ambiguidade, considerando-a um vício a ser eliminado da linguagem. Eduardo Carlos Pereira (1944) sequer comenta sobre a intencionalidade ou não do falante ao fazer uso da ambiguidade, já que qualquer falante de qualquer língua pode fazer uso da linguagem para esconder, ocultar, camuflar, encobrir o que está dizendo, e faz-se isso intencionalmente e com objetivos diversos. A

ambiguidade pode ser explorada estrategicamente e isso ocorre seguidamente nos discursos do cotidiano. Os anúncios publicitários muitas vezes utilizam a ambiguidade para chamar a atenção de um maior número de clientes. Por exemplo, a SINAF seguros, empresa especializada em vender seguros de vida e prestar assistência funeral, possui um anúncio que diz: “Cremação. Uma novidade quentinha do SINAF”, em que a palavra “quentinha” confere à frase um sentido ambíguo, pois ao mesmo tempo em que informa que a cremação é um serviço novo, recém desenvolvido pela empresa, também faz referência, de uma maneira bem humorada, ao fato de que em uma cremação a pessoa é “queimada” após a morte.

1.2 A “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, de Francisco Silveira Bueno

Outra Gramática analisada foi a “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”², de Francisco da Silveira Bueno, catedrático de Filologia Portuguesa da Universidade de São Paulo, nascido em 1898. Além de filólogo, Francisco da Silveira Bueno foi cronista, poeta, lexicógrafo, ensaísta, tradutor e jornalista, sendo redator de vários jornais e colaborador em quase todos os órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo. Suas obras tiveram grande relevância no cenário cultural brasileiro, dentre elas a Gramática em questão, com a primeira edição de 1944, publicada quase quarenta anos depois da primeira edição da “Gramática expositiva” de Eduardo Carlos Pereira. Francisco da Silveira Bueno iniciou na carreira eclesiástica, estudou teologia e filosofia, especializou-se em linguística e filologia, dedicando-se ao magistério lecionando Latim, História, Português e Literatura Portuguesa.

A Gramática de Silveira Bueno é muito semelhante à Gramática de Eduardo Carlos Pereira tanto em termos de organização, quanto nos exemplos que o autor lança mão para elucidar seus conceitos. É interessante observar que Silveira Bueno (1956), em uma seção inicial de sua obra, chamada “Palavras necessárias”, comenta sobre o estrondoso êxito que a Gramática de Eduardo Carlos Pereira atingiu a sua época. Conforme Silveira Bueno (1956), o país encantou-se com a

² Para fins de pesquisa escolhemos a 4ª edição da “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, de 1956.

terminologia difícil e superabundante de Pereira, mas, sobretudo, deliciou-se com a vasta e pormenorizada atenção dedicada à análise lógica em sua Gramática. Contudo, mais à frente Silveira Bueno afirma ser a análise lógica um “ponto nevrálgico no ensino brasileiro” (BUENO, 1956, p. 5), uma vez que parece ser esse o motivo pelo qual os estudantes em geral detestam Português, considerando-o difícil. A citação a seguir comprova a crítica de Silveira Bueno à Gramática de Eduardo Pereira:

[...] a análise lógica em excesso tem aplicado aos mais belos versos do nosso idioma a escorcha das suas divisões e subdivisões, desarticulando as orações, como se fosse mais belo examinar braços, pernas, cabeça, e tronco, separadamente, que o todo, na formação harmônica e estética do corpo humano. (BUENO, 1956, p.6)

Pode-se perceber na passagem acima uma crítica ao excesso de análise lógica presente em algumas gramáticas que, de acordo com o autor, deve-se ao “vestígio das velhas e erradas ideias de que a Gramática fazia parte da filosofia, de que, assim como existe uma só lógica no mundo, deve também existir uma única e universal Gramática”, (BUENO, 1956, p. 6), o que é surpreendente, já que Silveira Bueno se espelha tanto na organização de sua Gramática, como nas formas de descrição de seus conceitos, nas propostas da Gramática expositiva.

Silveira Bueno (1956) afirma que desde a Gramática de Eduardo Carlos Pereira nunca se havia estudado tanto a análise lógica, mas também “nunca houve tanta decadência na expressão brasileira, nunca se conheceu menos a língua do país” (BUENO, 1956, p. 6). Parece-nos ser a posição assumida por este autor frente aos estudos de lógica da língua um dos pontos divergentes em relação à Gramática de Eduardo Carlos Pereira, ainda que inicialmente Silveira Bueno tenha dado destaque ao papel assumido pela lógica na “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa” (1944).

Paralelamente à crítica à análise lógica, Silveira Bueno (1956), em uma seção chamada “As nossas finalidades”, critica o excesso de normatividade das Gramáticas que abusam das regras afastando-se das condições de uso da língua. Sobre isso o autor afirma que:

[...] como essas trepadeiras envolventes e daninhas, continuam as antigas regras, puramente artificiais, ou já sem aplicação aos nossos dias, a

enredar-se em torno do velho roble Português, impedindo-o de frondejar à larga, à desvolta. (BUENO, 1956, p. 7) [*grifo nosso*]

Percebe-se a preocupação inicial do autor em escrever uma Gramática mais próxima à realidade dos alunos, uma Gramática menos artificial e mais acessível ao leitor/falante da língua. Mais à frente Silveira Bueno (1956) diz que se chegou ao ponto de ensinar aos alunos uma língua que eles nunca falarão e jamais ouvirão falar, como se fosse um idioma desaparecido com Camões.

É interessante a preocupação do autor em adequar o ensino da Língua Portuguesa, fugindo da simples exposição de regras e mais regras, já que, ainda segundo o autor, temos esquecido que o aprendizado do Português tem por finalidade colocar nos lábios dos estudantes expressões e conhecimentos que lhes sirvam de instrumento de intercâmbio social de ideias e sensações.

É no mínimo curiosa essa preocupação do autor, se levarmos em consideração que sua Gramática foi escrita em 1956 e que por volta da década de 1950 as gramáticas costumavam ser menos pragmáticas e mais abstratas e que essa é, ainda, uma preocupação que se tem e se discute até os dias de hoje.

Contudo, no que diz respeito a como o termo *ambiguidade* é tratado por Silveira Bueno (1956), não há nenhuma novidade ou evolução em relação à Gramática de Pereira (1944). Silveira Bueno também considera a ambiguidade como um *vício de linguagem*, que segundo ele “afeiam o dizer, diminuindo-lhe a força expressiva” (BUENO, 1956, p. 447). Ainda segundo o autor, os vícios de linguagem surgem em sentido contrário às figuras de sintaxe que trazem beleza às expressões, aperfeiçoando-as.

Na categoria dos vícios de linguagem, a ambiguidade é responsável por “qualquer confusão de sentido, proveniente seja de que causa for” (BUENO, 1956, P. 449).

Pode-se perceber que há bastante semelhança entre as definições das gramáticas analisadas até o momento, ambas consideram a ambiguidade como um vício de linguagem capaz de deturpar a correção da língua e que por isso deve ser evitado e, se possível, desfeito, revestindo o termo de um valor exclusivamente negativo. Entre os exemplos dados por Silveira Bueno encontram-se as frases “a moça queria meia de mulher preta” (BUENO, 1956, p. 449) e “encontrei teu irmão com um cãozinho que me falou de ti” (Idem, p. 449). Por outro lado, diferentemente

de Pereira (1944), Silveira Bueno (1956) não explica, mesmo que minimamente, os exemplos dados e, apesar de criticar o excessivo papel que as regras ocupam nas gramáticas, ele coloca em evidência seu olhar normativista. Além disso, apesar de afirmar que a ambiguidade pode ser proveniente de diferentes causas, o autor não desenvolve a questão.

Outro ponto interessante é o fato do gramático dizer que os vícios de linguagem, além de enfeiares a língua, diminuem a sua força expressiva. Ora, é sabido que o fenômeno da ambiguidade, especialmente se usado de maneira intencional, age de forma contrária a isso dando à língua uma imensa força expressiva, pois qualquer frase com mais de um sentido exige muito mais do leitor/falante que precisará fazer outras relações buscando elementos externos à língua para compreendê-la.

Enfim, apesar do autor criticar o excesso de análise lógica e também a maneira como o ensino de Português vinha sendo tratado até então, ou seja, uma crítica ao ensino de regras e mais regras puramente artificiais, fato que afasta os alunos da sua própria língua, considerando-a difícil e inacessível, no aspecto semântico a Gramática de Silveira Bueno (1956) não traz nada de inovador em relação à Gramática de Eduardo Carlos Pereira (1944). O autor acaba reproduzindo algo que ele mesmo condena: o ensino de uma língua que os alunos jamais falarão e jamais ouvirão, pois é sabido que todo dizer se reveste de ambiguidade, já que a multiplicidade de sentidos é natural e faz parte de qualquer língua. As palavras não são só nossas, nos diz Orlandi (2010), o dizer não é propriedade particular, ele significa pela história e pela língua e é por isso que a língua não é transparente, mas opaca, fazendo do dizer algo naturalmente múltiplo de sentidos.

1.3 A “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”, de Napoleão Mendes de Almeida

Outra Gramática que nos serviu de análise foi a “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”³, de Napoleão Mendes de Almeida. O gramático nasceu em

³ Para fins de pesquisa escolhemos a 9ª edição da “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”, de 1957. Entretanto, a Gramática de Napoleão Mendes de Almeida alcançou seu auge na década de 1940.

1911 e foi professor de Português e Latim, alcançando notoriedade ao fundar seus cursos de Latim por correspondência na década de 1930. Além disso, foi colaborador do jornal “O Estado de São Paulo” entre os anos 1936 e 1953, em que escreveu inúmeros artigos para a coluna “Questões Vernáculas”. A “Metódica”, como ficou conhecida sua Gramática, alcançou grande sucesso e vendeu centenas de milhares de exemplares em pouco mais de quarenta edições, sendo a última de 2009, tornando-se uma das gramáticas de mais longa vida na literatura brasileira.

Napoleão Mendes de Almeida também ficou conhecido por suas opiniões às vezes controversas em relação à língua, sendo muito criticado por adotar uma postura extremamente radical no que diz respeito à correção, tanto da língua falada como da língua escrita. Em entrevista à revista *Veja*⁴, no ano de 1993, o professor afirmou que não pode haver diferenças entre o Português europeu e o Português brasileiro, pois existe apenas uma língua e que o brasileiro fala um Português muito ruim, chegando a ter vergonha de expressões corretas, de regências e concordâncias.

No primeiro capítulo de sua Gramática, o autor apresenta algumas definições como a de linguagem que

[...] não é senão a propriedade que temos de, por meio de palavras, comunicarmos entre nós, exteriorizando nosso pensamento, relatando fatos e coisas internas ou externas, acontecidas ou ainda por acontecer. (ALMEIDA, 1957, p. 13)

Percebe-se que assim como Carlos Pereira (1944), Napoleão Mendes de Almeida (1957) também vê na linguagem um meio entre pensamento e expressão, como se fosse possível “traduzir” os pensamentos em palavras, e mais, fazer isso de maneira clara e objetiva, livre de qualquer opacidade. Outro ponto em comum com a Gramática de Carlos Pereira (1944) está na divisão que Napoleão Mendes de Almeida (1957) propõe para a Gramática: geral, particular, histórica e expositiva.

Quanto à ambiguidade, o autor também a inclui dentro dos *vícios de linguagem* que segundo ele deturpam, desvirtuam e desfiguram a frase, contrapondo-se às figuras de sintaxe que trazem graça e energia à língua, à semelhança do que propõe Silveira Bueno (1956). Conforme o autor, “anfibialegoria ou

⁴ A entrevista encontra-se disponível na íntegra no site da Revista *Veja*: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/entrevista_24021993.shtml

ambiguidade é o vício pelo qual se dá tal construção à frase, que esta apresenta dois sentidos diversos” (ALMEIDA, 1957, p. 416).

Um dos exemplos dados pelo autor é a frase “Bato, que em dura pedra converteu Mercúrio, pelos frutos que revela” (ALMEIDA, 1957, p. 416), em que não se percebe quem foi convertido em pedra, se Bato ou Mercúrio, independentemente de que ele venha a discutir o fato de que a ambiguidade é efeito do emprego de um determinado sintagma na frase em questão, ou seja, consequência de que Bato pode ser interpretado tanto como um sintagma nominal como um sintagma verbal, o que fragiliza a descrição de “metódica” que ele imprime a sua Gramática.

Os outros exemplos citados pelo autor são idênticos aos apresentados por Eduardo Carlos Pereira (1944), inclusive a explicação é a mesma. Esse dado é interessante já que entre a publicação das duas edições há mais de dez anos de diferença, tempo em que o tratamento dispensado à ambiguidade se manteve o mesmo.

Almeida também não discute os exemplos citados, e ainda deixa bem claro que a ambiguidade se configura por dar à frase “dois sentidos diversos” (ALMEIDA, 1957, p. 416), o que sabemos ser um erro, uma vez que uma frase ambígua pode apresentar mais de dois sentidos. Enfim, a Gramática de Almeida (1957), assim como as outras analisadas, não aprofunda a explicação acerca da ambiguidade, apenas apresenta o fenômeno de maneira simplificada, artificial, revestido de um teor negativo e em desacordo com a realidade dos falantes da língua que todos os dias se deparam com frases repletas de múltiplos sentidos, mas nem por isso deixam de se comunicar. Cabe perguntar, após essa exposição, o que diferencia uma Gramática Metódica de uma Gramática Expositiva. A nosso ver não existe uma diferença significativa, principalmente no que diz respeito a como as Gramáticas abordam os aspectos semânticos de um determinado tema, uma vez que ambas consideram a ambiguidade como um vício de linguagem advindo de um erro cometido pelo falante.

1.4 A “Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa”, de Artur de Almeida Tôrres

A última Gramática a ser analisada, dentre àquelas escolhidas entre as décadas de 1940 e 1950, é a “Moderna Gramática expositiva da Língua Portuguesa”, de Artur de Almeida Tôrres, em sua 8ª edição datada de 1959. Almeida Tôrres foi um notório professor do Colégio Pedro II e membro da Academia Brasileira de Filologia.

A Gramática em questão diferencia-se das outras analisadas até agora, uma vez que foi escrita após a aprovação do projeto de uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) de acordo com o trabalho aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado, em janeiro de 1959, elaborado pela Comissão de especialistas constituída pelos professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá, Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha. Essa informação é importante, pois o projeto de uniformização da NGB representa um momento de transição da Gramática da Língua Portuguesa e, por conseguinte, do ensino de língua no país. O próprio Almeida Tôrres, no prefácio de sua Gramática afirma:

Estávamos numa fase de transição e de incertezas, conseqüente das profundas modificações e inovações introduzidas em nossa tradicional nomenclatura. Os próprios autores da reforma não se achavam em perfeita harmonia. Repetiam-se assim as mesmas vacilações que se verificaram na fase inicial da reforma ortográfica. Passado, porém, esse primeiro instante, foi-nos agora possível, com maior calma e graça às sugestões que recebemos de ilustres colegas, preparar uma nova edição escoimada dos senões e falhas que afeiam a primitiva, e onde procuramos conceituar os fatos com maior segurança e coerência, tarefa sem dúvida exaustiva e espinhosa, que nos consumira muitas horas de intenso labor diurno e noturno. (TÔRRES, 1959, p. 9-10)

Almeida Tôrres (1959) classifica a Gramática em expositiva, histórica e comparativa e, seguindo a NGB, divide a Gramática em três grandes áreas: fonética, morfologia e sintaxe, cada uma com seu tipo de análise correspondente, o que nos leva a pressupor que a ambigüidade irá se inscrever nos domínios da sintaxe. O recorte a seguir mostra a classificação por diferentes tipos de análise proposta pelo autor:

A análise fonética trata dos vocábulos quanto ao número de suas sílabas, quanto à tonicidade e quanto aos fonemas que os constituem.
A análise morfológica trata dos vocábulos sob dois aspectos: a) quanto à sua estrutura e formação; b) quanto à sua classe e flexões.

A análise sintática trata da classificação do período, de sua divisão em orações e da classificação das orações e de seus elementos: sujeito, predicado e adjunto. (TÔRRES, 1959, p. 16)

Esse tipo de divisão estanque entre os componentes da língua não havia aparecido nas gramáticas analisadas anteriormente.

Quanto à ambiguidade, o autor não a inclui em nenhuma das três grandes áreas, mas sim no que ele chama de “Apêndice – Estilísticas”, onde, além dos vícios de linguagem, encontram-se figuras de sintaxe, ortografia, pontuação, crase, noções de versificação, emprego do verbo haver e emprego do infinitivo, o que nos leva a pensar e refletir sobre o papel marginal que a ambiguidade ocupa pelo fato de estar inscrita em um apêndice da Gramática em questão.

Conforme Almeida Tôrres, os vícios de linguagem “são deturpações que a língua sofre em sua pronúncia e escrita por *ignorância* ou *descuido* de quem a fala” (TÔRRES, 1959, p. 237) [*grifos nossos*]. Dentre eles está a anfibologia ou ambiguidade que ainda segundo o autor é a disposição viciosa de palavras, que apresenta dualidade de sentido. O exemplo usado pelo autor é a frase “Heitor Aquiles chama a desafio” (TÔRRES, 1959, p. 239).

Da mesma forma que os autores anteriores, Almeida Tôrres (1959) não descreve as condições que possibilitam o aparecimento da ambiguidade, apenas a apresenta como um erro a ser corrigido ao se fazer bom uso da língua. Um ponto interessante é que Almeida Tôrres (1959) acredita que a ambiguidade, por se tratar de um vício de linguagem, é resultado ou da ignorância ou do descuido do falante, ou seja, não há como o fenômeno ser usado de forma intencional pelo falante e, por isso, não são exploradas as inúmeras possibilidades de uso da ambiguidade. Observa-se, a partir dessa definição, que o que domina entre os gramáticos é a caracterização da ambiguidade como uma forma de representar as condições de uso da língua pelos falantes que estão à margem da escola e do ensino. Ela serve, portanto, ao fortalecimento de estigmas, mas seu limite é este.

Como vimos, as Gramáticas analisadas até o momento em muito se parecem no que diz respeito ao tratamento dado ao fenômeno. Nenhum dos quatro gramáticos dispensa maiores cuidados ao tratar do assunto, tampouco considera a ambiguidade como um elemento essencial, capaz de enriquecer a linguagem tornando-a mais complexa. Todos, sem exceção, a consideram como um vício de linguagem a ser sanado, como um erro a ser evitado e, se possível, desfeito, a fim

de fazer bom uso da língua, respeitando as regras ditadas pela Gramática. Em nenhum caso o fenômeno foi abordado de forma positiva, sendo sempre tratado como um erro expressivo do falante, logo, nenhum autor procurou entender a possibilidade de se fazer uso da ambiguidade intencionalmente. Como comentado anteriormente, essa forma de entender a multiplicidade de sentidos advém de uma concepção de língua sistemática, transparente, em que não se admite dúvidas, opacidade, em que tudo deve ser dito de forma clara e objetiva, em que a língua deve representar o mais fielmente possível o pensamento do falante, para que a mensagem possa ser transmitida de A (emissor) para B (receptor) sem que haja nenhuma interferência ou dúvida em relação ao sentido do que está sendo dito.

1.5 “Estudos de Língua Portuguesa: Gramática”, de Douglas Tufano

Neste segundo momento de análise, veremos predominantemente como o conceito de ambiguidade é tratado por gramáticas escritas mais recentemente, mais especificamente a partir da década de 1980.

Nosso objetivo é verificar se há uma diferença significativa na forma como os gramáticos abordam o tema ambiguidade, tendo em vista os avanços teóricos na área da linguística e dos estudos semânticos. Serão analisados os conceitos utilizados por cada autor bem como os exemplos que cada um lança mão a fim de explicar o fenômeno.

Para dar início, vamos analisar a Gramática pedagógica intitulada “Estudos de Língua Portuguesa: Gramática”, de Douglas Tufano.

Douglas Tufano nasceu na cidade de São Paulo em 1948. Formado em Letras e Pedagogia pela USP, dedica-se ao magistério desde 1969. Foi professor efetivo da rede oficial de ensino de São Paulo e trabalhou também em escolas particulares, tendo lecionado Português, Literatura Brasileira e História da Arte.

Atualmente, ministra cursos de capacitação para professores de todo o Brasil, a convite de Secretarias de Educação e instituições particulares de ensino.

Além da obra “Estudos de Língua Portuguesa: Gramática”, publicada em 1985, Douglas Tufano é autor de vários livros didáticos e paradidáticos, publicados por diversas editoras do Brasil.⁵

Na apresentação de sua obra, o autor afirma que “o livro foi idealizado para auxiliar o professor de Língua Portuguesa a desenvolver suas aulas de Gramática” (TUFANO, 1985, p. 5) e por isso possui uma estrutura que facilita a sua aplicação em sala de aula: capítulos pequenos, que focalizam os pontos teóricos essenciais, acompanhados de um grande número de exercícios de vários tipos. Ao contrário das gramáticas analisadas até o momento, esta não traz os conceitos básicos de língua, linguagem, gramática, entre outros. Contudo, por se tratar de um livro para auxiliar o professor em sala de aula, traz, como salientado pelo autor, inúmeros exercícios com o objetivo de complementar a parte teórica.

Neste aspecto específico, o livro de Tufano (1985) constitui-se em um livro didático de Português, ainda que fuja dos padrões presentes nestes livros: não possui textos para análise, não aborda questões de leitura e redação, não traz charges, tirinhas, imagens, todos esses elementos típicos de um livro didático de Língua Portuguesa. Apesar de trazer os exercícios de apoio, o livro de Tufano (1985) está muito mais próximo de uma Gramática pedagógica, seja pela sua estrutura, seja pela forma como apresenta os conteúdos.

O autor também enquadra a ambiguidade na categoria dos vícios de linguagem que, segundo ele, são construções que se desviam sintática ou morfológicamente das convenções estabelecidas pela norma culta como às que tornam a mensagem ambígua ou produzem sequências de sons desagradáveis. Conforme o autor, “ocorre ambiguidade quando a construção da frase não deixa claro seu sentido, permitindo mais de uma interpretação” (TUFANO, 1985, p. 293). O exemplo apresentado pelo autor é a frase “soube que ele surpreendeu o ladrão em sua casa” (TUFANO, 1985, p. 293), muito semelhante a um dos exemplos utilizado por Eduardo Carlos Pereira em sua Gramática há mais de 40 anos: “ele prendeu o ladrão em sua casa” (PEREIRA, 1944, p. 278).

Podemos perceber que, apesar de décadas de evolução teórica no campo da linguagem, não houve nenhum avanço em relação ao tratamento dispensado à ambiguidade quando comparadas a Gramática de Eduardo Carlos Pereira (1944) e

⁵ Informações retiradas do *site* do autor.

a Gramática pedagógica de Douglas Tufano (1985). Inclusive, a impressão que tivemos é a de que houve um retrocesso, uma vez que Tufano sequer comenta o único exemplo apresentado.

A estrutura da Gramática de Tufano (1985) é idêntica a das Gramáticas ditas tradicionais escritas entre as décadas de 1940 e 1950, pois todas consideram a ambiguidade como um vício de linguagem, colocando-a no mesmo patamar de outros fenômenos como o barbarismo que se caracteriza pelo preconceito em relação à fala dos sujeitos pouco instruídos e o solecismo, que claramente constitui um erro por parte do falante.

Outro ponto importante é que, apesar do autor salientar na apresentação de sua obra a importância dos inúmeros exercícios propostos por ele para facilitar a aprendizagem, não há um único exercício entre aqueles a respeito dos vícios de linguagem em que se aborde a ambiguidade ainda que sob as condições restritas de uma Gramática pedagógica.

Acreditamos ser essa uma falha do autor que poderia utilizar os exercícios para mostrar na prática como a ambiguidade pode ser abordada, bem como as diferentes maneiras de se fazer uso desse recurso da linguagem.

1.6 “Gramática”, de Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura⁶

Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura são licenciados em Letras pela Universidade de São Paulo. Ambos têm larga experiência em sala de aula, atuando como professores da rede de ensino da cidade de São Paulo e juntos são autores de inúmeras obras voltadas para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

A obra “Gramática”⁷ é dividida em quatro grandes áreas: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe e estilística. Faraco e Moura (1991) enquadram o conceito de ambiguidade dentro da área de estilística.

⁶ A obra de Faraco e Moura (1991) tem por título apenas “Gramática”, e não possui subtítulo.

⁷ A edição analisada é de 1991.

A Gramática de Faraco e Moura (1991) diferencia-se das outras, pois é a primeira que considera a ambiguidade não só como um vício de linguagem, mas também como uma figura de estilo. A respeito dos vícios de linguagem os autores dizem:

Chama-se vício de linguagem ao modo de falar ou escrever que contraria as normas de uma língua. A infração à norma só recebe o nome de vício quando se torna frequente e habitual na expressão de um indivíduo ou de um grupo. O desrespeito ocasional aos padrões linguísticos poderá resultar simplesmente de descuido ou, ainda, revelar *intenção expressiva*. (FARACO e MOURA, 1991, p. 452) [*grifo nosso*]

Podemos perceber que os autores fazem uma ressalva quanto à frequência de uso de tais fenômenos, o que os caracterizaria como um erro (vício), como descuido ou como intenção expressiva. Esta é a primeira Gramática a admitir a possibilidade de intenção do falante ao fazer uso da ambiguidade e quando tal fato ocorre os autores já não consideram o fenômeno como um vício de linguagem, mas como uma figura de estilo. Vale ressaltar que todas as Gramáticas tradicionais consideram as figuras de estilo ou as figuras de sintaxe como fenômenos que se opõem aos vícios de linguagem, dando à frase graça e energia.

A ambiguidade considerada como um vício de linguagem aparece com outros vícios, também bastante citados pelos outros autores, como o barbarismo e o solecismo e, segundo os autores, “ocorre quando uma mensagem apresenta mais de um sentido” (FARACO e MOURA, 1991, p. 453) e geralmente resulta da disposição inadequada das palavras na frase. Entretanto, para esses autores a ambiguidade pode ser intencional e não intencional ao mesmo tempo. Ao final da explicação, os autores atentam para o fato da ambiguidade também poder ser considerada como uma figura de estilo.

Conforme os autores, temos as figuras de estilo quando fazemos uso da língua com o objetivo de chamar a atenção do leitor para a mensagem que produzimos, marcando-a de maneira especial e tornando-a mais expressiva. Sobre a expressividade os autores dizem:

A expressividade decorre, quase sempre, do emprego de uma linguagem diferente daquela empregada no dia-a-dia, que é a linguagem predominantemente denotativa. Torna-se necessário apresentar a ideia por

meio de palavras e construções menos corriqueiras, mais “incomuns”. (FARACO e MOURA, 1991, p. 430)

De acordo com os autores, nas mensagens assim construídas ocorre sempre um “desvio” em relação à linguagem comum, aquela que busca simplesmente informar. Figura é, portanto, um recurso que consiste em apresentar uma ideia através de palavras ou construções incomuns e não deve ser considerada apenas como um “enfeite”, pois tem um objetivo: dar à frase maior expressividade.

A ambiguidade considerada como uma figura de estilo tem a função de “sugerir significados diversos para uma mesma mensagem” (FARACO e MOURA, 1991, p. 433). O exemplo trazido pelos autores é a frase “tua cândida mão, teu pé mimoso” (FARACO e MOURA, 1991, p. 433), do escritor Bocage, em que cândida significa, simultaneamente, branca e pura. Os autores ainda ressaltam que a ambiguidade, embora funcione como um recurso estilístico, também pode ser um vício de linguagem devendo, então, ser evitada pois compromete o significado da frase.

Apesar do exemplo apresentado pelos autores ser distante da realidade dos falantes, uma vez que foi retirado da obra de um poeta português nascido no século XVIII, Faraco e Moura são os únicos autores até agora analisados que atribuem à ambiguidade um valor positivo, não a considerando apenas como um erro a ser evitado e eliminado da língua. Na sua obra, além da ambiguidade aparecer como um vício de linguagem, ela também aparece como uma figura de estilo ao lado da aliteração, da anáfora, do eufemismo, da elipse, da metáfora, entre outras. Todas essas conhecidas por dar expressividade à frase e presentes não só em obras de literatura, mas também nos discursos do cotidiano.

A nosso ver, a Gramática de Faraco e Moura (1991), apesar das limitações teóricas e dos exemplos pouco didáticos, foi a que melhor analisou o fenômeno da ambiguidade até o momento, pois mostrou um lado diferente do fenômeno: o da intencionalidade do falante. Logo, ampliou a abordagem dada à ambiguidade que deixou de ter apenas um valor negativo e passou a ser considerada como um recurso da linguagem capaz de dar à frase expressividade e energia por meio dos seus múltiplos sentidos.

1.7 “Moderna Gramática Brasileira”, de Celso Pedro Luft

Celso Pedro Luft nasceu em 1921, formou-se em Letras Clássicas e Vernáculas, estudando durante anos as gramáticas grega, latina e portuguesa. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formando uma geração de linguistas que atuam como docentes nas universidades do Rio Grande do Sul. Na década de 1950 viajou para Europa, onde fez cursos ao lado do também gramático Lindley Cintra, especializando-se em Filologia Portuguesa pela Universidade de Coimbra.

Um dos livros mais conhecidos do autor chama-se “Língua e Liberdade” (1986), publicado na década de 1980, composto por uma série de artigos jornalísticos publicados em diferentes épocas, mas que abordam um mesmo assunto: a importância de se rever o ensino de língua materna no país, fugindo de apenas exposições de regras artificiais que em nada colaboram para a aprendizagem dos alunos. Luft (1986) coloca-se contra o ensino gramaticalista e purista da língua, o qual só promove a insegurança e a opressão, pois em vez de desenvolver as habilidades linguísticas dos alunos, os reprimem frente aos desvios cometidos em relação à norma culta da língua.

Por ter sido um grande estudioso de Noam Chomsky, fato que influenciou toda a sua obra, Luft, em “Língua e Liberdade” (1986), apresenta vários conceitos importantes da teoria gerativista, como a dicotomia competência/desempenho e a tese do inatismo proposta por Chomsky, a qual resumidamente diz que todo o ser humano nasce programado para falar, ou seja, com a habilidade biológica para desenvolver a linguagem, uma vez que o cérebro humano possui um dispositivo que faz o homem ser capaz de construir um número infinito de frases a partir de uma lista finita de regras. Como veremos a seguir, sua Gramática também sofre a influência da teoria gerativista.

À primeira vista já se percebe uma diferença bastante significativa da Gramática de Luft em relação às demais vistas até o momento: o autor já não fala de uma Gramática portuguesa, mas sim de uma Gramática brasileira. Esse ponto é importante já que expõe a formação do autor. Para ele existem duas línguas diferentes, ou pelo menos, existem duas gramáticas diferentes, uma para o

Português europeu falado em Portugal e outra para o Português falado no Brasil. É possível que isso se deva à convivência de Luft no contexto europeu durante a década de 1950, o que possibilitou ao autor analisar as especificidades da língua cultivada no Brasil e em Portugal, permitindo-lhe designar sua Gramática de “Moderna Gramática Brasileira”. A citação a seguir vem a comprovar nossos comentários:

Dei-lhe o nome de *Moderna Gramática Brasileira*, por tudo o que deve à Linguística moderna e porque na observação dos fatos idiomáticos me baseei no modelo (norma) brasileiro da Língua Portuguesa (cf., por ex., a colocação dos pronomes). (LUFT, 2002, p. 14)

Outra informação importante fornecida pelo autor, ainda no prefácio, é a de que a tripartição tradicional Fonética-Morfologia-Sintaxe – usada por gramáticos após a uniformização da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959 – foi invertida para Sintaxe-Morfologia-Fonologia, “[...] dado que a comunicação se faz, não por meio de fonemas nem morfemas, mas mediante frases, feitas de locuções e estas de palavras”. (LUFT, 2002, p. 13).

A Gramática de Pedro Luft, assim como as outras analisadas, apresenta uma introdução em que o autor discute alguns conceitos, como o de linguagem, língua, Gramática. Entretanto, Luft (2002) apresenta uma preocupação muito maior em explicar esses conceitos, uma vez que os discute com mais profundidade. Consoante o autor, “a linguagem é a faculdade de (re)criar e manipular sistemas de comunicação”, (LUFT, 2002, p. 15), constituindo um dom natural, inato, do ser humano, enquanto a língua é um código de comunicação verbal, constituída por um sistema de sons vocais previstos para facultar a comunicação entre pessoas.

Diferentemente dos outros gramáticos, Luft (2002) faz distinção entre *línguas artificiais* e *línguas naturais*, ao afirmar que aquelas são sistemas fixos, sem variantes, ao passo que estas, ao contrário, revelam-se como sistemas flexíveis, abertos a variações no tempo e no espaço. Ainda segundo o autor, “o homem evolui e com ele, necessariamente, evolui a língua”, (LUFT, 2002, p. 16). Esta visão de Luft já nos possibilita observar que a sua concepção de língua está aberta à observação dos fenômenos de transformação das línguas derivados de suas condições de uso.

Luft (2002) ainda distingue os níveis culto e inculto da língua, considerando-os como fatores de variabilidade social, em que as várias camadas sociais

espelham-se em camadas linguísticas, uma vez que toda língua retrata as realidades humanas; e os registros formal e informal, em que a escolha por um dos dois depende do falante que pode usar a mesma língua de maneira bastante diversa, seja falando à vontade, livremente, em ambientes informais com amigos e familiares, seja falando de maneira mais formal, em situações específicas. A escolha entre um ou outro registro depende da adequação do código aos objetivos visados. Mais uma vez essa maneira de estratificação nos remete para o fato de que seu olhar de linguista também está atento para as condições de uso da língua.

No que diz respeito ao conceito de Gramática, Luft (2002) distingue a *Gramática natural*, “conjunto de regras segundo as quais os falantes constroem as frases”, (LUFT, 2002, p. 20), constituindo um saber intuitivo, da *Gramática artificial*, que é “a descrição desse saber linguístico, uma obra – livro, manual – em que se registra essa descrição” (LUFT, 2002, p. 21).

É interessante notar que por se tratar de uma Gramática escrita mais recentemente, a “Moderna Gramática Brasileira” traz noções da linguística moderna, desde Ferdinand de Saussure, passando por estudiosos como Hjelmslev e Bloomfield, até a teoria gerativo-transformacional de Noam Chomsky, que espelha fundamentalmente as noções de Celso Pedro Luft. Essa característica a diferencia bastante das outras gramáticas analisadas, ditas tradicionais, as quais procuram impor regras de um determinado padrão linguístico havido como modelar, ou simplesmente expor os fatos da linguagem.

Já Celso Luft (2002) considera a Gramática como aquilo que capacita o falante a construir ou a interpretar quaisquer frases da língua e tem por objetivo explicitar esse sistema gerador de frases interiorizado pelos falantes.

No que diz respeito ao fenômeno da ambiguidade, o autor a enquadra dentro de um apêndice que ele denomina “Vícios de Sintaxe”, o qual faz parte da grande área “Sintaxe”. Análogo aos outros gramáticos, Luft (2002) também considera a ambiguidade como um *vício*, mas de sintaxe, o que nos leva a crer que, para o autor, o fenômeno deve-se a uma questão estrutural. Conforme Luft, “a ambiguidade é uma construção tal que permite duas ou mais interpretações semânticas”, (LUFT, 2002, p. 114). Dentre os exemplos apresentados pelo autor estão as frases: “é uma jóia de mulher”, “levar o menino para casa” (LUFT, 2002, p. 114).

Podemos observar que, ao contrário dos outros autores, Luft localiza o fenômeno da ambiguidade nos domínios da sintaxe, ou seja, ele consegue perceber,

além da constatação já feita de que se trata de um vício de linguagem, o fato de que a ambiguidade é “problema” de estrutura. Além disso, o gramático admite a possibilidade da ambiguidade permitir duas ou mais interpretações, independente do fato de que uma delas esteja equivocada, algo que não havia acontecido nos autores estudados até então.

Entretanto, ao contrário do que esperávamos, tendo em vista o fato de o autor ter uma visão teórica mais completa e rigorosa em relação aos demais, Luft (2002) não aprofunda uma reflexão sobre o funcionamento da ambiguidade enquanto um indicador das condições próprias de uso da língua em situações de interação no cotidiano. Poucas frases são apresentadas como exemplos, e o autor também não descreve as condições capazes de possibilitar o aparecimento da ambiguidade. Logo, o fenômeno continua sendo entendido como um erro cometido pelo falante.

Todas as reflexões produzidas por nós sobre o funcionamento das gramáticas, até o momento, não respondem as questões que desencadearam os estudos que estamos realizando. Desde modo, nosso próximo passo consistirá em investigar como os linguistas analisam a questão.

1.8 O Que Dizem os Dicionários de Linguagem e Linguística?

Antes de começarmos nossa análise sobre como o estatuto linguístico vem tratando o conceito de ambiguidade por meio de diferentes teorias, gostaríamos de fazer uma breve reflexão sobre o tema debruçando-nos em alguns Dicionários de Linguagem e Linguística que, a nosso ver, servirão também como uma forma de introdução ao próximo capítulo, em que falaremos especificamente sobre o conceito de ambiguidade conforme algumas teorias linguísticas, desde uma teoria linguística mais formal, passando pela teoria da enunciação e pela linguística textual.

Esperamos, com isso, que nossa reflexão acerca dos Dicionários de Linguagem e Linguística funcione como uma ponte entre este capítulo – em que tratamos do fenômeno da ambiguidade tendo em vista Gramáticas de Língua Portuguesa, sejam elas mais antigas, editadas entre os anos 1940 e 1950, sejam mais modernas, com edições a partir da década de 1980 – e o capítulo seguinte.

Vamos começar nossa análise pelo célebre “Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem” (1977), de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, publicado no início da década de 1970 e tido, desde então, como um dos mais importantes dicionários da área da linguagem.

Oswald Ducrot, semanticista francês, junto com Jean Claude Anscombe desenvolveu a Teoria da Argumentação na Língua, cuja ideia central é a de que a significação das palavras se constitui pelas argumentações. Segundo Ducrot (2012), em entrevista⁸ dada à Revista Investigações:

[...] nós defendemos que a argumentação deve ser vista como outra coisa do que ela é vista habitualmente, ou seja, que as argumentações não são raciocínios para permitir a passagem de certo conhecimento a outro. Então, nós refutamos, por um lado, a visão convencional do ato de argumentar e, por outro lado, defendemos a ideia de que a argumentação está primeiramente no próprio sentido das palavras e que ela não é um tipo de consequência do uso das palavras. (Idem, p. 15)

Tzvetan Todorov é um filósofo e linguista búlgaro, radicado na França desde 1963. Publicou um número considerável de obras como “Mikhail Bakhtin: o princípio dialógico”, “A beleza que salvará o mundo” e “Os inimigos íntimos da democracia” e suas reflexões passam pela filosofia, linguística, história, literatura e artes plásticas.

Em seu “Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem”, os autores explicam a ambiguidade por meio de outro fenômeno, o da homonímia. Para os autores, estamos diante de um caso de homonímia quando “a uma mesma realidade fônica podem corresponder significações radicalmente diferentes” (DUCROT e TODOROV, 1977, p. 230), e isso pode levar à ambiguidade. É o caso da ambiguidade causada por palavras homônimas como *ralo*, que pode significar *pouco espesso*, como na frase *Este caldo está muito ralo*; ou *tampa gradeada colocada na abertura de esgotos*, como na frase *O ralo da cozinha está quebrado*.

Um ponto importante trazido pelos autores é que se deve tomar cuidado para não confundir ambiguidade com polissemia, fenômeno semelhante, mas de outra natureza. A polissemia depende daquilo que eles chamam de “determinação contextual” (Idem, p. 230), em outras palavras, quando estamos diante de um caso

⁸ A entrevista completa encontra-se disponível no site da Revista Investigações, podendo ser acessada através do link http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.25.N2/Investigacoes-25N2_Antonio-Carlos-Xavier.pdf

de polissemia é necessário levar em conta o fato de que as situações em que uma expressão é empregada podem desviar sua significação em direções diferentes⁹.

Outro ponto levantado pelos autores diz respeito à extensão semântica, a qual também não deve ser confundida com ambiguidade. Segundo os autores, “a maior parte das expressões tem uma significação bem geral, que lhes permite descrever situações muito diferentes” (DUCROT e TODOROV, 1977, p. 230), mas isso não é o suficiente para classificar a expressão ou palavra como ambígua. Os autores citam como exemplo a palavra *veículo*, que pode ser empregada relativamente a uma bicicleta assim como a um caminhão; contudo, não pode ser considerada ambígua, mas apenas com uma significação muito ampla e abstrata¹⁰.

Ducrot e Todorov (1977) terminam por afirmar que:

[...] a homonímia, ou ambiguidade autêntica supõe que não há, entre as diferentes significações da mesma expressão, nem núcleo comum, nem mesmo continuidade, o que torna impossível ao mesmo tempo explicá-las umas pelas outras e derivá-las todas de uma significação fundamental. Por conseguinte, se uma expressão ambígua tem os dois sentidos *a* e *b*, seu emprego no sentido *a* e seu emprego no sentido *b* correspondem a duas escolhas absolutamente distintas, tão distintas quanto se se tratasse de duas expressões diferentes. (Idem, p. 231)

Em outras palavras, quando estamos diante de um caso de ambiguidade causado por palavras homônimas é preciso atentar para o fato de que não há, entre essas palavras, nenhum vínculo, nenhuma ligação, nenhuma identidade, tanto do ponto de vista semântico, quanto do ponto de vista etimológico. Esse seria um dos critérios apresentados por Frank Palmer em “A semântica” (1986) – e que será visto com mais detalhes no próximo capítulo – onde discutiremos as especificidades da homonímia e da polissemia segundo a ótica deste autor.

A nosso ver, Ducrot e Todorov (1977) fundamentam muito sua análise a respeito da ambiguidade na homonímia, chegando ao ponto de tratar os dois fenômenos quase como sinônimos. Não temos como negar que um dos principais

⁹ Como esta questão é superficialmente abordada no dicionário, as diferenças entre homonímia e polissemia e a relação destas com o fenômeno da ambiguidade ficarão mais claras no próximo capítulo em que analisamos os estudos dos linguistas Frank Palmer (1986) e John Lyons (1982).

¹⁰ Esta proposição dos autores está muito próxima daquilo que Ruth Kempson (1980) chama de vaguidade por falta de especificação no significado de um item lexical, que acontece quando um significado é claro, mas especificado apenas de maneira geral.

fatores causadores da ambiguidade é a homonímia, todavia tratam-se de fenômenos distintos, cada qual com suas características. Não podemos esquecer que a ambiguidade também pode advir de questões sintáticas e não somente lexicais, como nos apontou Luft (2002), fato não abordado por Ducrot e Todorov (1977) em seu dicionário.

O próximo dicionário que analisaremos é o “Dicionário de linguística e gramática” (1984), de Mattoso Câmara Júnior. Mattoso Câmara foi um dos mais notáveis linguistas brasileiros, membro fundador da Academia Brasileira de Filologia e autor de uma vasta obra na área de linguagem, incluindo manuais de filologia e dicionários de linguagem e gramática. É tido até hoje como referência dentro dos estudos da linguagem, em especial no que concerne à morfologia e à etimologia.

Em seu “Dicionário de linguística e gramática”, o autor afirma que a ambiguidade é:

[...] circunstância de uma comunicação linguística se prestar a mais de uma interpretação; a antiga retórica grega focalizou-a na construção da frase sob o nome de anfibologia. (CÂMARA, 1984, p. 48)

Como se pode notar, Mattoso Câmara (1984), assim como a maioria dos gramáticos tradicionais apresentados no capítulo anterior, também faz referência à retórica grega e ao termo anfibologia criado por Aristóteles e que aparece em seu texto “Dos argumentos sofísticos” (1983) para designar um fenômeno considerado pelo filósofo grego como necessário, na medida em que as línguas, sendo dotadas de homonímia, acarretam, como consequência, o aparecimento da ambiguidade em suas construções frasais, em seu uso corrente.

Por outro lado, conforme Mattoso Câmara (1984), seguindo parte do pensamento aristotélico, a ambiguidade aparece como uma consequência, em qualquer língua, da homonímia, da polissemia ou da deficiência dos padrões sintáticos. Pode-se notar que, à semelhança de Ducrot e Todorov (1977), o autor considera a homonímia como um dos fatores causadores da ambiguidade; entretanto, Mattoso Câmara (1984) não separa os dois fenômenos como fizeram os autores do “Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem”, que conferem à polissemia uma caráter mais discursivo quando falam da importância da determinação contextual.

O outro fator causador de ambiguidade de que fala Mattoso Câmara (1984) é a deficiência de padrões sintáticos, que caracteriza a ambiguidade sintática ou estrutural. Segundo o autor, essa deficiência diz respeito à colocação, à concordância e à regência, contudo “a boa manipulação da língua no discurso individual” (CÂMARA, 1984, p. 49) elimina a ambiguidade jogando com a colocação, a concordância e a regência de maneira a suprir a deficiência existente.

Pode-se perceber que Mattoso Câmara (1984) tem uma visão bastante tradicional da ambiguidade, uma vez que a considera como uma deficiência que deve ser eliminada ao se fazer bom uso da língua. À semelhança dos gramáticos apresentados no capítulo anterior, o linguista confere à ambiguidade um caráter negativo. Porém, Mattoso Câmara (1984) já não trata a ambiguidade como um vício de linguagem e, além disso, discute – mesmo que superficialmente – o caráter intencional que pode ser atribuído à ambiguidade quando afirma que, na língua literária, a colocação normal pode ser desrespeitada, a fim de causar um efeito estilístico.

O terceiro e último dicionário que vamos analisar é o “Dicionário de semiótica” (2008), de Greimas e Courtés, no qual José Luiz Fiorin, autor do prefácio da edição brasileira de 2008, faz uma reflexão sobre os conceitos que permeiam a linguagem e a semiótica, inscrevendo-os no contexto teórico próprio, além de examinar sua comparabilidade com outros dicionários.

Conforme Fiorin (2008), o objetivo do dicionário de Greimas e Courtés não é apresentar todo o conhecimento adquirido, mas enunciar problemas e circunscrever um campo de saber e de investigação. Este dicionário se constitui em um esforço de balanço do estabelecimento da semiótica como campo do conhecimento, como uma teoria geral da significação, que se debruça sobre os textos, considerados como manifestação que se apresenta em qualquer substância da expressão de um discurso.

Os próprios autores afirmam que:

O dicionário que apresentamos pretende retomar, atualizando-as, certas reflexões sobre a problemática da linguagem e sintetizar, pelo menos parcialmente, certos esforços que têm por objetivo dar a esse campo do saber a forma de uma teoria coerente. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 11)

Após essa breve introdução a respeito da obra, veremos como os autores definem ambiguidade. Para eles, “a ambiguidade é a propriedade dos enunciados que apresentam, simultaneamente, várias leituras e interpretações possíveis” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 28), sem haver predominância de uma sobre a outra. Os autores ainda diferenciam dois tipos de ambiguidade: a lexical, causada pelos fenômenos de homofonia e homografia – os quais representam diferentes formas de homonímia –, e a sintática, que se manifesta quando a uma estrutura sintática de superfície correspondem duas ou mais representações semânticas.

Em comparação aos dicionários vistos anteriormente, pode-se perceber que ao contrário de Ducrot e Todorov (1977) que, a nosso ver, fundamentam muito a análise da ambiguidade na homonímia, Greimas e Courtés (2008) tratam das duas formas de ambiguidade, a sintática e a lexical. Além disso, os autores procuram diferenciar homonímia de polissemia, fato que consideramos importante para o estudo da ambiguidade.

Para os autores,

Homonímia é a relação de identidade situada no nível do significante e reconhecida entre dois ou vários morfemas ou palavras cujos significados são considerados distintos. Os homônimos podem ser homófonos ou homógrafos. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 249)

Dessa forma, com base na leitura de Greimas e Courtés (2008), nos casos de homonímia, os lexemas não possuem figura nuclear comum no nível do significado e são considerados independentes, enquanto na polissemia existe a presença de mais de um sentido no interior de um lexema. No caso de lexemas polissêmicos, a ambiguidade desaparece no contexto do enunciado, quando realiza apenas um de seus sentidos. Essa ideia é semelhante ao que diz Michel Bréal¹¹ em seu “Ensaio de semântica” (2008) quando afirma que:

À medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes a forma, mas diferentes no valor. A esse fenômeno de multiplicação chamaremos a polissemia [...] Perguntar-se-á como esses sentidos não se contradizem um ao outro. *Mas é preciso atentar que as palavras são colocadas cada vez num meio que lhe*

¹¹ Neste ponto, é importante esclarecer que a obra “Ensaio de semântica”, de Michel Bréal, data de 1897. Bréal, já no final do século XIX, discutia questões relevantes e atuais para o estudo da semântica. Cabe lembrar, também, que o termo “semântica” foi criado por Bréal, para referir-se ao estudo dos sentidos das palavras.

determina antecipadamente o valor. (BRÉAL, 2008, p. 103-104) [grifos nossos]

Bréal (2008) ainda afirma que a linguagem, além de possuir suas próprias leis, recebe a repercussão dos acontecimentos exteriores, acontecimentos que escapam a qualquer classificação. E a polissemia é um fenômeno que demonstra esse fato.

Como dito anteriormente, há um esforço de Greimas e Courtés (2008) em diferenciar homonímia de polissemia, entretanto os autores não explicam a polissemia por meio da ambiguidade ou vice-versa, como fez Mattoso Câmara (1984), em seu dicionário, ao afirmar que a polissemia seria uma das causas da ambiguidade, juntamente com a homonímia e a deficiência de padrões sintáticos. Greimas e Courtés (2008) falam de uma ambiguidade lexical (causada por lexemas homônimos), mas consideram a polissemia como um fenômeno de outra ordem. Nosso entendimento está próximo do que afirmam Greimas e Courtés (2008), uma vez que nossa pesquisa nos levou a acreditar que a polissemia não pode ser explicada por meio da ambiguidade, justamente por se tratar de um fenômeno do discurso e não apenas da língua.

Outro ponto interessante trazidos pelos autores diz respeito à univocidade do significado. Para eles, a univocidade opõe-se à ambiguidade e se caracteriza por apresentar apenas uma acepção, seja qual for o contexto em que figure.

A busca pela univocidade é uma constante dentro dos estudos linguísticos mais formais, que tentam apreender o significado exato de cada sentença ou de cada palavra. É em nome da univocidade e da ilusão de se alcançar um ideal de língua transparente, em que tudo pareça óbvio e livre de equívocos, incertezas e múltiplos sentidos, que se criam testes para identificar a ambiguidade, e mais, para eliminá-la.

É disso que trataremos no próximo capítulo, em que veremos como a ambiguidade é entendida pela linguística formal.

CAPÍTULO 2

O ESTATUTO DA AMBIGUIDADE DENTRO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Dando continuidade à pesquisa, iniciaremos uma discussão em torno da ótica dos estudos linguísticos acerca das relações entre homonímia e ambiguidade buscando caracterizar análises de diferentes obras que representam correntes teóricas distintas. São elas: a) ótica formalista de Ruth Kempson (1980); b) ótica linguística de Geraldini e Ilari (2004), John Lyons (1982) e Frank Palmer (1986).

Na sequência, refletiremos, também, sobre os pressupostos da linguística do texto a respeito da questão da ambiguidade, por meio da análise dos estudos de M. Charolles (1988).

2.1 A Ambiguidade e a Semântica Formal

Começaremos nossa reflexão acerca do conceito de ambiguidade dentro dos estudos linguísticos analisando o livro “Teoria semântica” (1980), da autora Ruth Kempson. Kempson publicou “Teoria semântica” em 1977, época em que era professora de linguística da Universidade de Londres. Segundo a autora, seu livro foi escrito principalmente como um compêndio para estudantes de Linguística; todavia, é igualmente útil para os de Filosofia, Filosofia da linguagem e outras áreas correlatas.

Antes de iniciarmos nossa análise sobre como a autora entende o processo da ambiguidade propriamente dito, achamos por bem explicitar a que linha teórica Kempson (1980) se filia, bem como mostrar como a autora conceitua fenômenos caros para nossa análise, como sentido, significado, análise semântica, homonímia, entre outros.

Logo na introdução de seu livro, Kempson (1980) afirma que este se ocupa da teoria semântica e de sua relação com a teoria linguística geral, de que é parte. Segundo a autora, “ocupar-nos-emos da Semântica como parte de uma teoria linguística geral que é científica no sentido de que faz previsões empiricamente

testáveis.” (KEMPSON, 1980, p. 13). Tomando por base essa afirmação, percebe-se que Kempson (1980) segue uma linha bastante formalista dentro dos estudos linguísticos considerando o estudo da linguagem como uma ciência lógica. Destarte, seu objetivo ao longo do livro será testar hipóteses¹² atribuindo a elas valores verdadeiros ou falsos, a fim de avaliá-las em confronto com a evidência dos dados.

Para a autora, uma teoria só pode ser testada pelas tentativas de falsificá-la, pois embora seja possível provar que uma teoria é falsa por meio de um determinado conjunto de fatos, é logicamente impossível provar sua verdade da mesma maneira. Os fatos são ou não compatíveis com uma teoria, mas sua compatibilidade não pode nunca provar a validade dessa teoria, pois ela pode ser falsa por alguma razão independente. Mais uma vez percebe-se o teor logicista/formalista da teoria semântica proposta por Kempson (1980).

Consoante a autora, a Linguística, como qualquer outra ciência, ocupa-se assim não apenas de simples coleta de fatos, mas da construção de um sistema de conceitos abstratos que explique, da forma mais adequada possível, as propriedades particulares exibidas pelas linguagens. Acreditamos que a visão formalista da autora está em conformidade com uma noção também formalista de língua, entendida como um sistema abstrato.

O primeiro estudioso no contexto do oeste europeu a atribuir à língua este caráter formal, sistemático foi o linguista genebrino Ferdinand de Saussure – considerado o fundador da linguística moderna –, que em seu “Curso de linguística geral”, publicado em 1916, define a língua como um sistema de signos, no qual o significado e o significante tornam-se indissociáveis, estabelecendo entre si uma relação herdada de outras gerações e convencionalizada culturalmente.

Saussure (2006) empenha-se em deixar claro o objeto de estudo da linguística, a língua. Para ele, a língua não se confunde com a linguagem, é somente uma parte essencial dela. A língua é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos, constituindo-se em um sistema de relações fechado em si mesmo. Para o mestre genebrino, a língua é o produto que o indivíduo registra passivamente, não supõe premeditação,

¹² Mais tarde, veremos que essas hipóteses são, na verdade, enunciados propostos pela autora aos quais ela atribui um valor verdadeiro ou falso, conforme fórmulas lógicas.

é o que ele classifica como essencial, opondo-se ao que é acessório, mais ou menos accidental, ou seja, a fala, um ato individual de vontade.

A teoria semântica proposta por Ruth Kempson segue esta linha formalista iniciada por Saussure e posteriormente aprimorada por outros célebres linguistas como Noam Chomsky – de quem, por sinal, Kempson foi aluna, e uma das mais brilhantes – justamente porque precisa ter como base uma metodologia científica que permita a ela testar suas hipóteses com base na lógica formal. A própria autora afirma que sua teoria segue um padrão determinado, por meio das seguintes fases:

(i) construção de um sistema abstrato (uma teoria) para explicar certas partes da estrutura da linguagem, (ii) investigação das consequências da criação desse sistema, (iii) rejeição do sistema, ao levar à predição de certos fatos que não ocorrem na realidade, e (iv) sua substituição por um sistema alternativo, compatível com os fatos. (KEMPSON, 1980, p. 13)

Ainda na introdução, Kempson (1980) afirma que a Semântica é um ramo de conhecimento que muitos linguistas consideram refratário a esses métodos rigorosos de avaliação. Diríamos, ainda, que isso se deve à constante comparação entre os estudos semânticos e os estudos sintáticos, especialmente depois do desenvolvimento da teoria gerativa proposta por Chomsky. O linguista norte-americano propõe uma teoria que tem por base a estrutura sintática das línguas, deixando à margem os processos semânticos, os quais foram aprofundados por Ruth Kempson. Considerando, sobretudo, o fato de que esta autora aplicou métodos rigorosos a uma teoria semântica, preenchendo lacunas na própria teoria gerativa a qual não se debruçou sobre questões relativas ao componente semântico.

Kempson (1980) ainda diz que não existe uma teoria semântica que desfrute de ampla aceitação, nem mesmo em linhas gerais. Por ter sido aluna de Chomsky e seguir a teoria proposta por ele, acreditamos ser este um dos objetivos de Kempson: estudar os fenômenos semânticos tomando por base os preceitos da lógica formal.¹³ A autora afirma que um dos objetivos do livro é avaliar os problemas que surgem em semântica à luz de duas exigências gerais: em primeiro lugar, uma teoria semântica,

¹³ Como nosso objetivo neste trabalho é mostrar diferentes visões a respeito do conceito de ambiguidade, achamos válido trazer a concepção bastante formalista adotada por Ruth Kempson sobre fenômenos de ordem semântica para, posteriormente, traçarmos um paralelo entre essa linha da semântica formal e a teoria da Análise de Discurso, vendo como essa aborda esses mesmos fenômenos adotando uma visão semântica discursiva.

como outras teorias, deve ser falsificável para que possa ser empírica; em segundo lugar, quaisquer teorias concorrentes devem ser avaliadas pelas tentativas de se poder falsificá-las. Conforme a autora:

Esse objetivo geral será alcançado, em primeiro lugar, pelo exame dos vários pré-requisitos de qualquer teoria semântica como parte totalmente especificada de uma teoria linguística geral; em segundo, pela avaliação de várias abordagens da Semântica à luz desses pré-requisitos e, finalmente, considerando-se em detalhe, dentro de uma determinada estrutura, vários problemas que devem ser solucionados por qualquer teoria que se pretenda válida como explicação da Semântica. (KEMPSON, 1980, p. 14)

Na introdução de seu livro, Kempson (1980) explica que qualquer teoria semântica deve explicar alguns dados básicos. Por exemplo, todas as linguagens dependem de palavras e sentenças dotadas de significado, ou seja, cada palavra e cada sentença está convencionalmente associada a pelo menos um significado. Sendo assim, uma teoria semântica deve ser capaz de atribuir, a cada palavra e sentença, significado (ou significados) que lhe é associado nessa linguagem. Vemos aí que a autora tratará de fenômenos de ordem semântica como ambiguidade, sinonímia, homonímia e polissemia, todos esses de uma maneira ou de outra ligados ao fato de ser possível, nas línguas naturais, atribuir-se a uma determinada palavra ou sentença mais de um significado.

Conforme Kempson (1980), no caso das palavras, a atribuição de mais de um significado é algo relativamente simples se comparado ao caso das sentenças. Em todas as línguas, as palavras podem ser organizadas de modo a formarem sentenças, e o significado dessas sentenças depende do significado das palavras nelas contidas; entretanto, não se trata de um simples processo de acumulação. Por exemplo, observe as seguintes sentenças:

- (1) A baleia comeu o tubarão.
- (1a) O tubarão comeu a baleia.
- (2) Comprei um carro na quinta-feira.
- (2a) Na quinta-feira, comprei um carro.
- (2b) Comprei, na quinta-feira, um carro.

Utilizando exemplos semelhantes, a autora explica que, apesar de as frases (1) e (1a) possuírem as mesmas palavras, a forma como elas são organizadas

alteram claramente o significado das sentenças. Isso se deve ao fato de haver uma alternância entre o sujeito do verbo e o seu objeto direto. No enunciado (1) houve mudança de significado devido ao fato de que o agente é a baleia e o paciente o tubarão; já em (1a) acontece o inverso. As frases (2), (2a) e (2b) funcionam de maneira semelhante e também não apresentam o mesmo significado, tendo em vista que a alteração da ordem das palavras altera os sintagmas que são topicalizados nas sentenças. Assim, em (2) é o ato de comprar que é topicalizado, enquanto em (2a) é a referência temporal que é topicalizada em detrimento do ato de comprar, assim como em (2b) onde a referência temporal está intercalada.

Por conseguinte, segundo Kempson (1980), uma teoria semântica deve não só apreender a natureza exata da relação entre o significado de palavras e o significado de sentenças, mas deve ser capaz de enunciar de que modos essa relação depende da ordem das palavras ou, como vimos acima, de outros aspectos da estrutura gramatical da sentença. Percebe-se que a autora entende o significado como intimamente ligado e dependente da estrutura sintática da frase. Veremos que ao longo do livro, Kempson (1980) empenha-se em diferenciar processos sintáticos de processos lexicais, ou seja, a autora preocupa-se constantemente em mostrar como o significado de certas palavras depende ora da estrutura da frase e das relações que estabelecem com outras palavras, ora de um simples aspecto lexical.¹⁴

Outro ponto trazido pela autora é o de que não só palavras e sentenças têm significados, mas estes estão relacionados com os significados de outras palavras e sentenças. Isso nos leva de volta ao “Curso de linguística geral”, no qual Saussure (2006) formula a teoria do valor. Para o linguista, o valor resulta da presença simultânea de outros signos, ou seja, a relação já não está mais limitada à palavra, mas reclama uma relação que une dois ou mais elementos do sistema, contrapondo-se à noção de significação que seria a contraparte da imagem auditiva, estando encerrada nos limites da palavra considerada como um domínio fechado.

Percebe-se, dessa forma, que Kempson (1980) nunca abandona a noção de estrutura e de língua como sistema, e é a partir dessa noção que a autora propõe a sua teoria semântica. E mais, é a partir dessa noção que Kempson (1980) dispõe-se a estudar diferentes fenômenos de ordem semântica como sinonímia,

¹⁴ Isso ficará bastante claro quando analisarmos a forma como a autora entende os processos de homonímia, polissemia e ambiguidade, os quais podem ser resultados da estrutura sintática ou do próprio léxico da língua.

acarretamento, contradição e, sobretudo, ambiguidade, os quais ela denomina de “relações lógicas” (KEMPSON, 1980, p. 15).

Ao final da sua introdução, Kempson (1980) esclarece que a sua teoria semântica pretende satisfazer três condições, são elas:

(i) deve apreender, para qualquer linguagem, a natureza do significado de palavras e sentenças, e explicar a natureza da relação entre eles; (ii) deve ser capaz de prever as ambiguidades nas formas de uma linguagem, sejam em palavras ou em sentenças; (iii) deve caracterizar e explicar as relações sistemáticas entre palavras e sentenças de uma linguagem – isto é, deve proporcionar uma explicação explícita das relações de sinonímia, inclusão lógica, acarretamento, contradição, etc. (idem, p. 16)

Por se tratar de uma teoria baseada nos princípios da lógica formal, é compreensível que a autora pretenda, como ela mesma diz, “apreender a natureza do significado” (KEMPSON, 1980, p. 16) ou “apreender a natureza exata da relação entre o significado de palavras e o significado de sentenças” (Idem, p. 14), já que uma teoria logicista/formalista não se preocupa com as relações que a língua estabelece com fatores externos ao sistema linguístico.

O estudo de Kempson (1980), como ela mesma afirma, terá por base a teoria gerativa de Chomsky, a qual diz que toda linguagem humana é composta por um conjunto infinito de sentenças que podem ser descritas por um conjunto finito de regras. Segundo a autora, essa propriedade da linguagem natural enfatizada por Chomsky e a tentativa de capturar esse aspecto das linguagens naturais situa-se no âmago da Gramática transformacional proposta pelo linguista norte-americano.

Em um capítulo denominado “Significado e verdade” (KEMPSON, 1980, p. 33), a autora explica ao leitor o conceito de definição de verdade proposto por Tarski – famoso, filósofo e matemático, considerado um dos maiores lógicos do século XX – o qual diz que a uma determinada sentença é possível dar uma definição da verdade se um esquema da regra pode predizer corretamente para cada sentença dessa língua a seguinte fórmula: S é verdadeira se, e somente se, p . Sendo S o nome da sentença, ou seja, a própria sentença, e p as condições que garantem a verdade dessa sentença. Como exemplo, poderíamos pensar na frase: O céu está nublado é verdadeira se, e somente se, o céu está nublado. Neste caso, o que se sugere é que conhecer o significado de uma sentença seria conhecer em que condições esta sentença seria verdadeira, ou seja, conhecer o significado da cadeia

de palavras que formam a sentença “o céu está nublado” é conhecer que condições devem ser pertinentes para que a sentença “o céu está nublado” seja verdadeira.

Para Kempson (1980), teremos uma teoria de significado completa para uma linguagem se tivermos uma formulação de regras que possa fornecer uma sentença análoga à fórmula dada para cada sentença da linguagem. Dizendo de outra forma, uma teoria do significado completa para uma linguagem exige um procedimento de combinação entre sentenças e conjuntos de condições de verdade que, quando aplicados a cada uma das sentenças infinitas de uma língua, automaticamente produza uma sentença da forma *S* é verdadeira se, e somente se, *p*.

Conforme a autora, a interpretação semântica envolve um conjunto de regras que correlacionam automaticamente cada sentença da linguagem com o conjunto apropriado de condições, ou seja, a interpretação das sentenças de uma língua deve ser explanada composicionalmente em termos da combinação das palavras que constituem essas sentenças, pois é o conjunto de palavras de uma língua que é finito e listável, e não o conjunto de sentenças. E a partir dessa ótica, a autora concorda com Chomsky.

Em outro capítulo, chamado “Formalização do significado de palavras” (KEMPSON, 1980, p. 82), a autora afirma categoricamente que “dar o significado de uma sentença é dar as condições para a verdade dessa sentença, e que uma especificação dessas condições de verdade é uma especificação da forma lógica de uma sentença” (Idem, p. 84). Dessa forma, conclui-se que as representações semânticas do significado de uma sentença que serão estabelecidas ao longo do livro “Teoria semântica”, de Ruth Kempson, serão especificações da forma lógica. Logo, fenômenos como ambiguidade, homonímia e polissemia são analisados pela autora tendo em vista uma base teórica bastante formal, tanto no âmbito sintático, por meio da influência dos estudos de Chomsky, quanto no âmbito semântico por meio da influência dos estudos de Tarski sobre as condições de verdade, ainda que a autora desenvolva seus próprios métodos para avaliar as questões de ambiguidade e vaguidade.

Agora, após essa explanação sobre as linhas teóricas seguidas por Kempson, e também sobre a teoria semântica e os conceitos propostos pela autora, veremos como Kempson entende alguns fenômenos de ordem semântica.

Em um subcapítulo denominado “Palavra, item lexical e o problema da homonímia” (KEMPSON, 1980, p. 85), Kempson (1980) afirma que no caso de palavras homônimas, como a palavra *canto*¹⁵ nos seguintes contextos:

- (1) O *canto* do rouxinol é um dos mais belos que já ouvi.
- (2) Essa estante deve ser colocada no *canto* esquerdo do quarto.

Poderíamos dizer que existe apenas uma palavra – *canto* – com diferentes significados, em (1) significando o som feito pelo rouxinol, e em (2) o local onde a estante deve ser colocada. Por outro lado, poderíamos afirmar, também, que se trata de duas palavras distintas, em (1) um substantivo deverbal formado pelo processo de formação de palavras denominado derivação regressiva, que conforme Cunha e Cintra (2007) consiste na redução da palavra derivante por uma falsa análise da sua estrutura (*cantar* => o *canto*), e em (2) de um substantivo abstrato com sentido de quina, ângulo. Conforme a autora, neste último caso, deve-se usar o termo *item lexical* em vez de *palavra* – termo usado em contextos fonológicos. Isso permite caracterizar, por um lado, o paradigma *canto, cantar, cantou, cantando* como formas diferentes de um item lexical, e de outro caracterizar a forma *canto* presentes em (1) e (2) como dois itens lexicais distintos, tendo cada um deles uma definição diferente no dicionário.

Segundo a autora é nesse ponto que nos deparamos com o fenômeno da homonímia ou da ambiguidade múltipla das palavras. Dessa forma, não há como dizer que um item lexical possui um significado consistente comum a todas as suas ocorrências – o que ficou claro nos exemplos apresentados anteriormente. Para Kempson (1980), mesmo usando o constructo do item lexical, teremos de deixar uma margem à variação de significado de contexto para contexto. Estamos tratando agora da polissemia, fenômeno que se distingue tradicionalmente da homonímia¹⁶.

¹⁵ Exemplo nosso.

¹⁶ Frank Palmer (1986), linguista inglês, autor do livro “A semântica”, que será discutido em outro subcapítulo desta seção explica o fenômeno da polissemia por meio de outro fenômeno, a metáfora. Para o autor, estamos diante de um processo metafórico quando há uma transferência de propriedades de um significante para outro, ou seja, para haver metáfora – que é uma especificação da polissemia – é necessário, entre outros fatores, haver uma relação de sentido entre os dois itens lexicais. Segundo o autor, no fenômeno da homonímia não existe essa relação semântica entre as palavras, fato este que a diferencia da polissemia.

Conforme Kempson (1980) há duas opções: uma é dizer que o significado do item lexical não é constante, mas varia de acordo com o contexto, e a outra é dizer que esse significado é constante, mas que as sentenças encerram dois itens lexicais distintos. Ao adotar a primeira posição, evita-se atribuir vários itens lexicais a cada palavra fonológica distinta; entretanto, deve-se ser capaz de especificar, de forma sistemática, a interação entre contexto e item lexical.

Pode-se perceber que, apesar da autora trazer o termo polissemia, ela evita dar maiores explicações a respeito do fenômeno, que é citado apenas para fins de comparação, sendo deixado à margem em relação a outro fenômeno por ela considerado essencial, o da homonímia. Todavia, como já dito anteriormente, é natural que Kempson siga essa linha de pensamento tendo em vista sua filiação teórica. Ao tratar-se de polissemia, faz-se necessária uma análise bastante aprofundada não só do contexto intralinguístico em que o fenômeno aparece, mas também de vários fatores extralinguísticos, como as suas condições de produção, não obstante saibamos que esse nível de exigência não corresponde às expectativas dos pressupostos teóricos de Kempson.

Kempson (1980) aprofunda o estudo da homonímia, esse sim fenômeno o qual pode ser analisado dentro dos limites da língua entendida como um sistema fechado de regras. Queremos dar destaque ao fato de que para a autora a homonímia é responsável, muitas vezes, por causar outro fenômeno, a ambiguidade. Como exemplo, podemos pensar em inúmeras palavras homônimas capazes de provocar ambiguidade: banco, instituição financeira ou assento; manga, fruta ou parte do vestuário; real, algo verdadeiro ou referente à realeza. Queremos lembrar que há consenso entre os linguistas de que o tratamento da homonímia se restringe aos limites da língua, ao contrário do tratamento da polissemia.

Em um capítulo denominado “Ambiguidade e vaguidade” (KEMPSON, 1980, p. 123), a autora trata mais especificamente sobre ambiguidade. Para ela, apesar de tratar-se de um fenômeno bastante delineado pelos linguistas, é um engano achar que é simples o problema de decidir se uma frase é ou não ambígua, segundo Kempson (1980) “o problema está em decidir o que representa a ambiguidade” (KEMPSON, 1980, p. 123).

Essa dificuldade é representada pela autora pelo uso do item lexical *bom* (e suas variações) que, a princípio, nada tem de ambíguo. Entretanto, inserido na frase

“Ela tem boas pernas” (KEMPSON, 1980, p. 123) pode ter uma variedade de sentidos, dentre eles:

Isso pode significar que *ela* tem pernas sadias (sem varizes, ossos partidos ou mal encanados, sem calcanhares fracos, etc.), que tem pernas bonitas ou que tem pernas que funcionam bem (como as de um atleta ou de um ginasta, ou ainda – se nos estamos referindo a uma égua – que suas pernas funcionam bem do ponto de vista de corridas). (Idem, p. 125)

Segundo Kempson (1980), se considerarmos a palavra *bom* isoladamente, haverá uma tendência a considerá-la como um item lexical único, com apenas uma interpretação; contudo, se considerarmos sentenças com a palavra *bom*, então haverá a tendência conflitante a achar as sentenças ambíguas.

A nosso ver, não se trata apenas de decodificar o significado da palavra *bom* inserida na sentença, a fim de decidir se é ou não ambígua. Ao inserirmos uma palavra qualquer em uma sentença qualquer, fora de um contexto mais específico (como foi feito com a palavra *bom* na frase *Ela tem boas pernas*), a chance de acharmos mais de um significado para tal palavra é imensa, ou seja, a ambiguidade não está somente na palavra, mas depende de outros fatores, como o contexto, as suas condições de produção, onde foi dita, por quem foi dita, para quem foi dita, etc. Por isso a dificuldade em analisar um fenômeno de ordem semântica estando preso aos limites da língua. Tentando resolver essa dificuldade, Kempson (1980) procura enquadrar as questões de ambiguidade dentro de outro fenômeno que ela denomina de falta de especificação ou vaguidade.

Kempson (1980) apresenta quatro tipos de vaguidade. O primeiro diz respeito à vaguidade referencial, em que o significado do item lexical é em princípio bastante claro, mas pode ser difícil decidir se o item pode ou não ser aplicado a certos objetos. A autora traz como exemplo as palavras inglesas *city* e *town*, ambas com sentidos diversos: *city*, um lugar onde vivem muitas pessoas e constituído de muitas casas; e *town*, um lugar onde vivem pessoas e constituído de certo número de casas. *Towns* podem ser grandes ou pequenas, ao passo que *cities* são grandes por definição. A dificuldade está, segundo a autora, em decidir em casos individuais se um lugar é *city* ou *town*. Analogamente, podemos pensar nas palavras da Língua Portuguesa *vila* e *vilarejo*. O que as diferencia? Apenas o tamanho ou o número de habitantes, ou existiriam outros fatores? Como exemplo podemos citar outras palavras como *morro/montanha*, *chácara/rancho/sítio/fazenda/estância*, o que as

diferencia? Qual o limite para estabelecer uma ou outra definição? Nesses casos, há o que Kempson (1980) chama de vaguidade referencial.

O segundo tipo é a vaguidade por indeterminação do significado de um item ou sintagma. A autora cita sentenças construídas com a preposição *de*, como “O livro de João” (KEMPSON, 1980, p. 127), em que não se sabe se o livro pertence a João, se foi escrito por João, se está sendo lido por João, etc. Entendemos a vaguidade por indeterminação como bastante próxima aos casos de ambiguidade estrutural, em que existe um “problema” na estrutura da frase que faz com que ela adquira mais de um significado. Além disso, como dito anteriormente, o contexto seria indispensável para decidirmos se o livro está sendo lido por João ou se foi escrito por ele, por exemplo.

O terceiro tipo é a vaguidade por falta de especificação no significado de um item, que acontece quando um significado é claro, mas especificado apenas de maneira geral. Kempson (1980) cita como exemplo a palavra *pessoa*, que não especifica sexo, idade, etnia, etc. Outro exemplo trazido pela autora é o verbo *ir*, que tem um significado claramente especificável, e ainda assim cobre uma grande variedade de ações. Por exemplo, a frase “Ele foi à estação” (KEMPSON, 1980, p. 127) pode ser usada para descrever ações tão diferentes quanto andar, correr, andar de bicicleta, de moto ou de carro, já que *ir* é bastante vago quanto à especificação da ação.

A nosso ver, a falta de especificação está na própria sentença (Ele foi à estação) e não no verbo em si. Não é o verbo *ir* que dá à frase um sentido vago, mas o fato de faltar à sentença algo que a especifique mais claramente. Observe nossos exemplos:

- (1) Ele foi à estação andando rapidamente, pois estava com pressa.
- (2) Ele foi à estação com seu carro.
- (3) Ele foi à estação caminhando calmamente.

Certamente, ao nos depararmos com uma sentença do tipo *Ele foi à estação*, não há especificação de que estação se fala e também faltam à sentença complementos do tipo apresentados em (1), (2) e (3). Nesse caso, como dito anteriormente, a vaguidade parece advir da frase e não do verbo em si. Esse exemplo difere de casos em que o verbo possui claramente múltiplos sentidos, como

por exemplo o verbo *tomar* em Língua Portuguesa, em sentenças do tipo *Ele tomou um copo d'água, Ele tomou o ônibus* ou *Ele tomou uma surra*.

O quarto e último tipo é a vaguidade por disjunção, em que o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações. Um dos exemplos trazidos pela autora é a frase “Os candidatos ao emprego devem ter um diploma de primeira classe ou certa experiência de magistério” (KEMPSON, 1980, p. 128), em que o uso do *ou* implica dizer que uma das duas partes da sentença é verdadeira, conforme a lógica de condição de verdade. Isso quer dizer que (1) os candidatos podem ter um diploma de primeira classe e nenhuma experiência em magistério; (2) podem não ter um diploma de primeira classe, desde que tenham experiência em magistério; e (3) podem ter ambos. O que não se pode dizer é que não tenham nem um diploma de primeira classe, nem experiência em magistério, fato que deixaria a sentença com um valor falso. Segundo Kempson (1980), essa disjunção na caracterização do *ou* pode ser enunciada mais formalmente em termos de condições de verdade, em que o operador lógico \vee , correspondente a *ou*, é definido da seguinte maneira: qualquer sentença da forma $P \vee Q$ (em que P e Q representam sentenças) será verdadeira se, e somente se, P é verdadeira ou Q é verdadeira, ou P e Q são verdadeiras.

Seguindo a lógica de condição de verdade, a autora apresenta um teste de ambiguidade, o qual ela chama de teste do sintagma verbal pro forma para ambiguidade. Kempson (1980) propõe este teste tendo em vista a dificuldade de identificar se uma sentença é ou não ambígua e também para diferenciar casos de ambiguidade de casos de vaguidade. O teste consiste no uso de processos anafóricos, que se referem a uma parte anterior da sentença, por meio do uso da expressão *fazer isso também*, que é usada quando a ação descrita já foi especificada e está novamente sendo referida.

Kempson (1980) utiliza a frase “João colocou o pé na mesa” (KEMPSON, 1980, p. 131) como exemplo. Para testar a ambiguidade da sentença, a autora sugere que se acrescente a expressão *fazer isso também*, resultando na sentença *João colocou o pé na mesa e Joaquim fez isso também*. Nesse caso, poderíamos supor que há duas interpretações possíveis: (a) João colocou o pé que estava faltando na mesa e Joaquim fez o mesmo; (b) João levantou sua perna e colocou o pé em cima da mesa e Joaquim fez o mesmo. O que não poderíamos supor é que João colocou o pé da mesa que estava faltando e Joaquim levantou sua perna e

colocou o pé em cima da mesa. Essa impossibilidade caracteriza a frase como ambígua.

Para fins de comparação, Kempson (1980) usa a frase “João matou um pássaro hoje e Maria fez o mesmo” (KEMPSON, 1980, p. 132). Segundo a autora, a princípio a ambiguidade poderia estar no fato do ato de matar (*to kill*, no original) ser provocado intencionalmente ou acidentalmente. Entretanto, existem na Língua Portuguesa verbos distintos para caracterizar a presença ou a ausência de intencionalidade, como os verbos assassinar e exterminar, por exemplo.¹⁷

Diferentemente do primeiro exemplo, João poderia exterminar o pássaro tendo a intenção de fazê-lo, ao passo que Maria poderia matá-lo acidentalmente, ou vice-versa. Essa possibilidade, demonstrada pelo teste criado pela autora, permite dizer que a frase não é ambígua apesar da possível ambiguidade do verbo matar. Para nós, a frase não é ambígua, mas pelo fato de o verbo matar, pelo menos na Língua Portuguesa e nas condições em que a frase é apresentada, não provocar ambiguidade.

Nesse caso, a leitura de Kempson (1980) não foi aprofundada, uma vez que ela não explorou o repertório de sintagmas verbais que caracterizam a presença ou a ausência de ambiguidade antes de refletir sobre a ambiguidade do verbo matar (*to kill*). A frase não pode ser considerada ambígua, mas simplesmente não especificada. Além disso, mais uma vez lembramos a importância do contexto para a tentativa de definição do significado. A ambiguidade do verbo *matar*, que para Kempson (1980) está no fato de não se saber se ato foi ou não intencional, depende, como já dissemos, de outros fatores. Numa frase como *O policial matou o manifestante*, esses fatores seriam essenciais para definir o sentido do verbo. Seria necessária uma análise das condições de produção da frase, bem como levar em conta fatos como por quem foi dita, onde foi dita, onde foi veiculada e muitos outros.

Já na frase *João colocou o pé na mesa e Joaquim fez o mesmo*, Kempson (1980) afirma que há evidência da ambiguidade ao se utilizar o teste do sintagma pro forma para ambiguidade. A nosso ver, na sentença *João colocou o pé na mesa* existe a presença de múltiplos sentidos, mas justamente pelo fato de *pé da mesa* ser

¹⁷ Na Língua Inglesa, por exemplo, existem verbos como *to murder* (assassinar), em que a intenção do ato é mais explícita se comparada à intenção presente no verbo *to kill*. Além disso, existiriam outras possibilidades a serem exploradas, como os verbos *to assassinate* (utilizado, em geral, em relação a um crime político), e *to exterminate* (utilizado para extermínios em massa).

uma expressão metafórica, o que caracterizaria um caso de polissemia, fenômeno do discurso o qual não pode ser explicado por meio de um fenômeno puramente linguístico, a ambiguidade.

Enfim, nosso objetivo ao analisar os estudos de Ruth Kempson a respeito de ambiguidade é mostrar como uma teoria logicista/formalista entende alguns fenômenos de ordem semântica. Vimos que a autora não extrapola em momento algum os limites estabelecidos pela língua, a qual ela entende como um sistema fechado de regras. Não só a ambiguidade, mas também outros fenômenos são analisados e explicados por ela tendo em vista esse princípio.

Percebemos uma constante necessidade da autora em ora resolver o “problema” causado pela ambiguidade ou “apreender a natureza exata da relação entre o significado de palavras” (KEMPSON, 1980, p. 14), ora definir e delimitar o fenômeno, a fim de não confundi-lo com outros, criando para isso o teste explicado nos parágrafos anteriores. Acreditamos não ser possível apreender a natureza exata de um significado, uma vez que o sentido, como postula a teoria da Análise de Discurso que será estudada nas próximas seções, depende de inúmeros outros fatores e por isso mesmo é volátil, escorregadio, instável, estando em um constante processo de (trans)formação. Ou como nos diz Orlandi (2010), os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, nas sentenças, mas na relação com a exterioridade e nas condições em que são produzidos.

Veremos, ainda, estudos de outros autores, os quais seguem uma linha próxima a de Kempson, a fim de explicar melhor o método de análise formalista.

2.2 Ambiguidade Estrutural *Versus* Ambiguidade Lexical

Na introdução do livro “Semântica”, Ilari e Geraldi (2004) afirmam que este pretende abordar questões de significação e que as posições sobre o que é significação são inúmeras e extremamente matizadas, indo desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as coisas existem objetivamente, até formas de relativismo extremado, segundo as quais é a estrutura da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo.

Conforme os autores, “a semântica é um domínio de investigação de limites movediços” (ILARI e GERALDI, 2004, p. 6) e é essa dispersão, própria da disciplina semântica, que os autores afirmam querer mostrar ao leitor. Daí a decisão, segundo eles, de não construir o livro em torno de escolas ou de conceitos teóricos, mas em torno de problemas, problemas esses que tiveram grande importância na reflexão sobre a significação ao longo dos últimos cem anos. Por essa afirmação já pode-se concluir que os autores consideram a ambiguidade como um problema de significação, pois dedicam um capítulo para tratar da questão.

Outro ponto importante é a afirmação dos autores de que “estaremos falando, sempre, sobre fatos de língua, ou seja, utilizaremos a língua para falar dela própria” (ILARI e GERALDI, 2004, p. 6). Vemos aí, a intenção dos autores em lidar com fatos semânticos dentro dos limites da língua, à semelhança do que faz Kempson (1980).

Em um subcapítulo intitulado “Duplicidade de sentido: ambiguidade e polissemia”, Ilari e Geraldi apresentam os seguintes exemplos:

[...] O cadáver foi encontrado perto do banco.
 Pedro pediu a José para sair.
 José não consegue passar perto de um cinema. (ILARI e Geraldi, 2004, p. 57)

Segundo os autores, as frases compartilham a propriedade de ser ambíguas, ou seja, de admitir interpretações alternativas. No caso da frase *O cadáver foi encontrado perto do banco*, os autores afirmam que a raiz da ambiguidade é, certamente, a palavra *banco*, cuja pronúncia e escrita correspondem a dois sentidos completamente independentes. Nossa ideia vai ao encontro do que dizem os autores, pois consideramos um caso de ambiguidade lexical gerada por homonímia, fenômeno que conforme Ilari e Geraldi (2004, p. 57) “é frequentemente a raiz de uma ambiguidade ou dupla leitura de frases”.

No que diz respeito à frase *Pedro pediu a José para sair*, os autores afirmam que a ambiguidade não é causada por homonímia, isto é, cada uma das palavras que a compõem é unívoca, ou seja, dotada de um sentido único. Assim como Ilari e Geraldi (2004), entendemos essa frase como ambígua devido a uma questão sintática, uma vez que o infinitivo *sair* não tem um sujeito explícito, podendo se referir tanto a Pedro como a José.

Os autores ainda falam que os dois tipos de ambiguidade (lexical e estrutural) podem se combinar dentro de uma mesma sentença. Como exemplo eles apresentam a frase “Uma louca leva o guarda” (ILARI e GERALDI, 2004, p. 58), em que pode-se ter as seguintes leituras: a) uma pessoa fora do juízo (=louca) carrega (=leva) o guarda; e b) uma multidão (=leva) louca o protege (=guarda, do verbo guardar).

O mesmo ocorre com a frase *A menina muda a fita*, em que poderíamos ter as seguintes leituras: a) a menina que não fala (=muda) a observa (=fita, do verbo fitar); b) a menina troca (=muda) a fita (=laço); c) a menina troca (=muda) a fita (=filme cinematográfico). Pode-se perceber que tanto no exemplo apresentado pelos autores, quanto no proposto por nós, o caráter homônimo das palavras (guarda, leva, fita) e a própria estrutura das frases são responsáveis pelo efeito ambíguo delas.

Até então, os autores esclarecem os dois tipos de ambiguidade (lexical e estrutural) à semelhança do que faz Kempson (1980) sem extrapolar os limites da língua. O problema está na terceira frase usada por eles como exemplo de ambiguidade (*José não consegue passar perto de um cinema*). Para eles, a ambiguidade da frase não diz respeito ao que significa literalmente, mas às informações que o locutor poderia transmitir por seu intermédio sobre a maneira como José se relaciona com o cinema.

Os autores afirmam “parece-nos pouco provável que o falante competente de Língua Portuguesa se contente com o sentido literal” (ILARI e GERALDI, 2004, p. 58), ou seja, de que José seria fisicamente incapaz de passar perto de um cinema. Sabendo disso, o ouvinte/leitor tentará extrair um sentido não literal da sentença, que para os autores poderia ser que José é fanático por cinema e, por isso, não consegue passar perto de um sem entrar e assistir ao filme em cartaz, ou que José detesta cinemas e que a simples perspectiva de passar perto de um o leva a mudar de calçada.

Também entendemos a frase em questão como múltipla em sentidos, entretanto não a consideramos ambígua¹⁸, diferentemente de Ilari e Geraldi (2004)

¹⁸ É importante ressaltarmos que estamos entendendo, aqui, a ambiguidade como tradicionalmente vem sendo tratada dentro dos estudos da linguagem, como um fenômeno estritamente linguístico, o qual pode ser estudado dentro de um sistema (a língua) sem influências extralinguísticas.

que afirmam se tratar de um caso particular de ambiguidade, cujo funcionamento é situacional e não linguístico. A nosso ver, trata-se de um caso de polissemia – fenômeno de outra ordem – em que se faz necessário extrapolar os limites dados pela língua para entender a relação de José com o cinema, que pode ser de amor ou ódio. Nesse caso, são precisos indícios de várias ordens – e não somente linguística – como entonação, gestos, expressões faciais, contexto situacional, etc. Os autores reconhecem que é preciso sair dos limites linguísticos, contudo tratam a frase como ambígua e, apesar de falarem de polissemia no título do subcapítulo, não abordam a questão.

Observe os seguintes exemplos que nos ajudarão a pensar melhor a questão:

- (1) Que beleza de jantar!
- (2) Muito bonito isso que vocês fizeram no quintal.

A nosso ver, as frases (1) e (2) funcionam de maneira análoga à frase apresentada por Ilari e Geraldi (2004). Não as entendemos como ambíguas, até porque não encontramos nas frases nem uma ambiguidade lexical nem uma ambiguidade sintática, mas não negamos o fato de elas possuírem mais de um sentido. Por exemplo, a frase (1) poderia simplesmente ser entendida como um elogio a um jantar bem preparado, no entanto pode significar exatamente o contrário, ou seja, uma crítica ao mesmo jantar. A frase (2) funciona da mesma maneira, alguém pode estar elogiando ou agradecendo uma boa reforma feita no quintal, ou ainda, se pensarmos em uma mãe falando com seus filhos, pode significar uma repreensão à bagunça feita por eles no quintal.

Ainda poderíamos ter outros sentidos para as frases em questão, entretanto o que estamos querendo mostrar é que os diferentes sentidos das frases não dependem apenas do funcionamento da língua, mas precisam de fatores extralinguísticos, como a entonação da voz, por exemplo. Nesses casos, saímos dos domínios linguísticos, por isso não estamos mais tratando de ambiguidade (ou pelo menos não apenas de ambiguidade), mas de múltiplos sentidos (polissemia). Ilari e Geraldi (2004), como mostrado anteriormente, não fazem essa diferenciação, o que a nosso ver prejudica o entendimento de ambos os fenômenos.

2.3 Homonímia e Ambiguidade Lexical: Causa e Consequência

No prefácio do seu “Linguagem e linguística: uma introdução”, John Lyons (1982) afirma que o seu objetivo é apresentar para o leitor alguns dos conceitos teóricos e das descobertas empíricas mais importantes da linguística moderna, enfatizando as conexões entre a linguística e muitas outras disciplinas acadêmicas que, por seus próprios motivos e de acordo com pontos de vista específicos, interessam-se pelo estudo da língua. Lyons (1982) dedica um capítulo em seu livro para tratar da semântica e é neste capítulo que nos deteremos para análise.

Lyons (1982) abre o capítulo afirmando que a semântica é o estudo do significado, mas “o que é o significado?” (LYONS, 1982, p. 133), ele se pergunta. Conforme o autor, ninguém conseguiu ainda apresentar uma resposta satisfatória, e a razão para isso está no fato de o conceito de significado ser muito amplo.

Poderíamos pensar nos significados como ideias ou conceitos que se podem transferir da mente do falante para a do ouvinte, por exemplo. No entanto, conforme Lyons (1982), a imagem visual que um falante tem de um objeto qualquer, como uma árvore, muito provavelmente não é a mesma que a de seu interlocutor, fato que torna este conceito de significado um pouco problemático. Muitas vezes, pouco há de comum entre as duas imagens, e ainda assim entende-se que as pessoas utilizam as palavras com mais ou menos o mesmo significado.

Ou ainda pode-se pensar em um significado descritivo – à semelhança do que propõe Ruth Kempson (1980) – em que a definição do significado ficaria restrita às condições de verdade da frase, cuja propriedade definidora das proposições é a de que têm um valor de verdade, ou seja, são verdadeiras ou falsas. Em outro livro seu, “Semântica”, Lyons (1977) diz que ao trabalhar com as condições de verdade, surge um problema ao aplicarmos os termos *verdadeiro* ou *falso* às sentenças declarativas, justamente porque muitas frases das línguas naturais são ambíguas. Logo, nesses casos, é a noção de verdade segundo uma dada interpretação que nos torna aptos a definir a ambiguidade.

Para Lyons (1982) é essa variedade conceitual que impede uma definição estanque do termo significado. Entretanto, o autor enfatiza a importância de se lidar com diferentes níveis de significados. Não se pode falar apenas do significado lexical, mas também de um significado de sentença, pois não se pode dar conta de

um sem se dar conta do outro, já que o significado de uma sentença depende do significado dos seus lexemas constituintes, e o significado de alguns dependerá do significado da sentença em que aparecem. Além disso, é preciso pensar em um significado gramatical, como componente adicional do significado das sentenças; e em um significado de enunciado, que engloba o significado da sentença enunciada, mas não se esgota nele.

Desta maneira, Lyons (1982) amplia o estudo do significado se comparado à Kempson (1980) que a nosso ver restringe seu estudo ao significado lexical. Para comprovar tal fato, podemos pensar novamente no controverso exemplo proposto pela autora, “ela tem boas pernas” (KEMPSON, 1980, p. 123), em que ela se questiona sobre a ambiguidade da palavra *boas*. É muito provável que a palavra vista de forma isolada – ou mesmo inserida em uma frase, mas sem um contexto específico – vai apresentar algum grau de ambiguidade, pois como afirma a própria autora, *boas* pode significar bonitas ou saudáveis. Kempson (1980), diferentemente de Lyons (1982), não observa o funcionamento desses outros níveis de significado, fato que compromete a clareza do exemplo proposto por ela.

Em um subcapítulo, Lyons (1982) traz o conceito de lexemas sintagmáticos, os quais são “gramaticalmente ou semanticamente idiomáticos, ou ambos” (LYONS, 1982, p. 141), ou seja, sua distribuição nas sentenças ou seu significado é imprevisível a partir das propriedades sintáticas e semânticas de seus constituintes. Em outras palavras, os lexemas sintagmáticos correspondem às expressões presentes em todas as línguas que, quando usadas, perdem seu caráter literal e adquirem um caráter figurado, metafórico, sendo, muitas vezes, difícil e até mesmo impossível traduzi-las. Observe as seguintes frases:

- (1) João *abriu o jogo* para seus colegas, falou toda a verdade.
- (2) Maria disse que não vai mais *engolir sapos* no trabalho.
- (3) Pedro está acabado, está com a *corda no pescoço*.

As expressões em destaque nas frases são exemplos de lexemas sintagmáticos, pois estão sendo usadas em seu sentido figurado. Em (1), abrir o jogo significa denunciar, revelar os fatos; em (2), engolir sapos refere-se a fazer algo contrariado; e em (3), estar com a corda no pescoço significa estar em apuros ou sentindo-se ameaçado. Para falantes de Língua Portuguesa estas expressões são

bastante claras, contudo para quem está aprendendo Português como língua adicional estas expressões, muito provavelmente, não farão sentido em um primeiro momento, devido ao seu caráter metafórico.

O fato de Lyons (1982) diferenciar um significado literal de um significado metafórico, permite ao autor diferenciar outros dois fenômenos: homonímia e polissemia.

Para o autor, “tradicionalmente se diz que os homônimos são palavras diferentes com uma forma igual” (LYONS, 1982, p. 142) e como os lexemas podem ter em comum mais de uma forma (gráfica ou sonora), a definição de homonímia precisa de um refinamento que permita vários tipos de homonímia parcial, aquilo que a Gramática tradicional chama de homógrafos (mesma grafia e diferentes sentidos) e homófonos (mesma pronúncia e sentidos diferentes).

Já a polissemia é uma propriedade de lexemas simples, ou seja, tem-se apenas uma palavra com significados diversos, enquanto na homonímia tratam-se de palavras distintas com significados distintos. É esta propriedade que faz com que os dicionários, na maioria das vezes, abram duas entradas para os casos de homonímia e apenas uma para os casos de polissemia, como no caso das palavras *fonte* e *cobra*¹⁹:

¹Fonte: nascente de água.

²Fonte: conjunto de caracteres tipográficos composto de sinais do mesmo tamanho e estilo.

Cobra: nome comum aos répteis carnívoros, de corpo alongado coberto de escamas, sem membros, ouvidos e pálpebras, e com língua terminada em duas pontas. *Fig.* pessoa má.

Outro critério apresentado por Lyons (1982) é o etimológico, o qual diz que palavras com origem comum seriam polissêmicas, enquanto palavras com origem diversa seriam homônimas. Entretanto, o autor afirma que para linguística sincrônica este critério torna-se irrelevante. Segundo o autor, a principal consideração é haver relação entre os significados, ou seja, os significados de um lexema polissêmico são normalmente relacionados entre si. Se pensarmos no exemplo da palavra *cobra*

¹⁹ Exemplos retirados do dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2ª edição, 2004.

usada em seu sentido metafórico, podemos relacionar com o sentido literal, um animal normalmente visto como venenoso, perigoso, mal. Já os lexemas homônimos nada tem em comum entre si semanticamente, ou seja, fonte¹ nada tem a ver com fonte².

Para finalizar, o autor afirma que a distinção entre homonímia e polissemia, embora suficientemente fácil de ser formulada, é difícil de ser aplicada com coerência e segurança, justamente porque está na essência das línguas naturais o fato de os significados lexicais se mesclarem uns com os outros e de serem indeterminadamente ampliáveis.

Podemos perceber que Lyons (1982) não entra especificamente na questão da ambiguidade, sobretudo no que diz respeito à ambiguidade estrutural que não é comentada no livro. No entanto, sua distinção entre homonímia e polissemia nos parece interessante, fato que consideramos de extrema relevância para o estudo da ambiguidade. Lyons (1982) fala da homonímia como um fenômeno da língua, logo, fala de uma ambiguidade lexical advinda deste fenômeno. E, diferentemente de Kempson (1980) e de Ilari e Geraldi (2004), o autor aborda a questão da polissemia, propondo formas para diferenciar este fenômeno da homonímia, o que nos leva, mais uma vez, a concluir que ambos são fenômenos de ordens distintas.

2.4 Ambiguidade e Polissemia: Entendendo as Fronteiras

Em um capítulo de seu livro “A semântica”, Frank Palmer (1986) afirma querer abordar o problema do significado a partir das relações de sentido. Veremos que este autor, diferentemente de Kempson (1980), desenvolve uma análise mais centrada na questão da polissemia, fato que nos ajudará a pensar melhor a respeito deste fenômeno que, até o momento, foi menos discutido se comparado à homonímia.

Para Palmer (1986) nem só as palavras diferentes têm significados diferentes, pode também acontecer que à mesma palavra corresponda um conjunto e significados diferentes. Portanto, segundo o autor, “não é fácil distinguir se dois significados são iguais ou diferentes” (PALMER, 1986, p. 80) entre si e, conseqüentemente, determinar quantos significados tem exatamente uma palavra.

Para exemplificar essa dificuldade, o autor mostra o funcionamento do verbo comer (*eat*, em inglês). Observe as seguintes frases²⁰:

- (1) A criança não queria comer o que a mãe estava oferecendo.
- (2) A ferrugem comeu o portão.

Conforme Palmer (1986), o dicionário fará distinção entre o significado literal, como aparece na frase (1), e o significado derivado, no sentido de corroer, como aparece na frase (2). No entanto, ainda poderiam ser feitas outras distinções, como *comer carne* e *comer sopa*, já que no primeiro caso utiliza-se garfo e faca e no segundo, colher. Ainda poderíamos trocar *comer sopa* por *beber sopa*, algo impossível em relação à carne. O problema está, então, em decidir se estes são ou não significados distintos do verbo *comer* ou se o significado de *comer* apenas intersecta o de *beber*, ou ainda se cada verbo cobre um vasta área semântica. Dessa forma, se estabelecermos que há dois significados para o verbo *comer* – em comer carne e comer sopa – seria natural que houvesse um significado diferente para cada tipo de alimento, o que sabemos que não acontece. Logo, segundo o autor, a moral “é que não devemos tentar encontrar todas as diferenças de significado possíveis, mas sim as semelhanças” (PALMER, 1986, p. 80).

Um ponto importante trazido por Palmer (1986) é a questão da metáfora, em que uma palavra comporta um significado literal e um ou mais significados transferidos. É o caso das seguintes frases:

- (1) A perna da mesa está quebrada.
- (2) Você deve bater na cabeça do prego.
- (3) Cuide para não rasgar o braço da poltrona.

Em todas essas frases encontramos metáforas e, segundo o autor, palavras que designam partes do corpo são frequentemente usadas em sentido metafórico, que é o que acontece nos exemplos acima. Contudo, a metáfora é bastante imprevisível, uma vez que não podemos falar da cabeça da mesa ou da perna do prego, e ainda há as diferenças de uma língua para outra. Em inglês podemos falar

²⁰ Os exemplos são nossos.

do olho da agulha (*eye of a needle*), enquanto em Português o mais ideal seria o buraco da agulha.

Entretanto, há outros tipos de transferência que são mais regulares. O próprio Michel Bréal (2008) em seu “Ensaio de semântica”, o qual afirma que a metáfora nasce de uma similitude entre dois objetos, diz que, por vezes, as metáforas não ficam presas à língua em que nascem, isto é, quando são justas e surpreendentes elas viajam de idioma a idioma e se tornam patrimônio do gênero humano. É o caso, por exemplo, da palavra *frio* usada em sentido metafórico. Podemos falar de *Um homem frio* da mesma maneira que os falantes de inglês dizem *A cold man*.

Para Bréal (2008) este exemplo faz parte de:

[...] uma espécie particular de metáfora, extremamente frequente em todas as línguas, que vem da comunicação entre os órgãos de nosso sentido, que nos permite transportar ao ouvido sensações experimentadas pela visão, ou ao paladar ideias que devemos ao tato. (BRÉAL, 2008, p. 94)

Assim, podemos falar de uma voz doce, de uma lembrança quente, de uma mentira amarga, etc.

Voltando a Palmer (1986), o autor afirma que muitos adjetivos podem ser utilizados literalmente em relação à qualidade que referem, ou mediante transferência de significado, como ponto de origem desta qualidade. Sendo assim, podemos falar de uma pessoa triste ou de um livro triste. Mais uma vez acontece uma transferência, ou seja, os falantes transportam para objetos inanimados adjetivos cuja ideia empresta ao homem.

Palmer (1986) alerta que há a considerar, ainda, que se uma forma tem vários significados, nem sempre se pode dizer com segurança que se trata de um caso de polissemia, justamente em razão de outro fenômeno, a homonímia. Para o autor, compete ao dicionário estabelecer se uma palavra deve ser tratada em termos de polissemia ou de homonímia. Isso acontece porque nos casos de palavras homônimas há mais de uma entrada no dicionário, isto é, são palavras diferentes com significados diferentes, enquanto nos casos de polissemia há apenas uma entrada, ou seja, trata-se de apenas uma palavra com significados diversos. Neste ponto, Palmer (1986) aproxima-se muito do que afirmam tanto Kempson (1980)

quanto Lyons (1982); no entanto, o autor afirma que este critério não é o bastante, já que as decisões do dicionarista parecem ser bastante arbitrárias.

Ainda semelhante ao que diz Lyons (1982), Palmer (1986) fala do critério etimológico. Conforme o autor:

Se existem formas idênticas, mas que se sabe terem origens diferentes, são tratadas como homônimas e vão ter fichas de entrada separadas; se a origem é comum, e mesmo que tenham significados diferentes, são tratadas como polissêmicas e terão uma só ficha de entrada no dicionário. (PALMER, 1986, p. 83)

Entretanto, o autor afirma que este critério está longe de ser satisfatório, na medida que o atual estado de uma língua nem sempre reflete fielmente a sua evolução histórica, e como lembra Lyons (1982) esse critério só é válido para estudos diacrônicos.

Outro critério apresentado por Palmer (1986) – e considerado por ele como o mais relevante – é tentar encontrar um significado central ou núcleo de significado. É aquilo que Lyons (1982) chama de relação de significado. Conforme Palmer (1986) isso só é possível em relação a exemplos de metáforas, como voz doce (a voz é gostosa, agradável, como um doce), perna da mesa (tanto a perna humana quanto a perna da mesa servem para dar sustentação), etc. No entanto, de maneira geral, não é simples decidir se há um significado central ou nuclear, já que as palavras tendem a mudar de significado ao longo dos anos.

Outro ponto trazido por Palmer (1986) é que a palavra polissêmica tem, naturalmente, vários sinônimos que correspondem respectivamente a cada um dos seus significados. O autor cita como exemplo a palavra inglesa *fair*, que pode ser usada com *hair* (*fair hair* = cabelo claro), com *skin* (*fair skin* = pele clara), e também com *weather* (*fair weather* = tempo bom), em que os antônimos mais apropriados seriam, respectivamente, *dark* (escuro) para *hair* e *skin* e *foul* (mau) para *weather*. Este exemplo também serve para o Português, em que as expressões cabelo claro, pele clara e tempo claro são comuns. Da mesma forma, os antônimos são diferentes, já que para cabelo e pele pode-se usar escuro, enquanto para o tempo o mais adequado seria nublado, por exemplo. Dessa forma, percebe-se que o adjetivo claro, quando usado com cabelo, e claro, quando usado com pele estão mais próximos semanticamente do que claro, quando usado com tempo. Enquanto o

primeiro está mais associado a uma ideia de cor, tonalidade, o segundo nos remete a uma ideia de luminosidade.

Enfim, Palmer (1986) faz o leitor pensar no funcionamento semântico da língua, o qual não é um processo simples, em que tudo está previamente delimitado. Ao contrário de Kempson (1980) que procura apreender o significado exato das palavras por meio de testes e classificações, Palmer (1986) mostra que não existe uma maneira cem por cento segura de estudar ou delimitar o significado, justamente porque a língua está em constante funcionamento e em constante evolução. Os critérios apresentados por ele para fazer a distinção entre polissemia e homonímia podem ajudar o estudioso da linguagem, mas não têm um caráter definitivo, mesmo porque não é simples decidir entre um fenômeno e outro.

Palmer (1986), no entanto, ao contrário de Kempson (1980) e até mesmo de Lyons (1982), debruça-se sobre o fenômeno da polissemia o qual é constantemente renegado nos estudos linguísticos. O autor investiga o funcionamento da metáfora, que pode ser considerada uma especificação da polissemia, mostrando que este fenômeno não pode ser explicado dentro dos limites da língua e, principalmente, mostrando que ele pertence a uma outra ordem, diferentemente da homonímia e da ambiguidade, ambos fenômenos da língua.

A nosso ver, a distinção entre polissemia e homonímia é de extrema relevância para o estudo da ambiguidade, já que uma de suas causas é a homonímia. O que queremos mostrar com os estudos de Lyons (1982) e, principalmente, de Palmer (1986) é que, ao contrário do que diz Mattoso (1984), a ambiguidade não pode ser explicada por meio da polissemia, uma vez que a polissemia é um fenômeno do discurso, enquanto a ambiguidade é um fenômeno da língua. E é preciso que esta distinção esteja clara para que possamos dar continuidade a nossa análise.

2.5 A Ambiguidade Conforme a Linguística do Texto

Nossa próxima discussão será a respeito do famoso texto “Introdução aos problemas da coerência dos textos” (1988), de Michel Charolles, publicado originalmente em 1978. Charolles é um professor francês, estudioso da linguística

textual e que no texto acima citado discute questões relativas à coesão e à coerência por meio de produções textuais de alunos do ensino básico de escolas francesas. Charolles (1988), a fim de encontrar uma maneira de melhor orientar esses alunos, analisa não só as produções deles, mas também a forma como os professores as avaliam. Nosso objetivo ao escolhermos o texto de Charolles (1988) para análise é mostrar como a linguística textual vê e caracteriza o fenômeno da ambiguidade por meio do estudo da coerência. Para isso, vamos nos deter no estudo de uma das quatro metarregras de coerência apresentadas por Charolles (1988), a metarregra da repetição.

Na introdução de seu texto, Charolles (1988) afirma que todo membro de uma comunidade linguística tem um conhecimento intuitivo a respeito da língua, fato que o deixa a par de uma norma mínima, a partir da qual ele é capaz de realizar espontaneamente operações do tipo “isto não é Português”, por exemplo. Logo, tanto ao nível do texto quanto no plano das frases, existem critérios eficientes de boa formação que instituem uma norma mínima de composição textual. Conforme o autor:

O uso desta norma conduz a desqualificações maciças e ingênuas: “este texto não tem pé nem cabeça”, “esta estória não tem cabimento” ... muito mais poderosas que as avaliações depreciativas do tipo “mal escrito”, “mal formulado”, que só dizem respeito aos arranjos de superfície mas não bloqueiam fundamentalmente o processos comunicativo. (CHAROLLES, 1988, p. 40)

O autor ainda salienta que estas desqualificações ingênuas são inconcebíveis se não forem relacionadas com um sistema implícito de regras interiorizadas igualmente disponíveis para todos os membros de uma comunidade linguística. É este sistema de regras de base que constitui a competência textual dos indivíduos.

O trabalho de Charolles (1988), portanto, incide sobre as estratégias de intervenção que os professores desenvolvem frente a certos textos de alunos julgados por eles incoerentes. Charolles (1988) procura mostrar que, muitas vezes, os professores denunciam ingenuamente as malformações textuais, ficando, dessa forma, num estágio de avaliação pré-teórico conduzindo a intervenções pedagógicas frequentemente mal controladas e relativamente perigosas e pouco eficazes.

O autor destaca que, quando se compara a maneira como os professores intervêm nos enunciados que consideram malformados, aparecerem grandes diferenças conforme se trata de frases ou de textos. Por exemplo, quando a intervenção é feita nas frases malformadas, as anotações são localizadas por marcas gráficas convencionais, são indicadas por meio de qualificativos técnicos referindo-se a determinado aspecto do sistema da língua e fornecem pretexto para exercícios adjacentes que visam à eliminação da falha. Já quando a intervenção diz respeito aos textos malformados, os erros, em geral, estão marcados por indicações gráficas colocadas na margem, o vocabulário de denúncia não apresenta nenhum caráter técnico (“incompreensível”, “não quer dizer nada”) e as práticas corretivas são radicais (“refazer”).

De acordo com Charolles (1988), esta comparação ressalta que os professores, quando confrontados com enunciados transfrásticos malformados, não passam do nível de análise imediata, constituindo uma avaliação comum sem lançar mão de recursos para construir sequências de aprendizagem apropriadas. Sendo assim, os professores não dispõem de um conhecimento efetivo do sistema de regras a partir do qual operam desqualificações. E esta situação, conforme o autor, é pedagogicamente prejudicial:

O professor que não domina teoricamente um quadro normativo é reduzido a fazer respeitar, a cada vez que surge um problema, uma ordem sobre a qual não tem domínio. Disso decorre uma menor eficácia didática, o uso de práticas diretivas, e sobretudo uma ausência de controle do que está realmente em jogo sob a forma imposta. (CHAROLLES, 1988, p. 44)

Logo, o professor não tem outro caminho senão a censura e fica condenado a não compreender e a rejeitar tudo que não está de acordo.

Para o autor, não se pode refletir sobre a coerência de um texto sem levar em conta a ordem da aparição dos segmentos que o constituem, isto é, é preciso que se perceba a relação entre o que vem antes e o que vem depois, já que a coerência de um pode depender do outro e vice-versa. Além disso, é preciso observar as relações micro e macroestruturais de um texto, ou seja, num nível microestrutural a questão incide nas relações de coerência que se estabelecem, ou não, entre as frases da sequência, enquanto num nível macroestrutural o que está em jogo são as relações que se estabelecem entre as sequências consecutivas. Os

níveis micro e macroestruturais nada mais são do que aquilo que a Gramática tradicional entende por coesão e coerência textual, respectivamente.

Após essa breve introdução sobre o trabalho de Charolles (1988), vamos discutir a metarregra da repetição sob o viés do nosso objeto de análise, a ambiguidade.

Segundo o autor, a metarregra da repetição diz o seguinte:

[...] para que um texto seja (microestruturalmente e macroestruturalmente) coerente é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita. (CHAROLLES, 1988, p. 49)

Sendo assim, a língua fornece os elementos necessários para que um texto não contenha problemas de coerência²¹, que são os elementos de coesão, os quais permitem as retomadas. Dessa forma, a repetição – que entendemos como retomada – constitui uma condição necessária para um bom desenvolvimento textual, permitindo, assim, que o texto apresente um caráter sequencial e um desenvolvimento homogêneo e contínuo.

Para essas repetições/retomadas, a língua dispõe de vários recursos, que vão desde pronominalizações até referenciações contextuais e substituições lexicais. Todos esses procedimentos permitem ligar uma frase a outra, dando coesão ao texto.

A partir desse momento, iremos analisar alguns enunciados “problemáticos” de alunos, propostos por Charolles (1988). Esses enunciados apresentam problemas relativos ao mau uso do recurso da pronominalização, que torna possível a repetição pelo uso da anáfora, retomada que se efetua de frente para trás. Segundo o autor, as pronominalizações resultam da aplicação de processos transformacionais sobre os quais pesam algumas restrições. Observe a seguinte frase²²:

²¹ O autor não estabelece as fronteiras entre os problemas de coesão e coerência como fazem outros linguistas como Ingedore Koch e Luiz Carlos Travaglia em livros como “A coerência textual” (2011) e “A coesão textual” (2008).

²² Os enunciados (1), (2), (3) e (4), os quais aparecerão em sequência até o final da presente seção, foram retirados do texto “Introdução aos problemas da coerência dos textos”, de Michel Charolles (1988).

- (1) “Ele sabe muito bem que Pedro não estará de acordo com Mário.” (1988, p. 50)

A princípio, essa frase não apresenta nenhuma ambiguidade, contudo o autor esclarece que a intenção do aluno era que o pronome *Ele* representasse o indivíduo *Mário*, resultando na seguinte frase: *Ele (1) sabe muito bem que Pedro (2) não estará de acordo com Mário (1)*. Isso não é possível, já que um pronome não pode ao mesmo tempo preceder e comandar o grupo ao qual se refere. Diante de tal ocorrência, conforme o autor, a única solução consiste em recuperar o pronome de 3ª pessoa como remetendo exoforicamente a um indivíduo diferente de Pedro e de Mário, o qual deve-se supor que foi citado anteriormente, resultando em uma leitura diferente da proposta pelo aluno. Se tal interpretação não for possível, o pronome é percebido como um afórico puro cuja aparição abre um vazio na sequência e quebra seu desenvolvimento.

Dessa forma, o problema se dá em função de uma falta de referência, isto é, a ambiguidade é determinada por uma anáfora sem referente. O mesmo acontece com o seguinte enunciado:

- (2) “Em seguida os palhaços entrou na cabine e os três números reapareciam e os espectadores diziam ‘bravo, bravo’. Em seguida o apresentador voltou e disse: ‘crianças vocês podem pegar eles, tem de todas as cores.’” (1988, p. 50)

Neste caso, vemos que a retomada não foi adequada, gerando ambiguidade. O pronome *eles* pode retomar mais de um elemento textual – nesse caso, palhaços ou números – já que pelo contexto imediato não se pode definir a quem *eles* se refere.

Este tipo de retomada é frequente em textos de alunos, o que leva o professor a classificar o texto como “sem sentido”, “incoerente”, sem fazer uma reflexão acerca do problema com o aluno, mostrando a ele que da forma como foi escrito, o texto apresenta mais de uma leitura gerando uma ambiguidade que pode, às vezes, prejudicar o entendimento do leitor. É importante, nesses casos, mostrar o funcionamento da língua, por meio do uso dos pronomes, e também abordar as questões relativas à ambiguidade sintática.

Muitas vezes, o sentido está claro na cabeça do aluno, ele sabe qual elemento o pronome está retomando, contudo, no momento de passar isso para o papel acontecem esses pequenos deslizes, não porque o aluno não sabe escrever ou porque só escreve textos incoerentes, mas porque há uma mudança de meio. Não há uma via clara, simples entre aquilo que pensamos e aquilo que escrevemos ou dizemos.

Conforme o autor, às vezes a elucidação do que veio antes é comprometida pelo afastamento. Observe o seguinte enunciado:

(3) “Eu digo a Paulo ‘olha esse pássaro’. Ele me disse preste muito atenção pois se ela se agarra nos teus cabelos, precisará cortar eles rente para poder enterrar ela.

No dia seguinte, quando voltei, queria pôr um chapéu pois tinha medo que a guandira se emaranhasse nos meus cabelos.” (1988, p. 51)

Neste caso, o pronome *ela* retoma um referente que está sintaticamente à frente, já que o uso deste pronome só se justifica quando a palavra *guandira*, um substantivo de gênero feminino, é introduzido no enunciado. Até então, o pronome *ela* não tinha um referente específico, e devido a este fato permitiria mais de uma leitura, uma vez que não poderia estar se referindo a *pássaro*, um substantivo masculino.

O próximo enunciado diz o seguinte:

(4) “Pedro e minha irmã estavam nadando no rio. Um dia, um homem estava tomando banho; como ele sabia nadar, ensinou para ele” (1988, p. 51)

Neste enunciado, o pronome *ele* não tem uma referência específica, já que pode se referir a *Pedro* ou a *homem*, gerando o que o Charolles (1988) chama de ambiguidade referencial, uma vez que há duas leituras possíveis: a de que Pedro é quem sabe nadar e ensina o homem que estava tomando banho, ou de que é o homem quem sabe nadar e ensina Pedro. Essa ambiguidade referencial é gerada pela repetição do pronome *ele*, já que poderia ser resolvida das seguintes maneiras:

(4') Pedro e minha irmã estavam nadando no rio. Um dia, um homem estava tomando banho; como Pedro sabia nadar, ensinou para ele.

(4'') Pedro e minha irmã estavam nadando no rio. Um dia, um homem estava tomando banho; como o homem sabia nadar, ensinou para Pedro.

De acordo com Charolles (1988), estes problemas de referência introduzem zonas de incerteza no texto sem verdadeiramente romper a continuidade sequencial, já que certas ambiguidades são recuperáveis contextual ou estrategicamente, como podemos observar nos enunciados (2), (3) e (4). No entanto, outras, ao contrário, são mais difíceis de compreender, criando um vazio interpretativo, como no caso do exemplo (1).

As outras metarregras apresentadas pelo autor e que serão rapidamente discutidas por nós são: a metarregra da progressão, a metarregra da não-contradição e a metarregra da relação. Contudo, salientamos que queremos dar destaque para a metarregra da repetição, considerando o fato de que os problemas de ambiguidade derivam desta metarregra

A metarregra da progressão diz que para que um texto seja micro e macroestruturalmente coerente é preciso que haja em seu desenvolvimento uma contribuição semântica constantemente renovada, isto é, um enunciado não pode simplesmente repetir o mesmo assunto. É preciso que o autor traga para o texto novas informações. Conforme Charolles (1988), a exigência da progressão semântica é, evidentemente, das mais elementares, na medida que o próprio ato de comunicar supõe que se diga algo e não apenas repita o que já foi dito, ou seja, é necessário que haja uma proporção mais ou menos ideal entre a taxa de contribuição informativa e a taxa de repetição. Segundo o autor:

A produção de um texto coerente supõe então que seja realizado um delicado equilíbrio (cuja natureza é difícil de avaliar exatamente) entre continuidade temática e progressão semântica (ou rêmica). (CHAROLLES, 1988, p. 58)

Isso nada mais é daquilo que a linguística textual chama de articulação tema/rema, em que a introdução da informação nova não se faz de forma abrupta, mas obedece a regras e faz-se de maneira programada na sequência de elementos já conhecidos.

A metarregra da não-contradição diz que para manter a coerência de um texto, é preciso que no seu desenvolvimento não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior. Essa metarregra aproxima-se bastante dos estudos da lógica formal, na medida em que esta proíbe que se tenha ao mesmo tempo p e $\text{não } p$, isto é, este cálculo estipula que é inadmissível que uma mesma proposição seja conjuntamente verdadeira e não-verdadeira, ou falsa e não-falsa. A nosso ver, o problema está em ver a contradição como um problema estritamente linguístico e/ou lógico, quando, muitas vezes, os textos/enunciados estão cheios de contradições que não se resolvem somente nos domínios da língua.

A última metarregra, a metarregra da relação, diz que, para que uma sequência ou um texto sejam coerentes, é preciso que os fatos que se denotam no mundo representado sejam relacionados, ou seja, é necessário que as ações, estados ou eventos, que ela (a sequência) denota sejam percebidos como congruentes no tipo de mundo reconhecido por quem a avalia. Esta metarregra, assim como a anterior, também está próxima dos pressupostos da lógica forma, já que segundo o autor:

Dir-se-á que, num mundo representado M , dois estados de coisas p e q são congruentes se e somente se p é pertinente (relevante) para q , ou melhor, se e somente se p é uma causa, condição, consequência pertinente para q . (CHAROLLES, 1988, p. 72)

Para Charolles (1988), ao estudar certos textos de alunos das primeiras séries, “somos frequentemente incapazes de estabelecer uma relação de congruência entre os fatos que eles denotam no interior de uma sequência” (CHARROLES, 1988, p. 73), resultando na falsa impressão de que o texto do aluno não tem sentido ou de que o aluno não sabe escrever. Muitas vezes, o laço semântico entre ações, estados ou eventos no interior de uma sequência é tão tênue e tão “pessoal” de cada aluno que se faz necessário que o professor desenvolva estratégias para compreender o que está escrito antes de rotular o texto como incoerente.

Por fim, queremos tecer algumas considerações a respeito da posição assumida por Charolles (1988) em relação à metarregra da repetição. Ainda que a abordagem do autor não seja estritamente linguística, uma vez que sua análise tem

por base textos e não apenas enunciados isolados, o pressuposto que move Charolles (1988) continua sendo o princípio aristotélico, seguido pelas gramáticas tradicionais, que entende a ambiguidade como uma falha.

É importante salientar que a proposta de Charolles (1988) consiste em intervir, através de metarregras, no espaço onde os enunciados que compõem os textos possuem mais de um sentido gerando ambiguidade. No entanto, o trabalho de Charolles (1988) é de base prescritiva e por isso continua restringindo a ambiguidade aos domínios da falha sem refletir sobre o fato de que estas “falhas” que ocorrem nos textos estão sujeitas a se repetir de forma contínua, na medida em que a sujeito não tem controle pleno sobre os efeitos da ambiguidade na língua.

Enfim, o estudo do texto de Charolles (1988) nos possibilitou compreender melhor como a linguística textual aborda questões referentes à ambiguidade. Vimos que, para um linguista do texto, certas ambiguidades introduzem zonas de incertezas no texto sem, contudo, romper a continuidade sequencial, podendo, dessa forma, ser recuperadas intratextualmente. No entanto, a linguística textual, apesar de romper com os limites dados pelas palavras e pelas frases, na medida em que volta seus estudos para o texto, não sai dos limites da língua, estando próxima, dessa forma, de estudos linguísticos mais formais. Sendo assim, nosso objetivo no próximo capítulo será abordar a questão da ambiguidade pelo viés discursivo.

CAPÍTULO 3

A AMBIGUIDADE PARA ALÉM DOS LIMITES DA LÍNGUA

A partir deste capítulo, veremos como a teoria da Análise de Discurso (AD) francesa, fundada por Michel Pêcheux no final da década de 1960, entende o funcionamento da ambiguidade. Para tal, serão estudados os textos “Fazer dizer, querer dizer” (1992), de Claudine Haroche, “Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso” (2000), Tese de doutorado da Professora Maria Cristina Leandro Ferreira, além de textos importantes para o desenvolvimento da teoria do discurso como “Por uma análise automática do discurso” [1969], “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” [1975], “O Discurso: estrutura ou acontecimento” (2012) e “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2009), todos de Michel Pêcheux.

Ao tratarmos com a teoria da Análise de Discurso, precisamos ter em mente a necessidade de uma mudança de terreno. Pêcheux [1969] afirma que a noção de língua preconizada por Saussure, um objeto científico homogêneo, em que há a exclusão da fala e, conseqüentemente do sujeito, precisa ser repensada dentro dos estudos discursivos. Ainda conforme o autor, “não é certo que o objeto teórico que permite pensar a linguagem seja uno e homogêneo” (PÊCHEUX [1969], 2010), na medida em que a perspectiva teórica da AD lida com conceitos exteriores à região da linguística tradicional.

Conforme Indursky (2005), os anos 60 testemunharam a passagem do limite da frase, solidificado pela linguística formal, para o texto – no caso da linguística textual – e para o discurso na AD. Até então em nosso trabalho, lidamos com teorias linguísticas, ora mais formalistas, ora menos, mas que apresentam noções muito semelhantes em relação à língua e ao sentido.

Na AD, acontece essa mudança de terreno, já que esses conceitos diferem muito dos tradicionalmente aceitos dentro das teorias linguísticas. Conforme Ferreira (1996), ao referir-se a uma concepção de língua a partir dos pressupostos da AD:

[...] a língua nesta concepção discursiva perde seu caráter homogêneo e estável, passando a ser entendida como elemento de base material, heterogêneo por excelência, não-estável, não-previsível e não-fechado, que combinado à materialidade do processo sócio-histórico constitui o lugar da produção dos efeitos de sentido. A autonomia da língua, absoluta na concepção anterior, passa agora a ser relativa. (FERREIRA, 1996, p. 40)

Podemos notar, então, que a AD, ao estudar os processos de significação – em especial a ambiguidade – não pretende extrair da língua, das palavras, dos textos o seu sentido exato, como uma espécie de decodificação, uma vez que entende a língua como uma materialidade sujeita aos efeitos históricos e sociais sendo, por isso, opaca, heterogênea, não estável. A noção de língua idealizada pela linguística estruturalista, que a caracteriza como um sistema homogêneo cuja função primeira é a comunicação, em que todo enunciado apresenta uma organização fechada, livre de incompreensões e incompletudes cai por terra.

Na AD, por outro lado, não existe o ideal de transparência da língua, ou seja, já não se espera da língua que ela seja exata, objetiva, unívoca e livre de múltiplos sentidos. Portanto, diferentemente do que fazem linguistas como Ruth Kempson (1980) – estudada anteriormente – os analistas de discurso não procuram identificar e classificar todo e qualquer tipo de ambiguidade, a fim de eliminá-la com o objetivo de deixar o texto ou a frase mais claros. Pelo contrário, a AD propõe que se pense a ambiguidade como um fator constitutivo e multifacetado presente em todas as línguas, e antes de tentar identificá-la ou eliminá-la, a AD procura entender o processo de significação desencadeado por esse fenômeno e como ele afeta a língua e os sujeitos.

Para a AD é impossível estudar o funcionamento da ambiguidade estando preso aos limites impostos pela linguística formal, isto é, estando preso ao que Pêcheux (2012), em seu livro “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, chamou de espaços logicamente estabilizados. Segundo o autor, nestes espaços a contradição é impossível, enquanto a lógica disjuntiva é soberana (ou isto, ou aquilo) o que leva a uma proibição da interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas com interrogações disjuntivas (verdadeiro ou falso?).

É importante lembrar que nos espaços logicamente estabilizados supõe-se que o sujeito falante sabe o que fala e tem completo controle sobre si, ou seja, não há dúvidas a respeito de nada, tudo é lógico, estável e transparente. De acordo com Pêcheux (2012), o que unifica aparentemente esses espaços é uma série de

evidências lógico-práticas do tipo: “um mesmo objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P” (PÊCHEUX, 2012, p.31).

Podemos notar, então, o quão diferente é a teoria da AD de uma teoria linguística mais formal – como a desenvolvida por Ruth Kempson (1980) – que através de seus testes lógicos tenta identificar e eliminar a ambiguidade da língua.

Ainda segundo Pêcheux (2012), por a AD tratar-se de uma disciplina de interpretação, é preciso que o não-lógicamente estabilizado não seja considerado como um defeito. O real próprio às disciplinas de interpretação é estranho à univocidade lógica, pois se desenvolve no interior dos espaços não-lógicamente estabilizados, é um saber que não se transmite, não se aprende, mas que existe produzindo efeitos. Logo, a ambiguidade – fenômeno que está longe de ser considerado como lógico e estável – não deve ser entendida como um defeito a ser corrigido e eliminado, mas sim pensada.

Neste ponto, achamos interessante trazer a discussão que Eduardo Guimarães propõe em seu livro “Semântica do acontecimento” (2002) a respeito da relação enunciação/acontecimento. O autor lembra que o sujeito enuncia enquanto ser afetado pelo simbólico, num mundo vivido através do simbólico, ou seja, não é possível enunciar como um indivíduo físico, empírico, mas somente como sujeito afetado pelo simbólico.

Esse sujeito, certamente, foge da lógica obsessiva, do estabilizado, pois encontra-se, também, afetado por um contexto mais amplo – se comparado ao contexto imediato ou de situação preconizado pela pragmática – o qual se constitui pela materialidade histórica do real. Isso já seria suficiente para afirmar que não é possível “livrar” o dizer de toda ambiguidade ou opacidade.

Conforme Guimarães (2002), o acontecimento representa uma ruptura na sua própria ordem, estando alicerçado em uma relação de contradição entre a estabilidade dos sentidos (da ordem do já vivido) e a projeção de sentidos que instaura uma nova ordem. Logo, o acontecimento se instaura na possibilidade do não esperado, e é isso que funda o acontecimento num processo de contradição, em que o presente desestabiliza o passado.

Dessa forma, o sujeito é tomado pelo acontecimento, pois não tem controle pleno da ordem do real, isto é, o sujeito não tem controle sobre tudo aquilo que enuncia, tampouco sobre todas as possibilidades de sentidos existentes, já que se

inscreve em uma determinada região do interdiscurso²³, não sendo, assim, a origem do seu dizer. É a partir desta reflexão em torno das questões propostas por Guimarães (2002) em “Semântica do Acontecimento” que podemos compreender melhor como o sujeito ao ser tomado pelo acontecimento está sempre sujeito à equivocidade.

Todos esses aspectos nos levam, mais uma vez, a concluir que a busca por uma língua pura, transparente e livre de ambiguidades torna-se inútil, na medida em que o simbólico, a ideologia e o materialismo histórico “entram em ação”. O sujeito não fala, mas é falado, uma vez que o seu dizer é determinado pelo lugar social a partir do qual ele enuncia e pelo modo como as contingências afetam seu dizer.

Outro conceito importante para a AD e para o desenvolvimento de nosso trabalho é o conceito de sentido. Na teoria pecheuxtiana, o sentido, assim como a língua, não é homogêneo. Não se trata, pois, de algo estabilizado, mas sim de algo com a capacidade de deslizar, de se movimentar e de produzir efeitos. É neste sentido que Michel Pêcheux [1969] afirma que:

[...] o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentido” entre os pontos A e B. (PÊCHEUX [1969], 2010, p. 81)

Com essa afirmação, Pêcheux [1969] critica teorias que entendem a língua apenas como um mero sistema em que há a simples transmissão de determinada informação por meio de uma mensagem. A AD lida com algo mais amplo, o discurso, que implica não apenas a transmissão de informação, mas um efeito de sentido entre A e B que. Conforme Pêcheux [1969], esses lugares “designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais” (PÊCHEUX [1969], 2010, p. 81), uma vez que representam lugares determinados na estrutura de uma formação social.

²³ Em relação ao conceito de interdiscurso, em seu texto “Análise automática do discurso (AAD-69)”, Pêcheux afirma que os sentidos resultam, eles mesmos, de processos discursivos anteriores, provenientes de outras condições de produção, que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. Nas palavras de Eni Orlandi (2010), o interdiscurso é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2010, p. 31). Ou seja, é o saber discursivo que torna possível dizer e que retorna, sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

Sendo assim, a AD não busca por um sentido único e verdadeiro que supostamente poderia ser descoberto por um método infalível de interpretação. Longe disso, a teoria pecheuxtiana busca compreender como objetos simbólicos (seja um texto, uma pintura, uma escultura, etc) produzem sentidos. Conforme Orlandi (2010):

Em suma, a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. (ORLANDI, 2010, p. 26-27)

Dessa forma, a AD não se prende aos limites dados pelo texto, buscando seu sentido não só por meio da língua, mas também por meio dos seus mecanismos como parte do processo de significação. Logo, ainda conforme a autora, a AD procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Tendo em mente essa breve introdução a respeito dos estudos discursivos, na próxima seção veremos sob que enfoque Claudine Haroche (1992) e Leandro Ferreira (2000) entendem o funcionamento da ambiguidade.

3.1 A Ambiguidade Tomada Sob a Ótica de Claudine Haroche em “Fazer Dizer, Querer Dizer” (1992)

Claudine Haroche, doutora em Sociologia pela Universidade Paris VII, é diretora de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) da França, estando vinculada ao *Centre d'Études et de Recherches transdisciplinaires en Sociologie, Anthropologie et Histoire* (Cetsah) da *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Ehess). Foi no CNRS que Michel Pêcheux, juntamente com Claudine Haroche e outros pesquisadores, construiu um núcleo de discussão que acabou por formar uma rede de posições que, no seu conjunto, definiram o que hoje podemos designar como escola francesa de Análise de Discurso.

Dessa forma – conforme Orlandi (1992) afirma no prefácio do livro “Fazer dizer, querer dizer” (1992), de Claudine Haroche – o trabalho da pesquisadora

francesa é um excelente exemplar do que pode ser considerado um desenvolvimento de uma das linhas da teoria da AD, uma vez que a própria Claudine diz-se uma pesquisadora dos processos de linguagem, para cuja prática considera imprescindível a filosofia, a história e a política.

Haroche (1992), na apresentação de seu livro, pergunta-se da onde vem, na Gramática, esse desejo insistente e impossível de uma partição radical entre o dito e o não dito, entre o implícito e o explícito, entre o completo e o incompleto. Com efeito, instala-se uma irreducibilidade entre a interioridade indizível e a exigência de literalidade, de transparência e de desambiguação do enunciado.

Vemos que a autora mostra-se contra essa busca incessante por objetividade e transparência, e mais, afirma que:

A exigência de desambiguação, de determinação, intrínseca a toda a língua como imperativo mesmo da ordem, logo de coerção, mas também do discernível, é uma evidência que não poderíamos questionar. (HAROCHE, 1992, p. 13)

Entretanto, essa exigência corresponde a uma prática de envergadura, tolhendo a liberdade do querer-dizer do sujeito em nome de uma ilusória transparência na linguagem. Não há espaço para o incerto, para a falta, para o alusivo, isto é, não há lugar para o não sistemático. Não há lugar para os espaços não logicamente estabilizados, preconizados por Pêcheux (2012) e, conseqüentemente, não há lugar para a interpretação.

É contra esse cerceamento de liberdade do sujeito na linguagem que Haroche (1992) coloca-se, mostrando que a ambigüidade, antes de ser considerada como um erro a ser corrigido em nome de uma língua “pura” e sem múltiplos sentidos, deve ser pensada não apenas em termos linguísticos, mas também em termos sociais e históricos.

Em um capítulo do seu livro “Fazer dizer, querer dizer” (1992), chamado “Da ambigüidade linguística a uma desambigüação extralinguística”, Haroche (1992) afirma que a questão da significação constitui um problema constante nas teorias da linguagem, justamente porque levanta a questão das modalidades de articulação entre o linguístico e o extralinguístico, assim como a questão do formalismo e das relações entre a lógica e a subjetividade. Todas estas questões nos levam a pensar o funcionamento da língua, em aceitar ou rejeitar uma língua sistêmica e a nos

interrogar sobre os efeitos possíveis da tese de subordinação da significação ao valor.

No texto “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” (2007), escrito com a parceria de Michel Pêcheux e Paul Henry, Haroche (2007) afirma que o princípio de subordinação da significação ao valor está ligado à ideia de língua como sistema, permitindo a interpretação de particularidades fonológicas, sintáticas e morfológicas, mas não semânticas, já que esse princípio tem por efeito interromper bruscamente todo retorno ao sujeito, pois a significação é da ordem da fala e do sujeito, enquanto o valor é da ordem da língua.

Conforme Haroche (1992):

Em resumo, colocar o problema da significação, como o do sentido, é querer saber mais sobre o sistema, a língua e os arranjos entre signos; e minimizar, às vezes, a importância do arbitrário do signo pela consideração de fatores exteriores ao sistema – fatores históricos, sociais e ideológicos – para tentar elucidar [...] as origens e os fundamentos do sistema. Manifestadamente, ao se interrogar sobre o sentido, toma-se o risco de abalar, provisoriamente ao menos, a linguística como ciência, procurando reatribuir importância a elementos que lhe foi necessário descartar para se constituir como ciência. (HAROCHE, 1992, p. 34-35)

São esses elementos, descartados pela linguística formal, que a autora pretende buscar a fim de pensar os funcionamentos da linguagem. É dessa forma que o trabalho de Claudine Haroche vai além dos limites impostos pela Gramática e pela linguística, resultando em um estudo em que as relações entre língua e história são fundamentais. Haroche (1992) não está preocupada em buscar uma univocidade de interpretação, à semelhança do que faz Kempson (1980). E é justamente por isso que Haroche (1992) se propõe a estudar a ambiguidade, uma vez que este fenômeno se coloca pelo questionamento explícito da propriedade da univocidade, fazendo intervir a questão das fronteiras do linguístico, isto é, as relações entre a fala, suas condições de produção, o linguístico e o extralinguístico.

Haroche (1992) afirma que Aristóteles já notava a distinção entre uma ambiguidade inerente à língua e uma outra forma de ambiguidade, fato importante e que esboça duas tendências que vão ser objeto de debate dentro dos estudos a respeito do tema. Essas duas tendências lidam com noções diferentes de língua: enquanto uma busca uma linguagem completa, precisa, objetiva e livre de múltiplos sentidos, a outra volta suas atenções para os elementos extralinguísticos e suas consequências dentro da linguagem. De acordo com a autora:

Dito de outro modo, encontramos-nos na presença de duas concepções aparentemente irreduzíveis da noção de significação: uma que, pretendendo-se estritamente linguística, rejeita todo papel destinado a elementos extralinguísticos, todos os suplementos que viriam confundir a “essência” da significação linguística como o contexto, a situação, o locutor e suas intenções [...]; a outra concepção, ao contrário, integraria elementos extralinguísticos, para chegar a ver mais amplamente no ato linguístico um ato de comunicação, de discurso, e, mesmo, de fala. (HAROCHE, 1992, p. 38)

A partir de uma posição estritamente linguística, a ambiguidade passa a ser entendida como um erro a ser corrigido, já que a frase comportaria mais de uma estrutura, sendo necessário escolher entre uma ou outra a fim de mantê-la (a frase) clara e objetiva. O objetivo seria, pois, não apenas distinguir frases ambíguas das que não o são, mas também distinguir, no conjunto das frases, aquelas que são ambíguas pelas suas próprias propriedades estruturais. Como vimos ao longo deste trabalho, esta é a finalidade primordial de muitos gramáticos e linguistas. Vimos, por exemplo, que autores como Ruth Kempson (1980) buscam incessantemente por um sentido absoluto e unívoco e, para isso, precisam criar mecanismos a fim de identificar e eliminar a ambiguidade.

Segundo Haroche (1992), de maneira diferente, a ambiguidade poderia nascer de uma falta de especificação, de complementação, mesmo estando unívoca do ponto de vista sintático. Este tipo de ambiguidade situa-se no campo da articulação entre o linguístico e o extralinguístico, tratando-se, pois, de uma ambiguidade referencial, semântica, uma vez que a interpretação advém dos dados extralinguísticos. Logo, esta ambiguidade, diferentemente de uma ambiguidade sintática e, portanto, sistemática, aparece como um fator potencial de todo discurso, isto é, permeia todo discurso constituindo-se, dessa forma, como uma ambiguidade inerente à linguagem.

Neste ponto, queremos fazer uma comparação entre o que afirma Haroche (1992) e o trabalho de Charolles (1988). Quando o autor fala da metarregra da repetição para avaliar alguns enunciados considerados ambíguos, ele procura mostrar como certos elementos de referência ou de retomada, como a pronominalização, são essenciais para um bom desenvolvimento textual, pois permitem ligar uma frase a outra, dando coesão ao texto. Ao contrário, para Haroche (1992) a ambiguidade referencial convoca a exterioridade linguística. Para a autora,

nesses casos, é necessário que haja uma retomada exofórica, ou seja, é preciso levar em conta os dados extralinguísticos, já que, muitas vezes, somente pelo contexto imediato não se pode decidir a quem ou o que o pronome está referindo-se.

Outra questão importante trazida por Haroche (1992) diz respeito ao “problema do vago, da indeterminação” (HAROCHE, 1992, p. 40). Segundo a autora, quando estamos diante de um caso de ambiguidade gerado por problemas na estrutura da frase (ambiguidade sintática), percebemos um caráter sistemático, isto é, podemos usar recurso do próprio sistema linguístico para resolver o “problema”. Observe a frase:

(1) Venceu o Brasil a Inglaterra.

Neste caso, não se sabe qual país foi o vencedor devido a um problema puramente sintático, ou seja, é o uso do sujeito posposto ao verbo transitivo direto que causa essa estranheza na frase, a qual poderia ser corrigida ao inverter essas posições sintáticas:

(1a) O Brasil venceu a Inglaterra.

(1b) A Inglaterra venceu o Brasil.

Já a vaguidade²⁴, segundo Haroche (1992), seria avessa à ideia de que a exterioridade possa ser constitutiva dos processos de significação na linguagem. E é isso que a distingue da ambiguidade, já que esta não pode se realizar somente no interior do sistema da língua, embora seja uma materialidade necessária, mas não suficiente para a compreensão do funcionamento da ambiguidade.

²⁴ Neste ponto, é importante lembrar dos tipos de vaguidade apresentados por Kempson (1980), para fins de comparação. Kempson (1980) apresenta quatro tipos de vaguidade, são eles: a vaguidade referencial, a vaguidade por indeterminação do significado de um item ou sintagma, a vaguidade por falta de especificação no significado de um item e a vaguidade por disjunção. Lembrando que a vaguidade referencial de Kempson (1980) nada tem a ver com a ambiguidade referencial trazida por Charolles (1988) e Haroche (1992). Aquela diz respeito ao significado do item lexical que, em princípio é bastante claro, mas pode ser difícil decidir se o item pode ou não ser aplicado a certos objetos, enquanto esta está ligada aos elementos de retomada intra e extratextual presentes nos textos.

Por outro lado, faz-se necessário distinguir a ambiguidade estritamente linguística e, portanto, sistematizável, de uma ambiguidade potencial de todo discurso, a qual está ligada ao caráter incompleto de todo enunciado. Como vimos, a teoria da AD considera a língua incompleta por natureza, heterogênea, opaca, sujeita a ação de elementos extralinguísticos. Conforme Indursky (2005):

Desde sua obra primeira, datada de 1969, Pêcheux, o fundador da análise do Discurso, estabelece que o *discurso é efeito de sentido entre interlocutores*, ou seja, desde a primeira hora, a exterioridade é convocada [...]. Para a Teoria da Análise do Discurso, os processos de significação e sua relação com as condições de produção do discurso constituem o foco de seu interesse. Dito de outra forma, a Teoria do Discurso postula a relação do discurso com a história e com o sujeito. (INDURSKY, 2005, p. 21) *[grifos da autora]*

Sendo assim, se a língua é incompleta por natureza e se a relação do discurso com a história e com o sujeito e, portanto, com a exterioridade é imprescindível, é natural pensar que todo dizer é potencialmente ambíguo, afinal o que melhor caracteriza a ambiguidade do que a incompletude, a falta.

Segundo Haroche (1992), não é possível dizer tudo e sempre se pode acrescentar um elemento capaz de precisar, modificar o pensamento. Esta questão foi levantada por Pêcheux e Fuchs [1975], quando os autores tratam do esquecimento nº 2:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos [...] e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. (PÊCHEUX e FUCHS [1975], 2010, p. 175)

Dito de outra forma, não é possível dizer tudo, algo sempre ficará de fora, pois falamos de uma maneira enquanto poderíamos falar de outra. Como afirma Orlandi (2010), “ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2010, p. 35). O esquecimento nº 2 de Pêcheux produz em nós a impressão da realidade do pensamento e nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, quando, na realidade, não há.

Isso reflete, também, na ideia da existência implícita de uma alternativa entre o dizer tudo e o dizer nada. Conforme Haroche (1992), esta ideia está longe de levar em conta o conflito, a contradição, o mal entendido, o lapso, os jogos de palavras, na medida em que ela opõe radicalmente a transparência, a confissão, um sistema fechado e perfeito, em que o indivíduo é mestre de seu discurso – o que caracteriza o dizer tudo – à mentira, à dissimulação, isto é, o dizer nada.

Logo, esta ambiguidade ligada ao caráter incompleto dos enunciados é, de acordo com Haroche (1992), “inerente à própria linguagem” (HAROCHE, 1992, p. 42), estando ligada a uma inadequação geral entre formas, signos, símbolos, de um lado, e ideias de outro.

Haroche (1992) ainda fala de um outro tipo de ambiguidade, a ambiguidade inerente às situações de linguagem, cuja origem encontra-se no sujeito mais do que na língua. Este tipo de ambiguidade está ligada, mais do que às carências da língua, às carências dos próprios indivíduos.

Pêcheux, em seu livro “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (2009), afirma que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 2009, p. 141). Dito de outra forma, para a AD o sujeito não está mais na origem do seu dizer, não é mais senhor de si, uma vez que tudo o que ele diz já foi dito anteriormente em outro lugar, o sujeito ideológico é falado antes de falar. A ideologia interpela o sujeito, dando a ilusão da evidência do sentido, ou seja, é pelo trabalho da ideologia que o sujeito acredita ser a origem do que diz. Logo, a evidência do sentido apaga o seu caráter material, ou seja, faz ver como transparente aquilo que é opaco. É importante lembrar que todo este processo é inconsciente, por isso Orlandi (2010) afirma que:

Isso se dá de tal modo que a subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia, como um interior sem exterior, esfumando-se a determinação do real (do interdiscurso), pelo modo mesmo como ele funciona. (ORLANDI, 2010, p. 47)

É desse sujeito, o sujeito ideológico, que Haroche (1992) está falando. É neste sujeito que a ambiguidade inerente às situações de linguagem encontra a sua origem. Este sujeito é aquele que fala com a ilusão da transparência, do óbvio, com a ilusão de que a sua fala está livre de qualquer ambiguidade quando, na realidade, ele já foi interpelado ideologicamente. Conscientemente, ele não percebe, mas sua

fala pode estar repleta de ambiguidades que são camufladas pelo trabalho da ideologia.

Haroche (1992) lembra que, independentemente da perspectiva adotada por diferentes autores (estritamente linguística, enunciativa, discursiva), todos concordam que a ambiguidade é um fenômeno frequente em todas as línguas. Entretanto, os autores que adotam uma posição linguística mais formal concordam que a ambiguidade, intencional ou acidental, é algo negativo que deve ser eliminado através de regras e processos de desambiguação, para garantir a clareza da frase/texto. Contudo, a autora lembra que há dois domínios em que a ambiguidade é amplamente aceita: o do humor e o da poesia.

Neste ponto, vale retomar o texto de Mattoso (1984) quando o linguista fala de uma ambiguidade intencional que pode estar presente na língua literária, em que a colocação normal pode ser desrespeitada, a fim de causar um efeito estilístico. Como exemplo de ambiguidade intencional presente na língua literária podemos citar os famosos versos da música “Cálice”, de Chico Buarque, os quais dizem:

Pai, afasta de mim este cálice
Pai, afasta de mim este cálice
Pai, afasta de mim este cálice
De vinho tinto de sangue

As condições de produção desses versos nos remetem ao período da ditadura militar brasileira, em que muitos compositores e escritores eram impedidos de divulgar ideias contrárias ao governo. Dessa forma, era preciso encontrar maneiras de expor suas críticas ao mesmo tempo em que se mantinham longe de censuras e represálias. Para tal, fazia-se necessário o uso de recursos linguísticos, como a ambiguidade. Podemos perceber, nestes versos, uma ambiguidade fonológica, devido à relação de homofonia que se estabelece entre as palavras *cálice* e *cale-se*, esta última fazendo referência ao verbo *calar* que, por sua vez, remete à questão da censura, do silêncio, da impossibilidade de emitir opiniões, de se ter voz.

Todavia, apesar de a ambiguidade ser aceita nos domínios do humor e da poesia, podemos constatar que o ponto essencial das discussões a respeito do tema gira em torno dos “problemas” criados pela ambiguidade e, conseqüentemente, em

torno dos meios e técnicas usados para identificá-la e eliminá-la. Prova disso, é que como vimos, tanto as gramáticas tradicionais quanto as mais recentes e também os Dicionários de Linguagem e Linguística tendem a apresentar a ambiguidade como uma falácia que prejudicaria o ideal funcionamento da língua. Sem falar em linguistas de cunho mais formalista, como Ruth Kempson, que atribuem à ambiguidade um valor bastante negativo.

Haroche (1992) faz uma forte crítica a esta maneira de abordar a ambiguidade quando afirma que:

[...] o conjunto de pesquisas linguísticas [...] que incidem sobre a ambiguidade não se interrogam nem sobre os fundamentos, os pressupostos da ambiguidade, nem sobre a natureza dos efeitos produzidos por uma ambiguidade potencial ou efetiva do discurso. Elas se limitam essencialmente (pela constatação rápida e tradicional de uma inadequação geral das formas às ideias) em definir a ambiguidade como uma carência inerente aos sistemas que constituem as línguas naturais, apressando-se em reconhecer que o problema da ambiguidade não se coloca frequentemente na prática. (HAROCHE, 1992, p. 44)

Conforme a autora, a forma como a ambiguidade é colocada é representativa dos problemas de significação em geral, isto é, ainda existe uma certa dificuldade em lidar com questões semânticas, se comparadas às questões sintáticas e fonológicas, justamente porque quando lida-se com a semântica é impossível manter-se sempre dentro dos limites da língua entendida como sistema. Em suma, o pressuposto à problemática da ambiguidade – quando vista por um viés estritamente linguístico – é que ela constitui, em última análise, um problema de comunicação.

A teoria do discurso, portanto, não tem por objetivo a descrição de frases ambíguas ou a sua detecção, tampouco considera a ambiguidade como um problema de comunicação. O ponto de vista adotado pela AD procura a articulação do linguístico e com o extralinguístico. Logo, conforme afirma Haroche (1992), longe de tentar resolver, evitar ou negar a ambiguidade, a teoria da AD procura analisar a importância deste fenômeno, o qual pode funcionar como um instrumento de controle ideológico, constante em diferentes instituições: na ordem religiosa, durante mais de um século, por exemplo, só era permitida a leitura “literal” dos textos sagrados. Segundo Haroche (1992), é importante que um estudo acerca da ambiguidade questione a natureza das formas e dos princípios que a regem e a

ocultam, como pretendeu a ordem religiosa ao exigir uma linearidade e uma transparência dos textos sagrados, a fim de manter a dependência do sujeito.

Como vimos anteriormente, o indivíduo é interpelado ideologicamente em sujeito, ou seja, a ideologia passa, por meio de um processo inconsciente, a controlar o seu dizer (o do sujeito), enquanto este tem a ilusão de ser a origem daquilo que diz. Sobre isso, Pêcheux e Fuchs [1975] dizem:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção [...]. (PÊCHEUX e FUCHS [1975], 2010, p. 162) [*grifos dos autores*]

Pêcheux e Fuchs [1975] ainda afirmam que a reprodução contínua das relações de classe é assegurada materialmente pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), termo criado por Luis Althusser (2007) para designar uma repressão de ordem simbólica, diferentemente da repressão causada pelo *aparelho repressor de Estado*, que compreende a polícia, as prisões, os tribunais, as forças armadas, cuja forma de repressão é física, concreta.

Segundo Althusser (2007), a cada AIE corresponde o que se chama de “instituições” ou “organizações”. A igreja – ou a ordem religiosa, como prefere chamar Haroche (1992) – é uma instituição que faz parte dos AIE. Althusser (2007) diz, ainda, que “os AIE funcionam através da ideologia” (ALTHUSSER, 2007, p. 69), ou seja, funcionam por meio de um sistema de ideias e de representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social. E essa dominação sempre advém da classe social dominante, configurando uma incessante luta de classes. Por isso a afirmação categórica de Pêcheux (2009), ao citar Althusser em seu livro “Semântica e discurso”, de que os AIE servem de palco para a luta de classes.

É com base nisso que Haroche (1992) fala da importância da ambiguidade dentro da ordem religiosa, e também dentro do aparelho jurídico, que a utilizam como uma forma de controle, a fim de reproduzir a ideologia dominante. Logo, tanto o processo de assujeitamento pela ordem religiosa – o qual aconteceu em grande escala na Idade Média, período em que a Igreja controlava o Estado – quanto o processo de assujeitamento pela ordem jurídica – que veio “substituir” o

assujeitamento pela ordem religiosa a partir do século XVIII, com o surgimento do sujeito-de-direito –, jogam com a ambiguidade, ora rejeitando-a, ora tolerando-a, conforme seus interesses.

Finalmente, é aí que reside a importância de um fenômeno como a ambiguidade ser estudado fora dos limites da língua. É preciso não somente deslocar a noção tradicional que se tem da ambiguidade, mas também reformular suas formas de resolução, atentando para os aspectos ideológicos presentes nos processos de desambiguação.

O modo como Haroche (1992) inscreve as concepções teóricas de Pêcheux em “Fazer dizer, Querer dizer” nos ajuda a pensar a ambiguidade de uma outra forma, relacionando língua, sujeito e ideologia e, portanto, não se prende a aspectos puramente linguísticos que, como vimos, limitam, muitas vezes, o estudo dos processos de significação. A teoria da AD ajuda a expandir os estudos acerca da ambiguidade, na medida em que extrapola esses limites e ajuda a pensar esse fenômeno tão importante e natural de todas as línguas de uma maneira mais complexa, em que língua, sujeito e história estão fortemente ligados afetando-se mutuamente.

3.2 A Ambiguidade Segundo a Ótica de Leandro Ferreira (2000)

A Tese de doutorado intitulada “Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso” (2000), de Maria Cristina Leandro Ferreira, traz um estudo bastante interessante de como a ambiguidade pode ser pensada para além dos limites da língua, tendo por base a teoria da AD.

A autora é licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Curso de Pós-Graduação em Letras da mesma universidade, doutora em Ciências pelo Curso de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, onde desenvolveu a Tese anteriormente citada sob a orientação de Eni Orlandi.

Segundo a autora, a questão motivadora da pesquisa desenvolvida na Tese surgiu a partir da noção de resistência da língua. Conforme Ferreira (2000),

A ideia de que a língua tem uma opacidade, uma espessura semântica, uma densidade histórico-social sempre se configurou como uma questão instigante para a qual valia uma investigação. (FERREIRA, 2000, p. 9)

E são essas questões que a teoria do discurso leva em consideração ao estudar fenômenos da língua, vendo a falta como um elemento estruturante da própria língua(gem), sendo esta um espaço para falhas, brechas, deslizamentos. De acordo com a autora, é importante que um estudo acerca da ambiguidade incorpore ao seu núcleo esses fatos tidos como problemáticos e que usualmente são deixados à margem. E são esses fatos, difíceis de explicar, que representam modos de resistência da língua, o que leva a autora a afirmar que “a língua não seria então um sistema dedutivo fechado ao abrigo de mal-entendidos, lacunas e excessos [...]” (FERREIRA, 2000, p. 10).

Logo, vemos que a autora tem uma visão análoga a de Haroche (1992), uma vez que considera essencial que se expanda o estudo dos fenômenos linguísticos para além dos limites da própria língua entendida como um sistema fechado de regras, levando em conta seu caráter material, histórico-social e ideológico, sobretudo no que diz respeito à ambiguidade, fenômeno que lida diretamente com a falta, com a falha e com os múltiplos sentidos. Tanto no estudo de Haroche (1992), quanto no de Ferreira (2000), constatamos que a ambiguidade deixa de ser encarada como um problema a ser resolvido, passando a ser entendida tanto como uma característica própria da língua, como da equivocidade do sujeito.

Encontramos, então, na leitura que Leandro Ferreira (2000) faz da teoria da AD, uma forma diferente de entender a ambiguidade, a qual não é considerada um problema – como vimos anteriormente – ou uma falha a ser consertada, com o objetivo de manter a clareza do enunciado, a pureza da língua, como se esta fosse um sistema a manter-se livre de opacidades e que, diante de um caso de ambiguidade, devesse passar por um processo de esterilização.

O próprio Michel Pêcheux (2012) afirma que a pesquisa linguística deveria se deslocar da obsessão de entender a ambiguidade por meio da lógica do ou...ou – em que haveria apenas duas leituras possíveis, lógicas, na medida em que a afirmação de uma necessariamente exclui/nega a outra – para abordar o próprio da língua através do papel da falta.

Ainda segundo Pêcheux (2012), o objeto da linguística aparece atravessado pelo espaço da manipulação de significações estabilizadas, necessárias – segundo as classes dominantes – às classes dominadas, que não inventam jamais nada, porque estão muito absorvidas pelas lógicas do cotidiano.

Com essa afirmação, podemos voltar ao que diz Haroche (1992) sobre a ambiguidade funcionar como um instrumento de controle social, constante na ordem religiosa, em que a manipulação do enunciado acentua o distanciamento entre o sujeito e o saber, garantindo que apenas a leitura mais conveniente seja aceita como verdadeira, tolhendo qualquer ato de interpretação.

Pêcheux (2012) ainda afirma que

[...] todo o enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (PÊCHEUX, 2012, p. 53)

De forma que todo enunciado/texto possui uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar para a interpretação. É, pois, nesse espaço que a AD – uma disciplina de interpretação – trabalha.

Na primeira parte de sua Tese, Ferreira (2000) alerta para o “efeito de evidência da língua” (FERREIRA, 2000, p. 21). Conforme a autora, devemos tomar cuidado para não cairmos na ilusão de que os sentidos já estão previamente dados, cabendo a nós (sujeitos) reconhecê-los e adequá-los ao dizer, como se os sentidos fossem desprovidos de história. Como diz Orlandi (2010), não há discurso que não se relacione com outros, logo, os sentidos resultam de relações, uma vez que um discurso aponta para outros que o sustentam, formando um processo discursivo amplo e contínuo. Além disso, como já dito anteriormente, o sujeito não é a origem do seu dizer, na medida que passa por um processo de interpelação ideológica, que o faz falar de um determinado lugar social, isto é, o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do seu dizer, e suas palavras significam de modo diferente conforme esse lugar modifica-se. Portanto, a incompletude é parte constitutiva do sentido – que aparece repleto de deslizos, de variáveis – e, conseqüentemente, da própria língua. Logo,

No quadro teórico da AD, a concepção de língua trabalhada aceita transgressões, é capaz de contradições, de deslocamentos, escapa a uma estruturação lógico-matemática categórica. Os espaços discursivos por ela percorridos são aqueles não-estabilizados logicamente, nos quais se podem perceber pontos de deriva possíveis dos enunciados. Tais pontos constituem modos de resistência da própria língua e vão ter a historicidade de seus sentidos apreendida através de gestos de interpretação. (FERREIRA, 2000, p. 28)

Conforme Ferreira (2000), portanto, os enunciados sempre podem escapar à lógica da língua e a sua organização sistemática, e é neste espaço que se localizam as faltas, os furos, os quais não são índices negativos, mas sim lugares de resistência. É, pois, aí que se encontra a ambiguidade, como um elemento de resistência constitutivo da língua. Para a autora, é a existência desse lugar singular que permite perceber na ambiguidade e nos fatos que ela representa o registro do simbólico que atravessa a língua.

Vemos, então, que a teoria do discurso inaugura um novo ponto de vista sobre o estudo da linguagem. Como diz Ferreira (2000), ainda que o ponto de vista discursivo não prescindia do linguístico, “ele vai além em sua abordagem, operando um deslocamento teórico na reflexão” (FERREIRA, 2000, p. 34). Exemplo disso é que, diferentemente da linguística tradicional – que opõe língua e fala, famosa dicotomia proposta por Saussure no início do século XX, a qual diz que a língua é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos, enquanto a fala é um ato individual de vontade – a perspectiva teórica da AD não separa o histórico e o social. Conforme Ferreira (2000):

Não há filtros separando os elementos internos e externos, tampouco há uma correlação entre eles que faça corresponder, por exemplo, o linguístico (interno) ao social e histórico (externos). A exterioridade do discurso [...] não está fora, nem separada do que está dentro; daí ser chamada de constitutiva. (FERREIRA, 2000, p. 36)

Tendo, pois, o cenário da teoria do discurso em vista, Ferreira (2000) toma Chomsky como ponto de partida para tratar do tema. Sabemos que na teoria elaborada pelo linguista norte-americano, o componente sintático aparece como base da língua, o qual é representado pela estrutura profunda, enquanto o componente semântico é secundário, sendo representado pela estrutura superficial.

Ferreira (2000) lembra que, para Chomsky, nem todos os casos de ambiguidade são analisáveis em termos sintáticos, mesmo que essas outras possibilidades não sejam do interesse do autor. Portanto, na teoria chomskiana, a estrutura superficial nem sempre exprime as relações de um elemento de uma frase, isto é, pode-se atribuir a uma determinada estrutura várias significações, enquanto a estrutura profunda, cuja base é sintática, apresenta apenas uma significação.

É o que acontece, por exemplo, com a frase *Pedro pediu a João para sair*, em que devido a uma questão estrutural não se pode saber se: a) Pedro pediu permissão a João para sair; ou b) Pedro pediu para que João saísse. Conforme uma ótica puramente sintática, essa dupla leitura só seria possível em um nível superficial, uma vez que a estrutura profunda comportaria apenas uma das duas leituras, sendo necessário que se fizessem ajustes na estrutura superficial para corrigir o problema.

Logo – como já afirmamos anteriormente ao lidarmos com uma visão linguística mais tradicional – e como afirma Ferreira (2000), “na ótica dos gerativistas, a ambiguidade é um problema que existe [...] para ser resolvido” (FERREIRA, 2000, p. 51). Dessa forma, a ambiguidade existe para ser desfeita, é um problema do qual se deve dar conta logicamente, através de testes e processos de desambiguação (conforme vimos com Kempson (1980), cuja teoria é de base gerativista).

Nessa perspectiva, a língua não tolera o vago, o incerto, por isso a incessante busca pela univocidade plena, em que se fazem necessários ajustes sintáticos, a fim de eliminar qualquer opacidade, o que limita e empobrece o estudo acerca do tema, na medida em que se procura descrever e classificar os problemas criados pela inadequação entre forma e sentido. Conforme a autora,

Pelo viés desse enquadramento, a ambiguidade figura como uma carência própria dos sistemas constituintes das línguas naturais. A questão central reside nos modos de eliminá-la. (FERREIRA, 2000, p. 54)

Logo, um estudo que se prende apenas a questões linguísticas não se interroga sobre os fundamentos e sobre os efeitos da ambiguidade no discurso.

Em uma seção denominada “O tratamento dado à ambiguidade” (FERREIRA, 2000, p. 56), a autora mostra como a ambiguidade vem sendo tratada ao longo dos estudos linguísticos, da seguinte forma: a) a ambiguidade como

disjunção; b) como problema de recepção; c) como problema linguístico e d) como estratégia discursiva.

A ideia de ambiguidade como disjunção exige que se faça uma escolha entre as possíveis leituras de um determinado enunciado, em que a escolha de um dos termos resulta na exclusão absoluta do outro. Por exemplo, na seguinte frase:

(1) Pedro falou para João que adorou fazer aquela viagem familiar.

Neste caso, a ambiguidade reside no fato de a palavra *familiar* poder designar tanto uma viagem que é feita em família, quanto uma viagem com a qual Pedro está acostumado, habituado. A lógica da disjunção exige uma escolha obrigatória, em que a afirmação de *x* negue *y*, e vice-versa. Não existe a possibilidade de jogar com o duplo. Isso nos leva, mais uma vez, à Kempson (1980), quando a autora trata das condições de verdade, cuja base lógica aproxima-se da ideia de disjunção.

Ferreira (2000) ainda lembra que a ambiguidade como disjunção toma apenas casos estritamente ligados à estrutura da língua. Logo, exemplos de ambiguidades situacionais são excluídos, já que não poderiam ser enquadrados na lógica disjuntiva, cuja base é sistemática. Como consequência, a atividade do sujeito fica reduzida, uma vez que ele fica submetido à ordem da língua, sendo obrigado a fazer escolhas e impedido de interpretar. Sendo assim, “a ambiguidade se reduz a um simples acidente de funcionamento do código, ou do sistema” (FERREIRA, 2000, p. 59), o que nos leva a concluir que a ideia de ambiguidade como disjunção busca por um sistema linguístico em que a univocidade reine absoluta.

No caso da ambiguidade como problema de recepção, a responsabilidade de interpretação recai unicamente sobre o receptor, uma vez que – segundo esta ótica – o emissor não poderia “cometer” ambiguidades, pois sabe exatamente o que quer dizer, tendo completo domínio sobre aquilo que enuncia²⁵. Dentro desta linha

²⁵ Aqui vale retomar a noção de esquecimento nº 2, de Pêcheux. Este esquecimento produz no sujeito a impressão da realidade do pensamento, isto é, leva-o a acreditar que existe uma via clara entre pensamento, linguagem e mundo, de tal modo que pensamos exatamente aquilo que dizemos, cujas palavras não poderiam ser outras senão aquelas. Como formula Pêcheux, esta impressão é ilusória, já que não existe uma relação direta entre pensamento e linguagem, de modo que não se tem o completo domínio sobre o dizer e, tampouco, sobre a atuação da ambiguidade no dizer.

podemos colocar em destaque o trabalho de H. P. Grice intitulado “Lógica e conversação” (1982) no qual o autor reflete a respeito do funcionamento das implicaturas convencionais e conversacionais, a fim de explicar como a ambiguidade pode ser compreendida a partir de regras de base linguística e pragmática.

Grice fala do “Princípio de Cooperação” (GRICE, 1982, p. 86), segundo o qual nossos diálogos são esforços cooperativos em que cada participante reconhece (nos diálogos) um propósito comum. Sendo assim, é necessário que o emissor faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito do intercâmbio conversacional em que se está engajado. Da mesma forma, é necessário que o receptor mostre-se cooperativo no momento em que ocorre esta troca de informação.

Segundo esta linha teórica, a ambiguidade (que é entendida como um grave problema de comunicação) é resultado de uma falha, ou seja, é resultado da violação de certas máximas necessárias para o desenvolvimento adequado de um diálogo. Grice (1982) afirma que o modo como o emissor fala é de extrema importância para que se evite a ambiguidade. É necessário, portanto, que se evite obscuridades no dizer e que o dizer seja o mais breve, ordenado e claro possível. Logo, quando uma dessas máximas não é seguida, o diálogo pode ficar comprometido.

Conforme Grice (1982), é importante que tanto o emissor quanto o receptor atuem durante um diálogo, a fim de evitar a ambiguidade, cabendo ao emissor ser o mais claro possível, e ao receptor mostrar-se cooperativo com seu interlocutor. Grice (1982) ainda fala que quando há ambiguidade, isso ocorre de maneira deliberada, ou seja, ocorre por vontade do emissor (do contrário, este não estaria seguindo o Princípio de Cooperação), cabendo, portanto, ao receptor identificar a intenção do outro. Conforme Grice, “se o princípio de cooperação está operando, pretendo que meu ouvinte entenda o que estou dizendo a despeito da obscuridade que estou introduzindo em minha enunciação” (GRICE, 1982, p. 99). Sendo assim, a responsabilidade de interpretação recai unicamente sobre o ouvinte.

Voltando à Tese de Leandro Ferreira, a autora diz que “apresentar a ambiguidade no nível da recepção indica o comprometimento dessa formulação com postulados funcionalistas” (FERREIRA, 2000, p. 61). O que significa que a língua é abordada dentro do quadro da comunicação, em que uma mensagem é transmitida de A para B por meio de um código (língua) sistemático, no qual se espera que

emissor e receptor cumpram seus papéis, que são, respectivamente, os de comunicar a mensagem com clareza e sem deficiência, e de receber a mensagem de forma cooperativa, tendo um papel ativo na decodificação.

Essa noção funcionalista, sem dúvida, simplifica um processo bastante complexo em que, segundo os pressupostos da teoria do discurso, os sentidos são construídos historicamente, e em que – agora retomando Pêcheux [1969] – não há uma simples transmissão de informação mas “um efeito de sentido entre os pontos A e B” (PÊCHEUX [1969], 2010, p. 81). Entretanto, seguindo a lógica funcionalista, quando a mensagem não é transmitida ou recebida com clareza é porque ocorreu algum problema, algum acidente no funcionamento do sistema que deve ser interpretado de uma maneira específica ou imediatamente corrigido. Conforme a Ferreira (2000), mesmo a ilusória existência de uma língua livre de ambiguidades não garantiria uma comunicação perfeita, já que “tanto a clareza extrema quanto a escuridão completa impedem-nos igualmente de ver” (FERREIRA, 2000, p. 62).²⁶

Conforme Ferreira (2000), na lógica dos funcionalistas a língua é estudada como um mero instrumento de comunicação, em que os casos onde há a interferência na vontade dos interlocutores de obter comunicação satisfatória são deixados à margem. Fato que revela a ausência de uma reflexão acerca da relação da língua com o social e com a história nos processos de comunicação.

A ambiguidade como problema linguístico aproxima-se dos pressupostos da lógica disjuntiva, já que presa pelo caráter transparente da língua, a qual deve manter-se livre de contaminações de ordem não linguística, e também exige do receptor uma escolha entre duas decodificações.

Essa escolha acontece por meio de um contexto diferenciador; entretanto, trata-se de um contexto mais imediato (linguístico/gramatical) do que propriamente um contexto sócio-histórico, na medida que vigora a ideia de que o próprio sistema

²⁶ Neste ponto, vale lembrar o que diz Bakhtin em “Marxismo e filosofia da linguagem” (2010) a respeito do signo, o qual não consegue atingir a totalidade do real, na medida em reflete e refrata ao mesmo tempo, isto é, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN, 2010, p. 31). Dessa forma, os objetos deixam de ter um valor primário na medida em que são simbolizados pela linguagem e se tornam ideológicos em determinadas condições dentro de uma cultura numa dada ordem social e histórica. Logo, a existência de uma língua livre de opacidade e, portanto, de ambiguidade não é possível, uma vez que a materialidade do simbólico é a língua, fato que torna o signo constitutivamente polissêmico, não existindo, desta forma, um valor simétrico entre significado e significante, já que a cada modo de inscrição de um signo na história, o significado tende a se modificar.

linguístico possui todas as condições necessárias para que se desfaça a ambiguidade, sem necessidade de buscar apoio em fatores extralinguísticos. Conforme Ferreira (2000), em uma análise estritamente linguística da ambiguidade, os diferentes níveis de unidades do sistema se suprem em suas insuficiências, novamente em busca da transparência, da clareza e da objetividade da língua.

Finalmente, a ambiguidade como estratégia discursiva difere das perspectivas citadas anteriormente, uma vez que deixa de ser considerada como um acidente “para ser inerente a todo o discurso” (FERREIRA, 2000, p. 65). Portanto, ela se torna, muitas vezes, fonte de uma estratégia discursiva e elemento constitutivo de poder. De acordo com a autora,

A tese sustentada pela concepção de ambiguidade “como estratégia discursiva” fundamenta-se na existência de conflitos, tanto psíquicos quanto sociais, que são expressos por uma indeterminação latente. Tais conflitos persistem e resistem, apesar das tentativas da Gramática em eliminá-los. (FERREIRA, 2000, p. 66)

Logo, quem conhece e manipula essas indeterminações e ambiguidades possui em suas mãos um poder que, evidentemente, não é de acesso universal e que passa por um processo de dominação ideológica.

É comum encontrarmos esse tipo de recurso em charges, por exemplo, que constituem um gênero textual que tem por finalidade, muitas vezes, satirizar de forma caricatural acontecimentos atuais no âmbito da política, da economia, como uma forma de crítica em que o artista expressa sua visão sobre determinadas situações cotidianas através do humor. Observe o exemplo a seguir:



O jornal Zero Hora do Grupo RBS, de 22 de abril de 2012, trouxe a seguinte charge: Márcio Tomaz Bastos e Carlos Cachoeira voando de asa delta. Acima, a frase: “Márcio Tomaz bastos dá aulas de asa **DELTA** para Cachoeira a R\$ 18 mi”.

Essa charge é interessante porque para analisar a ambiguidade do enunciado não se pode ficar restrito apenas aos elementos puramente linguísticos que, neste caso, em nada ajudariam para compreender o duplo sentido contido na frase. Para uma leitura adequada, precisa-se levar em conta as condições de produção, que segundo Orlandi (2010) compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação e incluem o contexto sócio-histórico, a memória discursiva e o ideológico. Neste caso, o leitor precisa conhecer os dois sujeitos presentes na charge, bem como a relação entre eles e a palavra em destaque, **DELTA**. Na época da publicação, Carlos Cachoeira estava sendo acusado de comandar a exploração do jogo ilegal em Goiás e de manter relações com a Construtora Delta que, para dar fachada legal a pagamentos feitos à organização do bicheiro, encomendava notas frias, comandando um esquema de lavagem de dinheiro. O fato de Márcio Tomaz Bastos, respeitado advogado criminalista e ex-ministro da justiça do governo Lula, dar aulas de asa **DELTA** para Cachoeira a R\$ 18 milhões faz referência à atitude do advogado em defender um réu sabidamente culpado, cobrando honorários altíssimos para fazê-lo.

A ambiguidade da palavra “delta” só será compreendida se o leitor levar em consideração todos os fatos ocorridos no momento da publicação, fatos esses externos à língua. É preciso mobilizar a memória discursiva, o interdiscurso e, para isso, não se pode observar apenas o funcionamento linguístico. É dessa forma que a AD trata a ambiguidade, ou seja, como um fenômeno capaz de influenciar todo o processo de significação.

Tais considerações permitem concluir que a incompletude é a própria condição de existência da linguagem, não se pode ter a pretensão de dizer tudo. Há sempre o lugar do não-dito, da falta, e é nesse espaço que ocorrem os deslizamentos, as rupturas que (re)fazem os sentidos. Segundo Orlandi (2010), nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente, uma vez que eles funcionam sob o modo da falta, do movimento; essa incompletude atesta a abertura do simbólico. A ambiguidade, então, atesta a não-transparência da língua. É na ambiguidade que encontramos o incompleto, a possibilidade de outra interpretação, de deslize. Ela não está na língua para ser eliminada, desfeita, mas atua na língua de diferentes maneiras constituindo, às vezes, um elemento de poder e, por isso, deve ser estudada e pensada em todas as suas particularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta Dissertação foram expostas diferentes posições e pontos de vista em relação ao fenômeno da ambiguidade. Tal fato possibilitou que pudéssemos entender melhor como determinadas teorias compreendem o fenômeno, mostrando suas contribuições para o desenvolvimento do estudo acerca da ambiguidade, bem como suas limitações.

Optamos por começar a pesquisa investigando gramáticas de Língua Portuguesa e Dicionários de Linguagem, com o objetivo de mostrar como esses manuais apresentam a ambiguidade, levando em consideração o fato de serem utilizados largamente por estudantes de Português, tanto do Ensino Básico quanto do Ensino Superior.

Percebemos que as gramáticas de Língua Portuguesa tendem a limitar o estudo da ambiguidade, considerando o fenômeno como um vício de linguagem. Cabe ressaltar que todas as gramáticas por nós analisadas – tanto as gramáticas tradicionais, editadas entre as décadas de 1940 e 1950, quanto as mais modernas, editadas a partir da década de 1980 – enquadram a ambiguidade dentro dos vícios de linguagem ou vícios de sintaxe, como denomina Celso Pedro Luft, em sua “Moderna Gramática Brasileira” (2002).

Eduardo Carlos Pereira, em sua “Gramática Expositiva da Língua Portuguesa” (1944), apresenta os vícios de linguagem como elementos que deturpam e desvirtuam a língua, contrapondo-se às figuras de sintaxe que dão ao dizer vernáculo graça e energia. A categoria “vício”, por si só, já atribui ao fenômeno uma carga bastante negativa, apresentando a ambiguidade como algo que deve ser evitado a qualquer custo em nome do “bom Português” ou eliminado assim que possível, a fim de manter a clareza dos enunciados.

Além disso, as gramáticas apresentam poucos exemplos, sendo estes superficiais ou reproduzidos, que pouco ou nada ajudam a pensar o fenômeno criticamente. Além do fato de serem superficiais, os exemplos e suas explicações mostram-se repetitivos, como acontece na “Gramática Metódica da Língua Portuguesa” (1957), de Napoleão Mendes de Almeida, em que o autor apresenta exemplos idênticos aos propostos por Eduardo Carlos Pereira (1944).

Não é feita uma discussão mais complexa a respeito de ambiguidade ao longo das gramáticas, toda a explicação limita-se a exemplos pouco ilustrativos. Os autores não descrevem as condições que possibilitam o aparecimento da ambiguidade, apenas a apresentam como um erro a ser corrigido ao se fazer bom uso da língua.

O fenômeno é visto com uma carga exclusivamente negativa, que deturpa o entendimento da frase tornando-a confusa, opaca, tanto que é considerado com um *vício* de linguagem, à semelhança do barbarismo que é descrito como um vício por ser a expressão do falar dos incultos, o que remete às condições de estratificação dos sujeitos consoante o uso da língua.

Outro fato que nos chamou atenção foi que mesmo ao longo de mais de 40 anos, tendo em vista as gramáticas por nós analisadas, não houve um avanço significativo no estudo acerca da ambiguidade. Tanto que as gramáticas editadas a partir de 1980 continuam a considerar o fenômeno como um vício de linguagem que deturpa o entendimento dos enunciados. Dessa forma, o objetivo principal ainda continua sendo buscar uma forma de evitá-la ou eliminá-la da linguagem.

Uma exceção encontra-se na obra de Faraco e Moura (1991), em que a ambiguidade, além de um vício de linguagem, pode ser considerada como uma figura de estilo, na medida em que pode representar uma intenção expressiva, principalmente nos domínios do humor e da poesia.

Em relação aos Dicionários de Linguagem, percebemos que, apesar de os autores possuírem um embasamento teórico mais profundo, a noção de ambiguidade por eles trabalhada não difere significativamente da apresentada nas gramáticas. Contudo, Ducrot e Todorov, em seu “Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem” (1977), procuram diferenciar ambiguidade de polissemia, fenômeno este que, segundo eles, é de outra natureza por depender de uma determinação contextual.

Mattoso Câmara, por outro lado, em seu “Dicionário de linguística e gramática” (1984), acaba considerando a ambiguidade como consequência da polissemia. Diferentemente do que afirma o autor, a nosso ver, ambiguidade e polissemia são fenômenos de ordens distintas, com características próprias e, por isso, devem ser estudados em suas particularidades.

Greimas e Courtés, em seu “Dicionário de semiótica” (2008), vão além quando diferem dois tipos de ambiguidade: a sintática e a lexical. Além disso, os

autores também procuram diferenciar ambiguidade de polissemia o que, ao longo de nossa pesquisa, mostrou-se essencial. Sendo assim, com base na leitura de Greimas e Courtés (2008), nos casos de ambiguidade lexical, os lexemas não possuem figura nuclear comum no nível do significado e são considerados independentes, enquanto na polissemia existe a presença de mais de um sentido no interior de um lexema.

Todavia, apesar de os Dicionários de Linguagem aprofundarem o estudo acerca da ambiguidade, lacuna encontrada nas gramáticas, os autores, assim como nas gramáticas, continuam a atribuir à ambiguidade um valor bastante negativo. O fenômeno ainda aparece como algo que deve ser evitado, para manter a clareza dos enunciados. Além disso, não são discutidas as condições de aparecimento da ambiguidade, tampouco seus efeitos. Assim como em algumas gramáticas, a presença da ambiguidade continua restrita e tolerável apenas nos domínios do humor e da poesia.

A análise da ambiguidade dentro dos estudos linguísticos nos permitiu concluir que teorias de base formalista não permitem um estudo de todas as características que permeiam um fenômeno como a ambiguidade.

Ao analisar os estudos de Ruth Kempson (1980), por exemplo, vimos que a autora não extrapola em momento algum os limites estabelecidos pela língua, a qual ela entende como um sistema fechado de regras. Não só a ambiguidade, mas também outros fenômenos são analisados e explicados por ela tendo em vista esse princípio.

Percebemos uma constante necessidade da autora em ora resolver o “problema” causado pela ambiguidade ou “apreender a natureza exata da relação entre o significado de palavras” (KEMPSON, 1980, p. 14), ora definir e delimitar o fenômeno, a fim de não confundi-lo com outros.

Percebemos que um ideal de língua transparente, homogênea e livre de contradições – como preconiza uma teoria logicista/formalista – sempre leva a um entendimento negativo da ambiguidade. Logo, a ambiguidade existe para ser desfeita, segundo regras e padrões pré-estabelecidos. Essa visão limita o estudo do fenômeno, na medida em que não avalia seus efeitos na linguagem e nos próprios sujeitos.

Contudo, outros autores por nós trabalhados expandem a análise da ambiguidade dentro dos estudos linguísticos, uma vez que lidam com diferentes

níveis de significados e suas inter-relações, como faz John Lyons (1982), não ficando restrito apenas ao significado lexical.

Frank Palmer, em seu livro “A semântica”, mostra que não existe uma maneira cem por cento segura de estudar ou delimitar o significado, justamente porque a língua está sujeita a interferências de ordem externa, em constante transformação, sofrendo influências de estrangeirismos, variações dialetais, de registros utilizados por diferentes classes sociais e de modos de compreensão da língua.

Palmer (1986) ainda investiga o funcionamento da metáfora, que pode ser considerada uma especificação da polissemia, mostrando que este fenômeno não pode ser explicado dentro dos limites da língua e, principalmente, mostrando que ele pertence a uma outra ordem, diferentemente da homonímia e da ambiguidade, ambos fenômenos da língua.

Dentro da linguística textual – análise que fizemos por meio do texto “Introdução aos problemas de coerência dos textos” (1988), de Michel Charolles – a ambiguidade passa a ser pensada através da coesão e coerência dos textos, estando presentes nos processos de retomada e pronominalização.

Apesar de apresentar uma visão menos tradicional, uma vez que passa dos limites da frase para o texto, o trabalho de Charolles (1988), por ser de base prescritiva, continua restringindo a ambiguidade aos domínios da falha sem refletir sobre o fato de que estas “falhas” que ocorrem nos textos estão sujeitas a se repetir de forma contínua, já que sujeito não tem controle pleno sobre os efeitos da ambiguidade na língua.

Vimos, portanto, que mesmo ao apresentarem pontos de vista ora mais tradicionais, ora menos, nenhum desses autores explorou os efeitos da ambiguidade, tendo em vista a observação de uma noção de língua material e, portanto, opaca, heterogênea, em que a ambiguidade mostra-se constitutiva dos processos de significação e de formação dos sentidos. Isso nos leva ao Capítulo 3, em que estudamos a ambiguidade para além dos limites da língua.

Neste capítulo, fizemos uma incursão pela teoria da Análise de Discurso de linha francesa, mostrando como as noções de língua, sentido e sujeito, preconizadas por Michel Pêcheux e seus colaboradores, afetam o conceito de ambiguidade.

Com os estudos da teoria do discurso, há uma mudança de terreno, em que a língua passa de um objeto estável, transparente e sistemático, para um elemento

de base material, não previsível, em que sentidos estão em constante movimento, afetados pela história e pela ideologia.

Sendo assim, não há – diferentemente do que vimos em teorias de base lógica, por meio dos estudos de Kempson (1980) – uma busca pela univocidade de sentido. Portanto, a ambiguidade passa a ser entendida como elemento constitutivo das línguas naturais, logo, o fenômeno perde a carga negativa que havia recebido até então, e passa – conforme a teoria do discurso – a integrar a linguagem como um elemento de força expressiva, de poder, atestando a presença da ideologia no dizer.

Conforme lembra Eduardo Guimarães em “Semântica do acontecimento” (2002), o sujeito enuncia enquanto ser afetado pelo simbólico, num mundo vivido através do simbólico. Dessa forma, não se pode mais lidar com uma noção disjuntiva de ambiguidade, uma vez que o próprio sujeito encontra-se afetado por um contexto social e ideológico – o qual se constitui pela materialidade histórica do real – fato que atesta a impossibilidade de “livrar” o dizer de toda ambiguidade, em nome de uma língua transparente, homogênea e estabilizada.

Por se tratar de uma disciplina de interpretação, é impossível para a AD estudar um fenômeno como a ambiguidade estando preso aos limites impostos pela língua enquanto sistema.

É por isso que a teoria pecheuxtiana expande os estudos acerca da ambiguidade, mostrando que a exterioridade não pode ser negada, mas pensada como um fator cuja força afeta o dizer e os sujeitos. Dessa forma, a AD não se prende aos limites dados pelo texto, buscando seu sentido não só por meio de recursos de pronominalização e substituição, mas também por meio dos seus mecanismos como parte do processo de significação. Sendo assim, conforme afirma Orlandi (2010), a AD procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

No texto “Fazer dizer, Querer dizer” (1992), de Claudine Haroche, a autora se propõe a estudar a ambiguidade fazendo intervir a questão das fronteiras do linguístico, isto é, as relações entre a fala, suas condições de produção, o linguístico e o extralinguístico. Tal fato nos ajuda a pensar a ambiguidade de uma outra forma, relacionando língua, sujeito e ideologia, não ficando presos a aspectos puramente

linguísticos que, como vimos, limitam, muitas vezes, o estudo dos processos de significação.

Além disso, conforme Ferreira (2000) afirma em “Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso”, a ambiguidade dentro dos estudos discursivos difere de uma perspectiva estritamente linguística, na medida em que deixa de ser considerada como um acidente ou erro “para ser inerente a todo o discurso” (FERREIRA, 2000, p. 65). Portanto, ela se torna, muitas vezes, fonte de uma estratégia discursiva e elemento constitutivo de poder, cujo acesso não é universal atestando, com isso, a força da ambiguidade como uma forma de controlar o dizer.

Enfim, pensar a ambiguidade de maneira discursiva permite expandir o estudo do seu funcionamento, não mais com o objetivo de apenas identificá-la, classificá-la para, depois, eliminá-la, a fim de manter a clareza da língua.

Com os estudos embasados em pressupostos da teoria materialista do discurso, a ambiguidade perde seu caráter negativo e passa a fazer parte do dizer de forma natural, atestando tanto a incompletude e a resistência da língua como a equivocidade do sujeito.

A ambiguidade, portanto, atesta a não-transparência da linguagem. É nela que encontramos o incompleto, a possibilidade de outra interpretação, de deslize, de dizer de outra forma. Ela não existe para ser eliminada ou desfeita, mas faz parte do dizer e dos sujeitos, constituindo-se como um fenômeno multifacetado que confere ao dizer força e expressividade devendo, portanto, ser pensada em todas as suas formas, dentro e fora dos limites da língua.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1957.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 10ª. ed. São Paulo: Graal, 2007.

ARISTÓTELES. **Tópicos**: dos argumentos sofísticos. 2ª. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**. 2ª. ed. Campinas: RG, 2008.

BUENO, F. S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1956.

CÂMARA JÚNIOR, M. **Dicionário de linguística e gramática**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In: GALVES, C. (org.). **O Texto**: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 1988. p. 39-86.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática**. São Paulo: Ática, 1991.

FERREIRA, M. C. L. O estatuto da equivocidade da língua. In: LIMA, M. S.; GUEDES, P. C. (orgs.). **Estudos da linguagem**. Porto Alegre: Sagra - D.C. Luzzatto, 1996. p. 39-50.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GREIMAS, A. J.; COURTES, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Campinas: edição do organizador, v. IV, 1982. p. 81-103.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUTIERRES, E. A.; TOLEDO, C. A. A. Vida e contribuição educacional de Eduardo Carlos Pereira. **Seminário de pesquisa do PPE**, Maringá, abril 2010. 1-14.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-31.

HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. 10ª. ed. São Paulo: Ática, 2004.

INDURSKY, F. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (orgs.). **Língua portuguesa**: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: Europa, 2005. p. 17-37.

KEMPSON, R. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LUFT, C. P. **Língua e liberdade**: por uma nova concepção da língua materna. 5ª. ed. Porto Alegre: L&pm, 1986.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2002. Ed. rev. e atual.

LYONS, J. **Semântica**. v. 1. Lisboa: Martins Fontes, 1977.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NASCENTES, A. et al. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Portal da Língua Portuguesa: 1959. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=ngbras>>. Acesso em: 13 de novembro de 2013.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9ª. ed. Campinas: Pontes, 2010.

PALMER, F. **A semântica**. Lisboa: Edições 70, 1986.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-250.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 6ª. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PEREIRA, E. C. **Gramática expositiva**: curso superior. 62ª. ed. São Paulo: Nacional, 1944.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TÔRRES, A. D. A. **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1959.

TUFANO, D. **Estudos de língua portuguesa: Gramática**. São Paulo: Moderna, 1985.